

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

RUBIA BATINI GRILO

**AS REPRESENTATIVIDADES DESIGNADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL
PELA COMUNIDADE RURAL-URBANA DA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI,
PONTA GROSSA/PR**

PONTA GROSSA

2013

RUBIA BATINI GRILO

**AS REPRESENTATIVIDADES DESIGNADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL
PELA COMUNIDADE RURAL-URBANA DA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI,
PONTA GROSSA/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra.

Orientação: Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky

**PONTA GROSSA
2013**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Grilo, Rubia Batini
G858 As representatividades designadas ao
patrimônio cultural pela comunidade
rural-urbana da Vila do Distrito de
Guaragi, Ponta Grossa/PR/ Rubia Batini
Grilo. Ponta Grossa, 2013.
230p.

Dissertação (Mestrado em Gestão do
Território - Área de Concentração: Gestão
do Território), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Leonel Brizolla
Monastirsky.

1.Patrimônio cultural. 2.Rural-urbano.
3.Distrito. 4.Representatividade.
I.Monastirsky, Leonel Brizolla. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em Gestão do Território. III. T.

CDD: 363.69

TERMO DE APROVAÇÃO

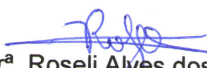
Rubia Batini Grilo

"AS REPRESENTATIVIDADES DESIGNADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL PELA COMUNIDADE RURAL-URBANA DA VILA DO DSITRITO DE GUARAGI: PONTA GROSSA - PR"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky
UEPG


Profª. Drª. Roseli Alves dos Santos
UNIOESTE


Profª. Drª. Carla Pimentel
UEPG

Ponta Grossa, 04 de abril de 2013.

Dedico a todos da minha família, em
especial ao Alex, meu esposo pela
compreensão e apoio. Aos amigos, aos
moradores da vila do distrito de Guaragi e
aqueles que tiverem a oportunidade de ler
este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos.

Ao Professor Leonel Brizolla Monatirsky, pela paciência e sabedoria com a qual me orientou, contribuindo para minha formação profissional e pessoal.

A Banca de Qualificação, Professora Dra. Carla S. Pimentel e Professor Dr. Luis A. G. Cunha pela contribuição.

A Banca da Defesa, Professora Dra. Roseli Alves dos Santos, Professora Dra. Carla S. Pimentel.

Aos meus pais Dorli e Fátima, meus sogros Neide e Nelson e ao meu esposo Alex por todo apoio.

Aos moradores da vila do distrito de Guaragi e a equipe do C.E.C. Dr. Munhoz da Rocha, que me receberam muito bem e compartilharam uma parte de suas memórias e histórias de vidas.

Ao Lauri Jr. e sua família que carinhosamente me recebeu, abrindo as portas de seu lar compartilhando o que possuíam e disponibilizado uma enquete no site www.guaragi.com para a pesquisa.

Aos amigos, colegas de trabalho e de estudo, pelo incentivo nos momentos em que passei por dificuldades. Não citarei nomes pelo risco de esquecer-me de alguém.

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas,
mas ao tocar uma alma humana seja apenas outra alma humana”.

Carl G. Jung

RESUMO

A presente dissertação foi elaborada partindo-se do pressuposto que o patrimônio histórico e cultural edificado, enquanto representação arquitetônica, é constituído por significados e simbologias que expressam a identidade histórica e as vivências de um povo, ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção da memória social. Com este parâmetro — considerando o recorte espacial, a vila urbana do distrito rural municipal de Guaragi, Ponta Grossa/PR (com suas especificidades, peculiaridades e contextos) — a pesquisa considerou relevante verificar e analisar qual(is) a(s) representatividade(s) esta(ão) designada(s) ao patrimônio como forma de ratificar sua importância no coletivo social local. Desta forma, para que o estudo sobre a representatividade relacionada ao patrimônio fosse investigado, optou-se pelo Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha, por ser o patrimônio que apresentou condições de análise, visto que o outro patrimônio local, a estação ferroviária, estava sendo reconstruída. Com isso, para alcançar o objetivo central foi necessário realizar a revisão teórica acerca dos temas que envolvem a discussão proposta e recorrer a metodologia qualitativa que proporcionou conhecer, mediante a aquisição de representações gráficas (desenhos) e da aplicação dos questionários, os elementos significativos que fazem parte da vivência dos moradores locais. A partir disto, buscou-se conhecer e analisar os elementos condicionantes da realidade vivenciada pelos moradores locais, ou seja, o contexto geográfico na relação rural e urbana existente no recorte espacial (a vila) e os fatores histórico-econômicos e socioculturais que a conduziram a realidade atual. Em seguida a pesquisa se voltou a compreensão do patrimônio cultural, sua construção histórica e legislação constituída nas instâncias nacional, regional e local como forma de subsidiar a compreensão, para então analisar os dados adquiridos a partir da pesquisa de campo, que será apresentado no momento em que a pesquisa analisa como os moradores se relacionavam com os patrimônios culturais existentes, qual noção possuem, quais significados e importância vinculavam, iniciando pelo âmbito abstrato e findando com o objeto que colaborou com a pesquisa, o colégio em questão. Os resultados da pesquisa demonstraram que para os moradores locais o patrimônio cultural está vinculado a fatores econômicos, através do turismo, político, pela possibilidade de investimentos dos governantes, histórico, através da consagração da história local e pela memória, que ratifica a história e faz os elos de significação simbólica da sociedade local para com o patrimônio cultural. Também constatou através do resultado da pesquisa que outras edificações possuem condições de serem patrimoniadas. Que a relação rural/urbana existente na vila distrital dá a mesma uma particularidade e nova possibilidade de discussão referente a espaços como o dos distritos rurais.

Palavras chaves: patrimônio cultural, rural-urbano, distrito, representatividade.

ABSTRACT

This dissertation was prepared starting from the assumption that the historical and cultural heritage built as architectural representation, consists of meanings and symbols that express the identity and historical experiences of a people, while contributing to the maintenance of the social memory. With this parameter - considering the spatial area, the urban village of the district rural municipal Guaragi, Ponta Grossa/PR (with its particularities, peculiarities and context) - the research is considered relevant to verify and analyze which one(s) to representative(s) is(are) designated to shareholders as a means of demonstrating their importance in the collective social site. Thus, for this study of the representation related to heritage was investigated, it was decided by the State School Field Dr. Munhoz da Rocha, being the equity presented analysis conditions, whereas the other local heritage, the railway station, was being rebuilt. Thus, to achieve the central objective of this research was necessary theoretical subjects about the issues involving the proposed discussion and use qualitative methodology, which helped to know that, through the acquisition of graphic representations (drawings) and the questionnaires, the significant elements that are part of the experience of local residents. From this, we sought to identify and analyze the factors affecting the reality experienced by local residents, i.e., the geographical context in relation exists in rural and urban spatial area (the village) and the historical-economical and socio-cultural factors that led the current reality. Then research turned understanding of cultural heritage, its historical construction and legislation established national forums, regional and local level as a way to support the understanding, and then analyze the data acquired from the field research, to be presented at the time that the research examines how the residents were related to the existing cultural heritage, which ones have the notion, which ones tied meanings and importance, starting with the abstract framework coming to a close and with the object that collaborated with the research, the school in question. The survey results showed that for the local population cultural heritage is linked to economic factors, through tourism, politics, the possibility of investment of rulers, historical, through the consecration of local history and memory, which ones confirms the story and makes links of symbolic significance to the local society with cultural heritage. Also found through the search result that other buildings have heritage conditions. That the rural/urban village existing in the same district gives a particular and new possibility of discussion concerning areas such as rural districts.

Keywords: cultural heritage, rural-urban, district, representativeness.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 —	População urbana, rural e total. Brasil, 1900-2010.....	27
TABELA 2 —	Relação de ambientes do colégio.....	84

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 —	Guaragi	38
FOTOGRAFIA 2 —	Entre Rios	41
FOTOGRAFIA 3 —	Guaragi – Estação Ferroviária em 1930	42
FOTOGRAFIA 4 —	Guaragi – Estação Ferroviária em 1997	42
FOTOGRAFIA 5 —	Guaragi – Estação Ferroviária em 2003	43
FOTOGRAFIA 6 —	Guaragi – Estação Ferroviária em 2005	43
FOTOGRAFIA 7 —	Guaragi – Estação Ferroviária em 2012	44
FOTOGRAFIA 8 —	Estação Ferroviária de Entre Rios e o Cartaz da Peça de Teatro	45
FOTOGRAFIA 9 —	Guaragi – Serraria – Entre Rios – Indústria madeireira era base econômica do município	46
FOTOGRAFIA 10 —	Guaragi – Igreja Nossa Senhora da Luz, 1953	46
FOTOGRAFIA 11 —	Guaragi – Cerâmica São Sebastião	47
FOTOGRAFIA 12 —	Guaragi – Escola M. Prof ^a . Maria Elvira J. Schmidt – Ed Infantil e E. Fundamental (anos iniciais)	58
FOTOGRAFIA 13 —	Guaragi – C. E. C. Munhoz da Rocha	58
FOTOGRAFIA 14 —	Guaragi – Construção datada de 1898 – Casa da falecida D. Margarida	59
FOTOGRAFIA 15 —	Mosaico de fotos – Guaragi, comércio	62
FOTOGRAFIA 16a —	Horticultura	62
FOTOGRAFIA 16b —	Plantação no distrito de Guaragi	63
FOTOGRAFIA 17a —	Cultivos nas residências da vila do distrito de Guaragi	63

FOTOGRAFIA 17b —	Cultivos nas residências da vila do distrito de Guaragi	64
FOTOGRAFIA 18 —	Mosaico do C.E.C. Dr. Munhoz da Rocha – Ensino Fundamental e Médio	77
FOTOGRAFIA 19 —	Diploma de conclusão do curso primário, quarta série, do Grupo Escolar de Entre Rios	79
FOTOGRAFIA 20 —	Ata de festividades do Colégio	80
FOTOGRAFIA 21 —	Jornal “Paraná Infantil” – Grupo Escolar Dr. Munhoz da Rocha	81
FOTOGRAFIA 22 —	Vista aérea do C. E. Munhoz da Rocha, Guaragi	83
FOTOGRAFIA 23 —	Guaragi – C. E. Munhoz da Rocha – Pátio central, atualmente (2012) em processo de reforma	85
FOTOGRAFIA 24 —	Guaragi – Mercaria e Bar do Pelé	109
FOTOGRAFIA 25 —	Guaragi – Igreja Nossa Senhora da Luz	109
FOTOGRAFIA 26 —	Guaragi – Posto de Combustível	110
FOTOGRAFIA 27 —	Guaragi – Posto de Saúde	110
FOTOGRAFIA 28 —	Guaragi – C. E. C. Munhoz da Rocha	111
FOTOGRAFIA 29 —	Guaragi – Posto Policial (desativado)	132

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 —	Guaragi – População Urbana e Rural – 1991-2010	53
GRÁFICO 2 —	Identificação do morador: rural ou urbano	61
GRÁFICO 3 —	Idade dos entrevistados da comunidade	105
GRÁFICO 4 —	Tempo de residência dos entrevistados da comunidade	106
GRÁFICO 5 —	A composição da vila segundo os moradores	108
GRÁFICO 6 —	Saber o que é Patrimônio Cultural	124
GRÁFICO 7 —	Patrimônio Cultural do distrito segundo os moradores	125
GRÁFICO 8 —	A importância de se possuir um Patrimônio Cultural no distrito segundo os moradores	130
GRÁFICO 9 —	Os vínculos relacionados ao C. E. C. Munhoz pelos moradores	138

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 —	Guaragi – Características da população.....	54
------------	---	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 —	Mapa do Território da Paróquia de Sant'Ana de Ponta Grossa, 1823-1879	40
FIGURA 2 —	Mapa do Estado do Paraná e Município de Ponta Grossa	49
FIGURA 3 —	Guaragi – Vista aérea da área urbana do distrito	61
FIGURA 4 —	Guaragi – Vista aérea da área urbana do distrito com pontos de referência	112
FIGURA 5 —	Croqui mental da vila do distrito	115
FIGURA 6 —	Croqui mental da vila do distrito	116
FIGURA 7 —	Croqui mental da vila do distrito	117
FIGURA 8 —	Croqui mental da vila do distrito	118

LISTA DE SIGLAS

COMPAC	Conselho Municipal de Patrimônio de Ponta Grossa
CPC	Coordenação do Patrimônio Cultural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 — O RURAL E O URBANO DO MUNICÍPIO AO DISTRITO. A VILA DE GUARAGI E SEU CONTEXTO HISTÓRICO- GEOGRÁFICO	24
1.1 A DIVISÃO RURAL-URBANA NO BRASIL	25
1.2 URBANO E RURAL, AS RELAÇÕES QUE VÃO DA DICOTOMIA AO CONTINUUM	28
1.3 O DISTRITO MUNICIPAL DE GUARAGI, PONTA GROSSA/PR – A HISTÓRIA E A SUA CONFIGURAÇÃO SÓCIOESTRUTURAL	37
1.3.1 O município que se tornou distrito	39
1.3.2 O distrito municipal de Guaragi e alguns aspectos legais	48
1.3.3 Características da população	52
1.3.4 A vila, núcleo urbano do distrito	56
1.3.4.1 A vila, repositório de memória e um híbrido urbano/rural	57
CAPÍTULO 2 — O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	71
2.1 O PATRIMÔNIO E SUAS ASSOCIAÇÕES	71
2.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E LUGAR	73
2.2.1 Os elementos do Patrimônio Cultural	73
2.2.2 Patrimônio Cultural edificado	74
2.2.2.1 O patrimônio cultural edificado representado pelo Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha	76
2.2.2.1.1 O espaço escolar — materialidade	82
2.2.2.1.2 O espaço escolar — além da materialidade	86
2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E A MEMÓRIA	87
2.3.1 A memória e a história — diferenças e relações	89
2.4 O PATRIMÔNIO CULTURAL E O LUGAR (REAL E FICTÍCIO)	91
2.5 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NO BRASIL	92
2.5.1 O Patrimônio histórico-cultural no Estado do Paraná	95
2.5.2 O patrimônio cultural no município de Ponta Grossa, através do COMPAC- Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Ponta Grossa	97

2.5.2.1	O processo de tombamento pelo COMPAC do C. E. C. Dr. Munhoz da Rocha	98
2.5.2.1.1	O processo de tombamento — apontamentos	100

CAPÍTULO 3 — AS VÁRIAS FORMAS DE REPRESENTATIVIDADE DESIGNADA AO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO PELOS MORADORES DA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI, PONTA GROSSA/PR		103
3.1	BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS A PARTIR DO QUESTIONÁRIO	104
3.2	OS PONTOS DE REFERÊNCIA DA VILA DO DISTRITO SEGUNDO OS ENTREVISTADOS	106
3.3	A NOÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	121
3.3.1	A noção sobre patrimônio histórico e cultural segundo os moradores	123
3.3.2	Os elementos e fatores que aparecem vinculados à importância de se possuir um patrimônio cultural	126
3.3.2.1	A importância de se possuir um patrimônio cultural, segundo a comunidade da vila e do entorno do distrito de Guaragi	129
3.3.3	O Colégio, a memória, a história, o patrimônio cultural edificado	136
3.3.3.1	Os elos, a história e a memória	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS		139
REFERÊNCIAS		146
APÊNDICES		156
ANEXOS		198

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural tem sua existência envolvida por várias formas de significação e representação ao longo do tempo. No passado ele esteve vinculado à potência e a grandeza representada pelos reis, como no caso do Coliseu (Roma), das pirâmides do Egito, em outro momento vinculado a arquitetura do edifício mais que ao seu fim ou destinação (CHOAY, 2006). Recentemente com a evolução das interpretações que o envolve, este passa a ter como referencia não somente edificações que são símbolos da nação (edificações que representam a história nacional), mas também as de referencias às instâncias, regional e local.

É na instância local que esta pesquisa analisa e demonstra qual a representatividade designada ao patrimônio cultural por uma comunidade rural-urbana pertencente à vila do distrito municipal de Guaragi, Ponta Grossa/PR.

O objetivo central da pesquisa é fundamentado por dois motivos. O primeiro considerando as poucas pesquisas acadêmicas realizadas em relação ao recorte espacial, a vila de um distrito municipal, e o segundo devido aos estudos sobre o patrimônio cultural estarem vinculados, na maioria das vezes, a edificações, monumentos e fatos ligados à história nacional e regional, normalmente sediado nos principais centros urbanos, onde o contexto e o interesse político de preservação se fazem mais presente. No que diz respeito sobre a escolha do recorte espacial e em específico na vila do distrito, a discussão segue mediada pelos autores: Wanderley (2001), Rua (2002, 2005), Blume (2004), Veiga (2003), Corrêa (2002), Santos (2006), que tratam a divisão rural-urbana, a dicotomia e o continuum na relação existente nestes espaços e em pesquisas já realizadas no local: Barreto (2011), Pretto (2011). Já com relação ao patrimônio cultural, os autores utilizados são Choay (2006), Nora (1993), Tuan (1983), Claval (2007), Mesentier (1992), Monastirsky (2006), Martins (2011), Silva (2011) que discutem o patrimônio cultural, no seu contexto histórico, nas suas significações, simbologias, na relação cultural e arquitetônica, além da legislação que envolve o patrimônio cultural nas diferentes instâncias nacional, estadual e local.

Para que o objetivo central fosse contemplado, a construção da pesquisa necessitou conhecer, analisar e compreender os elementos condicionantes da realidade vivenciada pelos atores sociais locais. Estes elementos condicionantes que foram analisados são: o contexto geográfico na relação rural e urbana existente

no recorte espacial, a vila; os aspectos culturais de predominância local; os fatores histórico-econômicos que conduziram a realidade atual da vila e, principalmente, a relação existentes dos moradores com os patrimônios culturais, qual noção possuem, quais significados e importância vinculam ao mesmo, iniciando pelo âmbito abstrato e findando com o instrumento que colaborou para a análise o Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha. Contudo, cabe a ressalva de que o estudo sobre o patrimônio cultural também caminha pela ligação do patrimônio cultural com a memória, a história e o lugar intermediado pela identificação da sociedade local que lhe atribui os vínculos afetivos, significativos e simbólicos.

Ao propor a análise voltada para o patrimônio cultural edificado, a opção pelo colégio em questão se deu pelo fato deste oferecer as condições necessárias para colaborar com a pesquisa, devido a sua situação físico-estrutural, histórico-social e geográfica para com a vila do distrito. A estação ferroviária, que é o outro patrimônio tombado pertencente à vila, mesmo em estado de reconstrução no período da pesquisa, está contemplada nas análises.

Outro ponto que contribuiu para a escolha do colégio foi o fato deste fazer parte da construção histórico-geográfica e social enquanto edificação local que se relaciona diretamente com a vida de todos (CHOAY, 2006), da comunidade escolar e da comunidade do lugar.

Como são os sujeitos residentes na vila e no entorno do distrito que darão a esta pesquisa a resposta ao objetivo central, foi fundamental conhecer o espaço onde habitam e como a cultura destes influencia e sofre influência do desenvolvimento e realidade local.

O desenvolvimento urbano ocorre a partir da necessidade humana que constroem as edificações que compõem o espaço como forma de suprir-se de coisas indispensáveis ao seu dia a dia nas diversas áreas, como na educação, na economia, na política, no comércio e na indústria. É destas áreas que surgem os agentes transformadores do espaço, cada qual com seus objetivos e propostas para com as edificações e espaços: rural e urbano.

As edificações são estruturas que mudam de função e significado à medida que as ações humanas lhe imputam atribuições. Dentre as atribuições, a de educação é a que se faz presente nos prédios escolares registrando a passagem de milhares de pessoas ao longo do tempo. Um edifício como este marca o espaço urbano, não só por sua edificação, mas também pela lembrança de uma época que

não existe mais. Algo que veio do passado e que está no momento presente como acervo de fatos e tradições que inspira e recria em outras gerações a imagem de lugar (TUAN, 1983). Assim como ele, outras edificações, que também constituem um espaço específico, neste caso o distrito, marcam a imagem do lugar, pois carregam consigo uma carga simbólica, histórica e memorial que os monumentaliza enquanto edificação de expressão e significância local.

O lugar, segundo (TUAN, 1983, p. 6), surge “à medida que os conhecemos melhor e o dotamos de valor” pelos sentimentos, afetividades e amizades que se constituem e passam a fazer parte da memória. Lugar que não fica restrito meramente ao visível, mas que é moldado através de “experiências cotidianas que se expressam na linguagem o tornando um ponto de referência medido por significados onde a identidade do indivíduo é reforçada e igualmente transformada” (FEIBER, 2007, p. 25).

Para Silva (1991, p. 122) “... o lugar é uma abstração, se não for considerada a população — em sentido amplo — que lhe dá concretude”. O lugar, portanto, como “produto da interação humana, é significativo tanto para quem observa como para quem o pratica” (FEIBER, 2007, p. 28). E essa interação humana é regida pelas ações que justificam suas intencionalidades, que definem e organizam socialmente suas relações, se constituindo em processos de significação. Estes processos que nos possibilitam interpretar as ações sociais constituem nossas culturas (HALL, 2006; SILVA, 1991).

Cultura que segundo Claval (2007, p. 89) “é indispensável ao indivíduo no plano de sua existência material. Ela permite sua inserção no tecido social. Dá uma significação a sua existência e a dos seres que o circundam e formam a sociedade da qual se sente membro”. Isso considerando as relações sociais que os indivíduos mantêm a partir de um contexto histórico, político, econômico e geográfico. É, neste contexto repleto de significados, envolvido pelas relações sócio-culturais, históricas, política, econômica, pertencentes a um espaço não abstrato, mas constituído de definições, atributos e localidade, onde a identidade toma corpo, pelos hábitos, vivências e memórias, que se concebe a formação de um patrimônio edificado.

Patrimônio edificado que segundo Mesentier (1992) é suporte da memória social. E

A busca pela memória é também uma busca pela identidade. A memória é um poderoso operador na construção da identidade. O patrimônio construído, a linguagem e os símbolos de uma nação têm uma enorme importância para a identidade da população, porque, para além de dar sentido às coisas, alimentam a memória. Esta, ao conferir ao grupo sentido para o seu passado, identifica-o, contribui para a construção da sua identidade (MARTINS, 2011, pp. 28-29).

O patrimônio possui uma relação com a identidade e a memória social, pois expressa a identidade histórica e as vivências de um povo, ou seja, “como produzem, reproduzem e transmitem de uma geração a outra, sua memória social” (CONNERTON 1989; OLICK 2011 *apud* RODRIGUES, 2012), ao mesmo tempo em que imputam valor, significado e sentido simbólico a edificação pertencente a um determinado lugar.

A importância dada ao patrimônio edificado é subsidiada por todos os elementos que até agora foram apontados, e também por sua configuração na sua abrangência espacial. Neste sentido, o lugar, ou seja, a vila do distrito municipal apresenta característica de predomínio tanto urbana, quanto rural, o que atribui a esta, um traço único e específico que envolve os moradores locais.

As peculiaridades existentes tornam o patrimônio local relevante, pois este não se encontra em um grande centro urbano, e sim, na vila urbana isolada¹ do distrito rural de Guaragi, que possui como característica um espaço híbrido (SANTOS, 2006), de transição, um *continuum* (WANDERLEY, 2001; SOLARI, 1979; RUA, 2005), onde a maioria da população se percebe enquanto rural, ao mesmo tempo em que anseia por modernidades (PRETTO, 2011), que possui um contexto histórico-econômico (do município que virou distrito) e sócio-culturais (dos grupos étnicos) que lhe dão a idiossincrasia (BARRETO, 2011) que contribui para a formação territorial.

Guaragi está localizado a aproximadamente 32 quilômetros da sede municipal, pela rodovia PR 151 e PR 438, é um distrito que compõe o município de Ponta Grossa e que possui um grau de urbanização, segundo o IBGE, de 97,79% (IBGE, 2010), com 2.025,697 km² (IPARDES 2010) de extensão territorial e que, devido a essa dimensão espacial, se subdividiu em mais quatro distritos sendo: Ponta Grossa (distrito sede), Uvaia, Itaiacoca e PiriQUITOS, conforme divisão territorial

¹ Fazem parte dos Distritos Administrativos conforme a Lei nº 8799 de 26/12/2006, Capítulo III Art 4º.

de 31 de dezembro de 1963, segundo IBGE (ANEXO C) e a divisão territorial de Ponta Grossa — Câmara Municipal de Ponta Grossa — Lei nº 8.799/2006 (ANEXO D). Dentre os distritos mencionados, “o distrito de Piriquitos está vinculado à malha urbana do município; Itaiacoca tem grande extensão e não tem uma sede distrital bem definida. Guaragi e Uvaia possuem vilas definidas” (PRETTO, 2011, p. 36) que colaborou para a escolha do recorte espacial.

Foram utilizados, para esta pesquisa, dados estatísticos do IBGE; documentos históricos do distrito, pesquisas científicas já realizadas no local (ANTONIACOMI; KUTAH, 1999; BARRETO, 2011; PRETTO, 2011), documentos da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, pesquisa de campo, com aplicação de questionários semi-estruturados (tanto *in loco*, quanto via internet, através do site www.guaragi.com), fontes orais, como forma de subsidiar e compreender a relação que os moradores da vila do distrito de Guaragi têm com o patrimônio cultural.

O estudo sobre a representatividade do patrimônio cultural (neste caso utilizando-se do Colégio Estadual como instrumento que colabora para com esta pesquisa) se dá também de forma **mnemônica** — arte e técnica de desenvolver e fortalecer a memória mediante processos artificiais auxiliares — ex: a associação daquilo que deve ser memorizado com dados já conhecidos ou vividos; combinações, arranjos, imagens... (Dicionário Novo Aurélio da Língua Portuguesa, 1999, p. 1348).

Feitas as devidas considerações acerca do trabalho, apresento em linhas gerais os procedimentos metodológicos. Optou-se pela pesquisa qualiquantitativa, sendo a qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1982) *apud* Lüdke; André (1986, p.13), a que “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Em que segundo Minayo (1993)

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1993, p. 21-22).

Contudo o processo operacional da pesquisa utilizou dados quantitativos e qualitativos, pois ambos se complementam, considerando que a realidade abrangida por eles interage dinamicamente (MINAYO, 1993).

Para que a opção pela pesquisa qualitativa fosse viabilizada, foi feita a observação direta dos elementos da localidade realizando entrevistas a partir da aplicação de questionários semi-estruturados (tanto pessoalmente quanto através da internet) e a partir da aquisição de representações gráficas por meio de desenhos elaborados pelos entrevistados durante a pesquisa de campo. As representações gráficas (desenhos/croquis) foram a forma utilizada para verificar e analisar como o distrito é visto por seus moradores, como eles expõem, sem o uso da palavra, os pontos e os elementos considerados importantes (suas referências) dentro da vila, seja por necessidade ou seja por marcar sua memória e história. Com os desenhos pode-se observar a noção espacial constituída pela vivência de cada sujeito, se e como os patrimônios aparecem em seus croquis.

A aplicação dos questionários foi realizada na rua, de casa em casa de forma aleatória, também no posto de saúde e no próprio Colégio nos dias 09 e 10 de agosto de 2012, durante os períodos da manhã, tarde e noite. Foram entrevistados vinte moradores (considerando a saturação das respostas), 17 alunos do 8º ano do Ensino Fundamental e 27 alunos do 3º ano do Ensino Médio, os quais responderam ao questionário elaborado com 10 e 9 questões semi-estruturas respectivamente, relacionadas à moradia, à noção espacial do distrito com pontos de referências (alguns desenharam), à noção sobre patrimônio (se conhecem e sabem da existência de algum no distrito), entre outras (ver Apêndice B).

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos: O primeiro deles, denominado “O rural e o urbano do município ao distrito. A vila de Guaragi e seu contexto histórico-geográfico”, foi desenvolvido em dois momentos, sendo que no primeiro buscou-se apresentar as questões urbano-rurais, tanto em seu contexto histórico no Brasil ao retratar os aspectos legais que repercutiram na configuração do território brasileiro; quanto nas discussões de diversos autores que perpassam da dicotomia entre o urbano e o rural ao *continuum*. E no segundo momento considerando a necessidade da análise do contexto apresentado pela vila e seus moradores, o capítulo apresentou a história do distrito que se constitui de fases muito distintas e sua configuração sócio-estrutural, paralelamente a relações e

interações existentes no local. Isso como forma de demonstrar o quadro teórico em que se encontram os moradores e os patrimônios culturais na vila do distrito.

O segundo capítulo, intitulado “Patrimônio Histórico Cultural” demonstrou o percurso que o patrimônio teve na Europa, no Brasil, no estado do Paraná e em Ponta Grossa, procurando vislumbrar seu histórico, a política que o envolveu e envolve para compreender como este é legalmente definido. Sendo que no âmbito municipal o Conselho Municipal de Patrimônio de Ponta Grossa - COMPAC, que é o órgão regulamentador do patrimônio histórico cultural e artístico do município de Ponta Grossa, foi o responsável pelo tombamento do colégio. O capítulo também considerou os conceitos e questões que norteiam, especificamente, o patrimônio cultural edificado, sua importância histórico-geográfica, seus significados e vinculações locais apresentando o patrimônio cultural, o Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha — Ensino Fundamental e Médio, sediado na vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR, com o instrumento que colabora nesta pesquisa.

O terceiro capítulo, “As várias formas de representatividade do patrimônio cultural edificado designadas pelos moradores da vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR” analisou a pesquisa de campo associando as questões teóricas que perpassam pela realidade urbano-rural da vila e, principalmente, por aquelas pertinentes ao patrimônio cultural na relação com a comunidade local na busca pela resposta aos objetivos propostos.

1 O RURAL E O URBANO DO MUNICÍPIO AO DISTRITO. A VILA DE GUARAGI E SEU CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

As questões urbano-rurais, tanto em seu contexto histórico no Brasil (ao retratar os aspectos legais que repercutiram na configuração do território brasileiro), quanto nas discussões de diversos autores que perpassam da dicotomia entre o urbano e o rural para o “*continuum*” (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1930, *apud* LINDNER, ALVES; FERREIRA, 2009, SOLARI, 1979, WANDERLEY, 2001 e RUA, 2002), projetam a divergência que persiste nas questões teóricas que ocasionam dificuldade na construção conceitual e metodológica sobre a definição do que é rural e urbano.

Dessa forma, fazer uma abordagem inicial sobre tal situação se tornou fundamental para embasar o estudo sobre a relação do urbano e o rural na escala local, que é onde a interação social acontece de forma mais intensa devido às ligações afetivas e simbólicas existentes. Segundo Pretto (2011, p. 20) “é no lugar que os indivíduos tecem suas relações mais subjetivas, e é onde as suas peculiaridades ficam mais evidenciadas, pois é construído no cotidiano, no que já foi vivido”.

Neste sentido, é na escala local, cuja compreensão se busca, que se encontra a vila do distrito municipal de Guaragi (espaço de análise deste estudo), lugar de relação entre o urbano e o rural, de interação entre a cidade e o campo, entre o moderno e o tradicional, sendo um lugar de transição, um “*continuum*” que subsidia a partir da realidade vivenciada por seus moradores a condição de análise do problema proposto na pesquisa.

Considerando a necessidade da análise do contexto apresentado pela vila e seus moradores, no segundo momento deste capítulo apresentar-se-á a história do distrito, que se constitui de fases muito distintas e a configuração sócio-estrutural paralelamente a relações e interações existentes no local.

Com isso, esse capítulo foi elaborado para demonstrar em que contexto histórico/geográfico e social se encontra o patrimônio cultural, o C.E.C. Dr. Munhoz da Rocha e a comunidade da vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR, a partir do quadro teórico mencionado. Pois é considerando estas condições que se analisará qual a representatividade de um patrimônio cultural para os moradores da vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR.

1.1 A DIVISÃO RURAL-URBANA NO BRASIL

O rural e o urbano, no histórico brasileiro enquanto espaço territorial, perpassa por situações que emergem a uma divisão que, muitas vezes, negligencia a realidade que os envolve. Divisão que visa aspectos políticos e não respeita características estruturais, econômicas, sociais e culturais que se fazem presentes nestes espaços, se utilizando de interpretações e interesses.

São divisões que surgem amparadas pela legislação nacional. Conforme Veiga (2003) expõe a definição de cidade vigente, é fruto do Estado Novo, que a partir do “Decreto-Lei 311 de 1938 transformou em cidades todas as sedes

municipais existentes, independentes de suas características estruturais e funcionais” (VEIGA, 2003, p.2). Segundo o autor, a partir disso, ínfimos povoados, ou simples vilarejos se tornaram cidades. Sendo que para isso, as futuras cidades precisariam possuir pelo menos duzentas casas, e para as vilas (sede de distritos), exigir-se-ia um mínimo de trinta moradias. O autor coloca, ainda, que “todas as localidades que naquela data eram ‘cabeça de município’, passaram a ser consideradas urbanas, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo fixado para as novas” (VEIGA, 2003, p. 2).

Posteriormente a este primeiro momento, outras modificações legais aconteceram, mas a dissonância da divisão no território brasileiro ainda permaneceu. A partir de 1991, o IBGE efetuou mudanças significativas e passou a utilizar três tipos de categorias definidas como urbanas e quatro tipos de aglomerados rurais. Sendo consideradas urbanas: as áreas urbanizadas e não-urbanizadas² de acordo com a intensidade da ocupação humana e áreas urbanas isoladas, regidas por leis municipais, ficando separadas por sede municipal, distrital, área rural ou outro limite legal. Já as áreas rurais passam a ser aglomerados rurais do tipo extensão urbanas, que ficam situados fora do perímetro urbano, desde que eles sejam extensão de uma cidade ou vila; o povoado é considerado aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, que disponha do mínimo de serviços e equipamentos, onde os moradores exerçam atividades econômicas; e núcleo aglomerado rural isolado que pertença a um único proprietário e outros aglomerados, os quais não representam as características de nenhum dos outros três (IBGE, 2001).

Veiga (2003) complementa que

Os resultados dos Censos Demográficos — segundo os quais a taxa de urbanização teria passado de 67,6% em 1980, para 75,6 em 1991, e 81,23% em 2000 - correspondem unicamente a uma convenção normativa cujo intuito foi uniformizar a divisão territorial brasileira para o Censo de 1940 (VEIGA, 2003, p.3).

Os apontamentos feitos por Veiga (2003) são visíveis quando comparados com o quadro da população brasileira, pois o crescimento populacional passou por alterações consideráveis entre o meio rural e urbano, coincidentemente nos períodos apontados pelo mesmo.

² São aquelas legalmente definidas como urbanas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural (IBGE, 2001, p. 16).

Tabela 01 — População urbana, rural e total. Brasil, 1900-2010

Anos	População Urbana	População Rural	Total
1900	-	-	17.318.556
1920	-	-	30.635.605
1940	12.880.182	28.356.133	41.236.315
1950	18.782.891	33.161.506	51.944.397
1960	31.303.034	38.767.423	70.070.457
1970	52.084.984	41.054.053	93.139.037
1980	80.436.409	38.566.297	119.002.706
1991	110.990.990	35.834.485	146.825.475
1996	123.076.831	33.993.332	157.070.163
2000	137.953.959	31.845.211	169.799.170
2010	160.925.792	29.830.007	190.755.799

Fonte: Censos Demográficos IBGE
Organização: GRILO, R. B. (2012)

O crescimento populacional, apresentado na tabela, segue acompanhado pela constante alteração populacional entre a distribuição rural e urbana durante décadas, em que se vê, respectivamente, a redução de uma, perante a ampliação da outra, acentuando-se principalmente a partir dos anos 1980.

Os dados apresentados na tabela ratificam a situação na qual se estabeleceu, a partir da determinação do que vem a ser considerado área urbana na legislação vigente, colaborando para um aumento considerável da população urbana. Para Veiga (2003, p. 5) “é inaceitável, portanto, que essa taxa oficial continue a ser entendida como indicador da real distribuição populacional urbano/rural, característica básica da configuração territorial de qualquer espaço”.

A aparente ocupação entre os espaços, rural e urbano, não se deu somente pelos condicionantes estruturais, econômicos, funcionais e sociais pertinentes a cada década, mas principalmente pela política em sua interpretação sobre a delimitação territorial no ato de redigir a legislação. Isso demonstra que

São inúmeras as dificuldades conceituais e metodológicas impostas, há tempos, aos formuladores de políticas de planejamento público, aos demógrafos e aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que, obrigatoriamente, se deparam com as inadequações existentes na definição do que seja rural e urbano no Brasil. A superação definitiva desse problema parece distante uma vez que, como se não bastasse à vigência de uma legislação anacrônica³, deve-se admitir a carência de investimentos teóricos

³ Decreto-lei 311 de 1938.

e de esforços empíricos voltados para a compreensão do tema (REIS, 2006, p.2).

Essa dificuldade presente é reflexo da legislação do século anterior, na década de 1930, num momento em que a sociedade brasileira era considerada basicamente rural. Naquele período, a legislação que buscava uniformizar a partir de requisitos mínimos, permitiu que a delimitação territorial fosse definida por cada município, onde muitas vezes, de acordo com sua necessidade, determinam-se os limites sem se preocupar em fazer um estudo que respeite a realidade que envolve a área rural e urbana.

... a população brasileira ao longo do Século XX teve sua passagem de uma população basicamente rural durante toda a primeira metade do século para uma situação de larga predominância urbana ao final do século. Assim, enquanto a população classificada como urbana em 1950 correspondia a cerca de 36% do total da população brasileira, a cifra referente ao ano 2000 atingia mais de 81%. Esse crescimento da população urbana não reflete apenas as fortes migrações de origem rural, como também o significativo crescimento natural das próprias áreas urbanas e a incorporação de novas áreas, que passaram a ser classificadas como urbanas nos censos mais recentes (SILVA; BARBOSA, IBGE, 2006, p. 48-49).

Como colocado, a questão populacional está ligada tanto a migração, como também a incorporação de novas áreas, antes rurais, agora urbanas que tiveram suas alterações feitas amparadas com base na legislação vigente.

Mas, independente da migração da população ou da nova classificação (como urbana) as áreas rurais não deixam de existir, pois ainda mantêm sua essência e suas características primordiais.

São essas características primordiais que devem ser verificadas e consideradas nas realidades locais. É neste sentido que esta pesquisa apresenta as discussões acerca das relações que envolvem o rural e o urbano, pois estas relações devem ser consideradas na pesquisa por envolver a comunidade e o patrimônio cultural edificado que é instrumento da pesquisa que se encontram presentes na vila municipal do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR.

1.2 URBANO E RURAL, AS RELAÇÕES QUE VÃO DA DICOTOMIA AO CONTINUUM

Para vislumbrar a mudança que houve da predominância do rural para o urbano, não basta se ater apenas aos dados estatísticos e a legislação, é

necessário também conhecer as discussões teóricas sobre a dicotomia e o *continuum* que envolvem estes espaços. Assim, apresentar as considerações sobre o rural e o urbano se faz pertinente, lembrando que o urbano, segundo o IBGE (2000), é caracterizado por construções, arruamentos e intensa ocupação humana.

A

[...] cidade aparece aos nossos olhos como uma aglomeração de pessoas, mercadorias e capital. Do ponto de vista do sistema capitalista, a cidade se apresenta como uma aglomeração que objetiva a produção. Neste sentido, ela aparece como condição geral do processo de produção capitalista, viabilizando também os processos de circulação, distribuição e troca. O urbano é, assim, concentração de população, instrumento de produção, do trabalho, dos serviços, de consumidores, reserva de mão-de-obra. Para o produtor, a cidade aparece como equipamento e infraestrutura produtiva. Já do ponto de vista do consumidor é um bem de consumo coletivo (habitação, transporte, lazer, ócio), algo mais que um amontoado de homens e edificações. Enquanto forma que assume o espaço urbano, a cidade é trabalho social materializado; portanto produto do homem e das necessidades de seus habitantes. Os prédios, as ruas, os parques, a iluminação, os carros e meios de transportes, os pontos de ônibus etc., que para nós caracterizam a cidade, são elementos produzidos pelo homem no processo de trabalho (CARLOS, 1998, pp. 59-61).

Todos os apontamentos feitos pela autora com seus aspectos e características, demonstram que o urbano se difunde como desenvolvido e moderno, pois traz, em sua estrutura, as inovações e o suporte à necessidade humana em vários setores como saúde, comércio, indústria, entretenimento, político-administrativo, cultural, e assim por diante. Dessa forma, o urbano torna-se, segundo a visão de alguns autores, como predominante com relação ao rural, que apesar de possuir modernidades, este não as apresenta de forma tão significativa e abrangente. Mas as discussões sobre o urbano e o rural não param neste quesito, elas seguem rumo à transição entre estes espaços, que vão desde a dicotomia até um *continuum*, com urbanidades e novas ruralidades que serão mais bem demonstradas a seguir como forma de subsidiar a análise da realidade apresentada pela vila municipal do distrito de Guaragi.

No que diz respeito às definições clássicas sobre o rural, estas se colocam de forma dicotômica ao urbano, até mesmo como o oposto em algumas discussões científicas. De acordo com Blume (2004), os primeiros debates surgem sistematizados a partir de uma visão onde o rural possui uma realidade específica e oposta ao urbano, isso tendo como base os estudos de Ferdinand Tönnies sobre as diferenças entre comunidade e sociedade. O que gerou a corrente denominada de dicotomia, devido ao antagonismo dualístico existente sobre o rural.

Seguindo esta corrente, as discussões feitas por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930) surgem na época como uma perspectiva do *continuum* rural/urbano numa variação analítica do enfoque dicotômico, onde mais tarde (1981), segundo LINDNER; ALVES; FERREIRA (2009), buscava-se delinear as diferenças sociológicas fundamentais a respeito do rural e do urbano que segundo

os autores essa definição deveria ser uma definição composta, ou seja, a combinação de vários traços típicos e não levando em conta apenas uma característica. Na concepção de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), entre o rural e o urbano existiriam nove diferenças fundamentais: as diferenças ocupacionais, as quais gerariam outras diferenças. Nesse caso o habitante do rural estaria ocupado com a agricultura, ou seja, a coleta e cultivo de plantas e animais; as diferenças ambientais, nas quais os trabalhadores rurais trabalhariam mais ao ar livre em contato com a natureza, ao contrário das populações urbanas que estariam em um ambiente artificial da cidade; as diferenças no tamanho das comunidades, onde existiria uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e a percentagem da população ocupada na agricultura; as diferenças na densidade populacional, nas quais as comunidades de agricultores teriam uma densidade populacional mais baixa do que das comunidades urbanas; as diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações, nas quais as populações das comunidades rurais tenderiam a ser mais homogêneas em suas características psico-sociais; as diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social, na qual população do campo seria mais homogênea, enquanto os aglomerados urbanos seriam marcados por uma complexidade maior manifesta em uma maior diferenciação e estratificação social; as diferenças na mobilidade social, pois a classe urbana seria mais móbil e dinâmica que a rural, deslocando-se mais de lugar, de ocupação, de posição social, da riqueza para a pobreza e vice-versa; as diferenças na direção da migração, pois correntes de população indo do campo para a cidade são maiores que as da cidade indo para o campo; as diferenças no sistema de integração social, pois os moradores rurais teriam contato com menor número de pessoas, porém estes seriam mais diretos e duradouros do que os dos moradores da cidade (LINDNER; ALVES; FERREIRA, 2009, p. 3).

Todas as diferenças apresentadas contribuíram para que a dicotomia se perpetuasse no coletivo social, atrelando a isso também conceitos que rotulavam os residentes desse espaço como atrasados em todos os sentidos. Contudo, essa dicotomia passa a ser questionada e passa a sofrer objeções. Essas objeções partem da observação de que entre o meio rural e o urbano existiria uma gradação infinita, em outras palavras um *contínuo* (SOLARI, 1979).

Sendo assim, se faz pertinente considerar essa gradação, esse *contínuo* como trata Solari (1979), pois não poderia existir apenas o rural e o urbano sem algo que intermediasse essa relação.

Nesse sentido Wanderley (2001), coloca que o conceito *continuum* rural-urbano ou de urbanização do campo é discutido a partir de duas vertentes, sendo que a primeira parte da visão “urbano-centrada” (grifo da autora) de Rambaud

(1973) favorece o polo urbano do *continuum* como dominante e desenvolvido, e o polo rural, visto como atrasado por sucumbir a influência avassaladora do urbano. Já na segunda vertente ela aponta a relação que aproxima e integra esses dois polos extremos, colocando que a hipótese central, mesmo ressaltando as semelhanças e a continuidade, não destrói as particularidades destes, e não representa o fim do rural. Segundo a autora, nessa concepção “o *continuum* se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (WANDERLEY, 2001, p. 32-33).

É importante considerar as nominadas diferenças como especificidades dos espaços representados, em que ela, a autora, coloca o espaço rural também como “ator coletivo” (grifo da autora) manifestado no plano das identificações e das reivindicações na vida cotidiana (WANDERLEY, 2001). O que propõe uma ligação do rural e do urbano. Ou seja, a mesma autora dá interpretações distintas a realidade destes espaços.

Além destas posições e análises apresentadas há ainda os teóricos que divergem em suas concepções acerca da divisão e da relação sobre o urbano e o rural. Sendo importante lembrar que alguns teóricos cogitam, a partir das reflexões feitas em seus estudos, o fim do rural, como é o caso de José Graziano da Silva (1997), quando trata do novo rural brasileiro e também do Octavio Ianni (1996) ao discutir o mundo agrário a partir da era do globalismo, ambos apontados na análise feita por Rua (2002).

Rua (2002) demonstra através de uma citação de Ianni (1996) como este vislumbra a dissolução das fronteiras entre campo e cidade,

Acontece que faz tempo que a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural. Acabou a contradição cidade e campo, à medida que o modo urbano de vida, a sociabilidade burguesa, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem ou recriam o campo com outros significados (IANNI, 1996, p. 60).

O autor também menciona Graziano da Silva (1997, p. 78) quando este advoga sobre “a necessidade de políticas públicas que desprivatizem os espaços rurais agropecuários no País, criando povoados rurais urbanizados” (Rua, 2002, p. 30).

Os apontamentos feitos por Rua (2002) demonstram que as discussões feitas, tanto por Graziano (1997) quanto por Ianni (1996), conduzem a

relação urbano-rural para uma homogeneização dos espaços, onde um absorverá o outro, sendo que nesta relação o rural será absorvido pelo urbano.

Mas Rua (2002) não se restringe apenas às colocações de Graziano (1997) e Ianni (1996), ele apresenta seus opositores, que mesmo sendo da linha social-crítica, contrapõe-se a posição sobre o fim do rural, sendo eles (os opositores) Carneiro (1998), Veiga (2000), Alentejano (2000), Abramovay (2000), que pensam a relação rural/urbana como o lugar no qual existem trocas, ao mesmo tempo em que se mantêm preservadas as características de cada um. Situação que esboça a necessidade de um reconhecimento segundo Carneiro (1998), e de uma valorização do rural aponta Veiga (2000), demonstrando a partir da compreensão de Abramovay (2000) que o rural não é um residual do urbano. A contraposição posta pelos autores em suas discussões teóricas, exposta por Rua (2002), reforça a importância da discussão sobre a relação urbano-rural a partir do *continuum*, em que não se congita o fim do rural mais sim existência de uma relação e interação mais direta entre estes.

O autor ainda coloca que hoje não se pode pensar o velho *continuum* (grifo do autor) rural-urbano como visto por Wirth (1976, p. 92)⁴, pois segundo o mesmo é “necessário levar em conta que o modo de pensar, agir e produzir típico das cidades expande-se, até as mais remotas áreas rurais” (RUA, 2002, p. 37), e isso acontece sem que se perca a especificidade de cada um.

Para Rua (2005, p. 9), “o rural e o urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades”. As especificidades do urbano e do rural se encontram e se fazem presentes num determinado recorte espacial, demonstradas por aspectos físicos, nas edificações e infraestruturas, por aspectos econômicos, no predomínio do tipo de recurso de capital-financeiro e principalmente por aspectos socioculturais a partir de suas práticas, técnicas, ações, percepções, tradições. É neste sentido que ao nos deparamos com realidades como a da vila do distrito de Guaragi que a colocação de Rua (2005) se faz pertinente, o que veremos no segundo momento deste capítulo.

Ainda cabe ressaltar que as especificidades constituídas durante o processo histórico local contribuem para a composição da memória individual e

⁴ Wirth, 1996, p. 92, (mencionado por Rua, 2002, p. 37) sugeria que à medida que um lugar mudava de tamanho, mudava, também, suas características, existindo uma escala de tipos que iam da cidade mais povoada aos núcleos rurais mais remotos.

coletiva, que por sua vez é reproduzida nas gerações atuais advindo dos seus antepassados, o que Bourdieu (2009) chama de “*habitus*”. O autor coloca ao discutir as estruturas, *habitus*, práticas, em seu livro “O Senso prático” (2009) que

É na medida e somente na medida em que os *habitus* são a incorporação da mesma história – ou, mais exatamente, da mesma história objetivada no *habitus* e nas estruturas – que as práticas que engendram são mutuamente compreensíveis e imediatamente ajustadas às estruturas e também objetivamente combinadas e dotadas de um sentido objetivo ao mesmo tempo unitário e sistemático, transcendente às intenções subjetivas e aos projetos conscientes, individuais ou coletivos (BOURDIEU, 2009, p. 95).

Esta situação remete a todos aqueles que compõem uma classe ou grupo como algo comum entre estes, em que as experiências, sejam individuais ou coletivas, são vivenciadas e compartilhadas não só, mas também em lugares comuns que resulta da homogeneidade das condições de existência constituída ao longo dos anos.

Esta existência está condicionada aos aspectos da vida local, que ao considerar um recorte espacial específico como a vila do distrito, envolve o resultado do encontro entre o rural e o urbano, “devendo este ser entendido como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural da sociedade local” (WANDERLEY, 2001, p. 34) onde a nova ruralidade (WANDERLEY, 2000) que advém das mudanças ocasionadas ao longo das décadas, realizadas pela sociedade local e por seus governantes ao viabilizarem recursos e incentivos para a modernização e melhoria do espaço rural agregam a este novas funções sem caracterizar o seu fim.

Nesse sentido, Rua (2002) apresenta como exemplo os recursos utilizados pelo Estado do Rio de Janeiro, onde verbas comprometidas serviram como acelerador de “urbanidades” (grifo do autor), “ao incentivar a construção e melhoria da rede viária, da rede de postos de saúde e da rede escolar, dentre outras inovações” (RUA, 2002, p. 35). As urbanidades que passam a fazer parte do contexto local, inicialmente por uma necessidade, de certa forma influenciam e colaboram para a absorção de novo códigos, símbolos e valores.

O autor, ainda, trata a urbanidade e a nova ruralidade, que envolve a relação rural-urbana, sem a intenção de criar conceitos novos que obstaculizem mais ainda a discussão, porém procura demonstrar por um novo ângulo de visão e

análise de que a “urbanidade no rural”⁵ (grifo do autor) seria toda manifestação do urbano em área rural sem que se trate esse espaço formalmente como urbano e que a “nova ruralidade” (grifo do autor) enfatiza de forma mais adequada a força do rural diante do urbano que, sem dúvida, comanda o processo de reestruturação espacial no mundo contemporâneo. Dessa forma, as novas ruralidades são a forma como o espaço rural absorve instrumentos urbanos sem perder sua essência.

A modernidade presente no mundo contemporâneo possibilita alterações a partir das relações socioeconômicas no meio rural e nas atividades não agrícolas exercidas pelas famílias rurais, as quais passam a ser importante objeto de análise de muitos pesquisadores (BALSADI, 1997; SILVA, 1997, 2001; SCHNEIDER, 1999; MATTEI, 1999; entre outros), intrigados com a crescente formação de diferentes atividades e também pela atração que o rural vai despertando na população urbana, bem como a forma com que as famílias rurais vão respondendo a essas demandas.

O meio rural seria, então, um espaço diferenciado, não sendo mais apenas um lugar de produção agropecuária, mas um meio capaz de proporcionar a população urbana padrões de residência bastante específicos, além de ser espaço para formas de lazer ligadas ao contato com a natureza (WANDERLEY, 2002). Isso é

fundamental demonstrar que, apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo o seu significado alterado (ALENTEJANO, 2003, *apud* MONTES, 2006, p. 33).

Comungando dessa linha de pensamento Carneiro (1998) escreve que

As transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural. A heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultural local. (CARNEIRO, 1998, p. 58)

⁵ “Urbanidades” seriam todas as manifestações do urbano (mas nem sempre de origem urbana), em áreas rurais, sem que, por isso, se identifique tais espaços como urbanos. As “urbanidades” são constituídas por uma enorme gama de manifestações que vão desde a melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação até a aposentadoria e novas formas de lazer (RUA, 2002, p. 41).

As trocas advindas do mundo urbano e as transformações ocorridas por meio de investimentos e necessidades contemporâneas são imputadas aos espaços locais, contudo, estas se agregam como novos elementos que contribuem na construção local que as recebe adaptando-as ao seu meio. Esta situação as torna parte integrante da realidade que permeia o espaço rural sem retirar ou destruir sua essência, apenas dá ao espaço local mais significados e recursos e a sociedade mais afirmação em seus movimentos locais.

De acordo com Veiga (2004) tornou-se cada vez mais forte nos últimos anos um fenômeno novo em todas as sociedades mais desenvolvidas, que diz respeito à atração que os espaços rurais exercem e que resulta do grande aumento da mobilidade com um crescente leque de deslocamentos. Segundo o autor, nos últimos tempos, “as principais vantagens comparativas voltaram a serem riquezas naturais, mas de outro tipo. São os encantos do contexto rural — beleza paisagística, tranquilidade, silêncio, água limpa, ar puro — todas ligadas à qualidade do meio ambiente natural” (VEIGA, 2004, p. 4). Essas características que atraem cada dia mais pessoas oriundas do meio urbano demonstram as especificidades entre estes espaços, onde

o “rural” é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (KAYSER, 1990, p. 13 *apud* WANDERLEY, 2000, p. 87).

Permitindo que essas características sejam percebidas pela sociedade capitalista que é apresentada em grande porcentagem como urbana, o novo olhar para o rural e sua ruralidade acontece e valoriza o que ele demonstra como atributos qualitativos e atraentes.

Nestes termos não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor, e os produtos “naturais”, como exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidas como sendo próprias do mundo rural. (CARNEIRO, 1998, p. 59)

Não sendo somente algo a ser consumido pela sociedade urbana como aponta a autora, o rural também projeta o reflexo do desenvolvimento tecnológico que chega cada vez mais a sua realidade, se infiltrando e colaborando

para modificações que não significam mudanças profundas no espaço ora mencionado, mas uma absorção que dá a seus habitantes conforto e a possibilidade de uma interação maior ao mundo globalizado e capitalista do qual fazem parte. Ou seja, o rural mesmo agregando novas formas em seu espaço, ainda sim preserva sua identidade primordial, que se torna atraente aos olhares dos cidadãos. E essas manifestações, segundo Rua (2002), são fruto da expansão da urbanização para áreas rurais, que coexistem como aquelas que resultam de movimentos de afirmação do local, tornando-se pares dialéticos interagentes.

Dessa forma, é possível constatar que os meios, rural e urbano, interagem de forma específica com cada local (envolvidos pelo sistema capitalista, pelas relações sociais, históricas, culturais e geográficas), que acarretam extensa dificuldade na definição da espacialização das áreas rurais e urbanas, tanto para a academia quanto para os municípios existentes por esse país a fora.

A separação entre o que é rural e urbano no Brasil, a exemplo do que já aconteceu com os países desenvolvidos, também passa a se tornar cada vez mais desnecessária diante de uma realidade cada vez mais complexa, que demonstra que estes conceitos se interpenetram mais a cada dia. De fato, é impossível realizar um recorte espacial perfeito diante de toda a complexidade de uma realidade composta por diferentes níveis de integração e distanciamento entre os espaços rurais e urbanos. Mas para fins de planejamento e formulação de políticas de desenvolvimento rural e urbano, torna-se coerente a realização de algumas subdivisões que não buscarão, necessariamente, a total superação entre as insuficiências teóricas e empíricas do que seja rural e urbano no Brasil, constituindo-se em uma alternativa que possui sua viabilidade justificada por razões de ordem prática (REIS, 2006, p. 12).

E é neste contexto que muitos municípios brasileiros subdividem seu território buscando uma forma de organização político-administrativa para a realidade rural e urbana. Também é nesse contexto apresentado que as discussões acadêmicas seguem analisando a trajetória que envolve estes espaços na busca por explicações e conceitos sobre o rural e o urbano.

Com isso, é fundamental ao ser propor a pesquisa, que esta busque informações que permitam analisar a realidade do recorte espacial, não se atendo apenas a legislação que busca a viabilidade político-administrativa, mas principalmente a partir do olhar geográfico considerando as relações sócio-culturais e histórico-econômicas que envolvem o objeto de estudo (que nesta pesquisa é a representatividade de um patrimônio cultural para a comunidade da vila do distrito municipal). Pois é na particularidade e especificidade do espaço geográfico

(delimitado pelo recorte espacial) que se encontram todos os elementos que propiciaram a análise que conduzirá a compreensão de como o rural e o urbano se fazem presentes, tanto na estrutura física como no contexto social. Considerando esta necessidade que se apresentará a vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR para compreender como o rural e o urbano se fazem presentes e influenciam a sociedade local.

1.3 O DISTRITO MUNICIPAL DE GUARAGI, PONTA GROSSA/PR — A HISTÓRIA E A SUA CONFIGURAÇÃO SÓCIOESTRUTURAL

UM REPTO

Oculto, no Rincão da Soledade,
 verte, do barranco, a Fonte do Bicão,
 parece alguém, chorando de saudade,
 dos velhos tempos, que tão longe vão.
 Ousados sertanistas demarcaram,
 entre o Guaraúna e o Tibagi,
 a Fonte do Bicão, e ali fundaram,
 Bela Vista... Entre Rios... Guaragi!
 Três nomes e três fases bem distintas,
 da existência e da história do lugar:
 o povoado e o município, glórias extintas,
 e o distrito, bastião remanescente
 dum épico passado secular,
 é um repto para a luta, novamente.

Guaragi, 1963

Porthus Mariani



Fotos: Lauri Jr. / Renata



Fotografia 01 – Guaragi
Fonte: OLIVEIRA Jr. (folheto, 2004)

1.3.1 O município que se tornou distrito

Guaragi, atual distrito de Ponta Grossa, segundo registro (ANTONIACOMI; KUTAH, 1999) possui duas versões sobre sua história. Na primeira delas, seu início está relacionado ao caminho das tropas do estado do Paraná, pois era ponto de passagem da expedição à Fazenda Carrapatos que almejava os campos de Guarapuava. Na segunda versão, nos primeiros anos do século XIX, durante a passagem dos bandeirantes, um deles, o paulista Antônio de Almeida, ficou prisioneiro de uma tribo Tupi existente no lugar, sendo solto por uma índia que por ele se apaixonou e com ele fugiu. Anos depois, Antônio Souza de Almeida, chega a região e reconhece o lugar, fixando-se ali entre os rios, cuja vista denominou, chamando o lugar de Bela Vista.

Com base em autores como Holzman (1975), Chama (1981), Lowen (1990), Micele (2005), Bauchrowitz (2009), Barreto (2011), Pretto (2011) esta dissertação segue a história da primeira versão, Guaragi, inicialmente localizada no perímetro da Fazenda Carrapatos (Figura 1 — Bairro sinalizado pelo nº 3), surgiu entre os anos de 1823 e 1879 na divisão territorial da Paróquia de Sant'Ana de Ponta Grossa, situado entre os rios Tibagi ao norte, Santa Rita ao leste, Turvo ao sul e Guaraúna ao oeste, onde viajantes se instalaram e iniciaram o povoamento.



Fotografia 02 – Entre Rios

Fonte: <http://www.guaragi.com/fotos-antigas>

Acesso em: 08/04/2012

Entre Rios era uma pequena cidade em desenvolvimento e, no ano de 1891, recebeu a fundação da agência dos Correios e a construção da Estação Ferroviária (Roxo-Roiz), passagem da estrada de ferro São Paulo — Rio Grande (fotografia 03). Conforme consta na página de “Estações Ferroviárias do Brasil” (disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/guaragi.htm>) a Estação Ferroviária, foi inaugurada com o nome de Entre Rios e, em meados de 1940, teve alteração para Guaragi. Foi tombada como patrimônio cultural pelo COMPAC no ano de 2002. Segundo a reportagem em 2003 (fotografia 05) a estação estava abandonada e foi incendiada em 2005. O mato crescido tomava conta da plataforma e do antigo local da estação, onde uma pequena construção demonstrava o abandono (fotografia 06). Em agosto de 2009, a reconstrução da estação em local foi anunciada após audiência realizada pela 2.^a Vara Federal de Ponta Grossa, em decorrência de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Paraná. De acordo com a ALL, o Instituto ALL de Educação e Cultura iria disponibilizar R\$ 60 mil para que a prefeitura de Ponta Grossa realizasse as obras de recuperação da estação. Segue abaixo imagens destes períodos segundo demonstra a reportagem.



Fotografia 03 – Estação Ferroviária de Entre Rios – 1930 – Autor: Flávio Cavalcanti

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/guaragi.htm>

Acesso: 28/04/2013



Fotografia 04 – Estação Ferroviária de Guaragi – 1997 – Autor: Rogério Hass

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/guaragi.htm>

Acesso: 28/04/2013



Fotografia 05 – Estação Ferroviária de Guaragi – 2003 – Autor: Nilson Rodrigues
Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/guaragi.htm>
Acesso: 28/04/2013



Fotografia 06 – Estação Ferroviária de Guaragi – 2005 – Autor: Nilson Rodrigues
Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/guaragi.htm>
Acesso: 28/04/2013



Fotografia 07 – Estação Ferroviária de Guaragi – 2012 – Autor: Tiago Tereda
Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/guaragi.htm>
Acesso: 28/04/2013

Retomando o processo histórico do distrito, mais tarde, no ano de 1911, instalou-se o sistema de telefonia. No município, também havia um teatro no qual, em função da rede ferroviária, companhias de vários locais vinham se apresentar, além da própria população que apresentava suas próprias peças teatrais (fotografia 08).



Fotografia 08 – Estação Ferroviária de Entre Rios – Autor: Ademar Skalinski

Cartaz da Peça de Teatro – Autor: desconhecido

Fonte: <http://www.guaragi.com/historia/>

Acesso: 28/01/2012

Org: GRILLO, R. B. 2012

No início do século XX, Entre Rios exportava erva-mate, madeira, couro, entre outros e contava com serrarias e fazendas agro-pastoris. Antonio Gomes de Oliveira era o responsável pelo Instituto de Comércio e Agronomia inaugurado em 1904 (Anexo A) (ANTONIACOMI; KUTAH, 1999), e também fundou e dirigiu o semanário “Vida Nova” (Anexo B) em 1914, o qual trazia notícias da capital e de várias localidades do país (CHAMA, 1981). O município possuiu, conforme Holzmann (1975) retratou, banda de música, cartório (incendiado), serrarias (fotografia 09), a igreja (ainda existente), dedicada a Nossa Senhora da Luz (fotografia 10) e cerâmicas (fotografia 11).



Fotografia 09 – Guaragi- Serraria – Entre Rios – Industria madeireira era base econômica do município

Fonte: <http://www.guaragi.com/fotos-antigas>

Acesso em: 30/03/2012



Fotografia 10 – Guaragi – Igreja N^a. Sr^a da Luz, 1953

Fonte: <http://www.guaragi.com/fotos-antigas>

Acesso em: 30/03/2012



Fotografia 11 – Guaragi – Cerâmica São Sebastião

Fonte: <http://www.guaragi.com/fotos-antigas>

Acesso em: 08/04/2012

Neste mesmo século, Entre Rios contava com população aproximada de 10.000 habitantes, e possuía uma rotina social movimentada, que usufruía de dois clubes, um destinado à elite chamado “Club Entrerioresense” e o outro chamado “Club Sportivo de Entre Rios” (ANTONIACOMI; KUTAH, 1999).

Em 1928 é feita a construção do Grupo Escolar de Entre Rios, que inicia suas atividades em 1929 para suprir a demanda do período. E mais tarde abre também a Escola Operária, no mesmo prédio, para atendimento aos adultos (ANTONIACOMI; KUTAH, 1999).

Seu crescimento e desenvolvimento fora significativo para a época, porém, com as perdas das terras (que foram incorporadas ao município de Teixeira Soares) e que eram o principal lugar de extração madeireira, Entre Rios entra em declínio econômico durante anos, que piora devido a fatores como a proximidade a Ponta Grossa e a outros municípios que prosperavam na época (ANTONIACOMI; KUTAH, 1999). Diante desses fatores e acontecimentos como estes apontados, e pelo “decreto estadual nº 7573, de 20-10-1938, o município de Palmeira adquiriu o território do extinto município de Entre Rios, como simples distrito” (IBGE, s/d. ANEXO C). Com isso o ex-município de Entre Rios foi desmembrado e “a parte leste do Rio Guaraúna ficou para Palmeira (atual distrito de Guaragi), enquanto a parte

oeste ficou com Teixeira Soares (hoje, distrito de Guaraúna)” (BAUCHROWITZ, 2009 p. 14).

Pertencendo primeiramente a Palmeira, o ex-município de Entre Rios ao ser desmembrado precisou alterar seu nome em cumprimento ao “decreto-lei estadual nº 199, de 30-12-1943” (IBGE, s/d. anexo C), com isso passou a denominar-se Guaragi em homenagem aos dois maiores rios que fazem sua divisa, os rios: **Guaraúna** e **Tibagi**.

Aparece na historiografia que o distrito foi regularizado em dois momentos, sendo que no primeiro momento, pela Lei nº. 337, de 19 de março de 1900 até 1940, o atual distrito passa a pertencer ao município de Palmeira, ficando anexo a esse até 1957, quando acontece a “reintegração do distrito à Ponta Grossa, com cerca de 2.550 habitantes, devido ao resultado de um plebiscito realizado neste” (LOWEN, 1990, p.46), através da Lei Estadual nº. 3.315, de 11 de setembro de 1957.

1.3.2 O distrito municipal de Guaragi e alguns aspectos legais

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001) os distritos são unidades administrativas dos municípios. Que por sua vez se subdivide como forma de melhor se organizar para o atendimento das demandas de infraestrutura entre a cidade e o campo. Essa divisão não se restringe apenas em distritos, mas também em subdivisões ainda mais pormenorizadas.

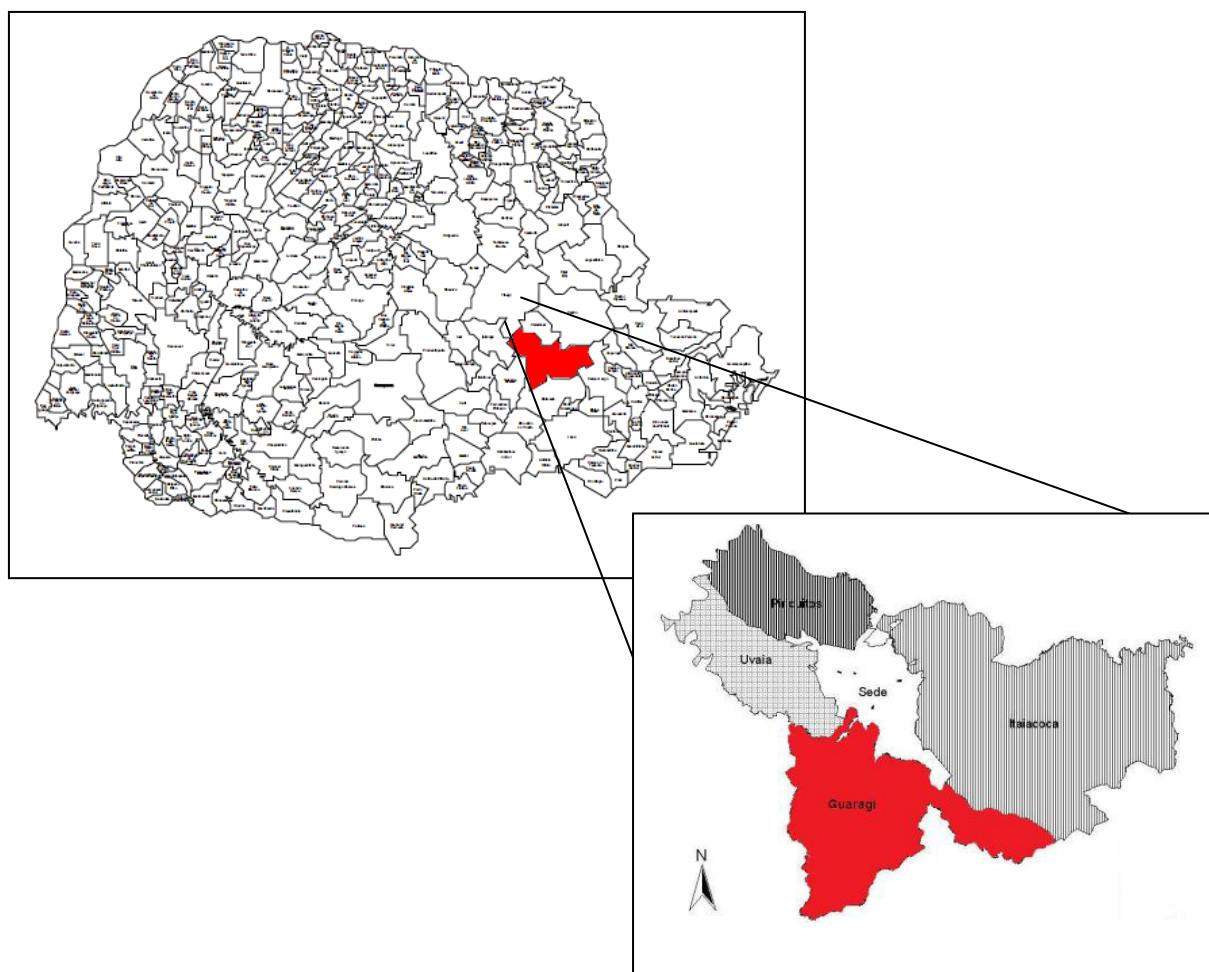


Figura 02 – Mapa do Estado do Paraná e Município de Ponta Grossa
 FONTE: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

Guaragi está localizado a aproximadamente 32 quilômetros da sede municipal, pela rodovia PR 151 e PR 438. É um distrito que compõe o município de Ponta Grossa que possui 2.025,697 km² (IPARDES 2010) e que, por sua grande extensão territorial, se subdividiu em mais quatro distritos sendo: Ponta Grossa (distrito sede), Uvaia, Itaiacoca e Piraítoas, conforme divisão territorial de 31 de dezembro de 1963, segundo IBGE (Anexo C).

Assim como os outros distritos administrativos, Guaragi é regido pela Lei nº 8799 (Anexo D) de 26/12/2006 Art. 2º, que classifica sua divisão urbano-rural da seguinte forma:

Art. 2º Para os efeitos de interpretação e aplicação desta Lei são adotadas as seguintes convenções:

I - Município: é ente jurídico e político, com poder de auto-governo, auto-administração e auto-organização, dotado de competência legislativa privativa e integrante da federação brasileira, seu fundamento de existência está ligado diretamente aos textos dos artigos 1º, 18, 29, 30 e 31 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

II - Perímetro Urbano: é a linha limítrofe das zonas ou áreas urbanas fixadas por lei municipal; além do perímetro urbano da sede do Município, podem existir outros limitando as zonas urbanas isoladas, ou sedes dos distritos;

III - Distrito-Sede: é sinônimo de Cidade ou Sede do Município, consiste no núcleo urbano, independentemente do número de sua população, que concentra atividade econômica não-agrícola ou pecuária, abriga os principais prédios públicos e se configura como sede do Governo Municipal;

IV - Distrito Administrativo: é divisão territorial do Município para fins de administração dos interesses públicos, diretamente vinculado ao Distrito-Sede;

V - Sede Urbana de Distrito Administrativo: é o núcleo urbano expressamente delimitado em lei, caracterizado pela concentração de atividades econômicas de natureza predominantemente não agrícola ou pecuária, diretamente vinculado ao Distrito-Sede para fins de administração pública;

VI - Zona Urbana: o mesmo que Área Urbana; sob o aspecto político-administrativo é a área situada dentro dos perímetros urbanos do Distrito-Sede, das Sedes Urbanas dos Distritos Administrativos e das Áreas Urbanas Isoladas; sob o aspecto tributário é a zona definida por lei municipal de acordo com os requisitos do Código Tributário Nacional;

VII - Zona Rural: é toda a extensão do território municipal que não esteja abrangida no Distrito-Sede, nas Sedes Urbanas dos Distritos Administrativos ou nas Áreas Urbanas Isoladas, na qual predominam as atividades agrícolas ou pecuárias;

VIII - Área Urbana Isolada: é toda área expressamente definida como tal em lei municipal, observados os critérios do Código Tributário Nacional, e que não esteja abrangida no Distrito-Sede e nas Sedes Urbanas dos Distritos Administrativos, diretamente vinculada ao Distrito-Sede para fins de administração pública.

Pela segmentação da Lei, o distrito de Guaragi ficou, então, subdividido em área urbana isolada (constituída pela vila) e zona rural, respectivamente, com não predominância de atividade agrícola e pecuária e predominância agrícola e pecuária. Tem-se, seguindo esses parâmetros, uma divisão clara e objetiva sobre a divisão urbano-rural do distrito. Porém, não cabe a essa pesquisa fixar-se somente em algo tão rígido e engessado como determina a legislação e seus dados estatísticos, deve esta então, considerar a realidade sócio-cultural, econômica e físico-estrutural demonstrada a partir do processo histórico e geográfico do distrito, analisando o modo de vida e a estrutura que dá base ao cotidiano dos moradores da vila distrital. Pois

Os indicadores estatísticos não são capazes de exprimir todos os aspectos dessa dinâmica e, muitas vezes, deixam na sombra o mais importante, que são as instituições, a capacidade localizada de tomar iniciativas conjuntas, em suma, os elementos que compõem o capital social do desenvolvimento dos territórios. O essencial, porém, é que se abandone a identificação automática entre o rural e as áreas destinadas ao esvaziamento social, cultural e demográfico. O importante não é saber se um distrito censitário é rural ou urbano, mas qual é a dinâmica de uma certa região, sem que sua aglomeração urbana seja isolada de seu entorno (ABRAMOVAY, 2000, p. 27).

Visto que a divisão legal da vila do distrito se constitui como forma de arrecadação para o município, em cumprimento aos requisitos do Código Tributário Nacional, no mesmo tempo em que se torna o instrumento viável ao governo para atender as necessidade da comunidade local, se torna então, indispensável a verificação das especificidades da vila e de seus moradores no distrito, onde as condições estruturais, a cultura, as técnicas, as ações, as percepções, a economia e o contato com as modernidades é que demonstraram a realidade local. Isto posto considerando a relação urbano-rural e as constantes mudanças do contraste entre o campo e a cidade que “vêm desaparecendo, de vez que, com as facilidades de transportes e comunicação, o campo penetra cada vez mais na cidade e a cidade cada vez mais no campo [...]” (ANDRADE, 1995, p. 9).

A redução do contraste entre o campo e a cidade é perceptível se considerado principalmente em espaços como o da vila no distrito, onde, além da realidade estrutural, existem as características urbano-rurais no modo de vida dos moradores. Esta condição será mais bem visualizada logo adiante, no momento em que se apresenta a estrutura da vila e os hábitos que norteiam o modo de vida dos seus moradores.

Ciente das reflexões e discussões que emergem sobre as categorias, campo-cidade e rural-urbano entre os pensadores e autores contemporâneos que, muitas vezes, convergem em suas posições, mesmo utilizando fatores distintos como argumentos, é importante considerar que as transformações que vêm acontecendo nas formas de organização espacial demonstram a aproximação entre o campo e a cidade, principalmente se considerado o modo de vida, onde “[...] os limites e distinções entre cidade e campo se esvaecem, à medida que novas formas de assentamento são produzidas e que as relações e articulações entre urbano e rural se acentuam” (SPOSITO; WHITACKER, 2010, p. 9).

Ao relembrar como se apresentava a cidade e sua distinção com relação ao campo no passado, é no período medieval que isso se demonstra de forma clara, quando os muros eram a característica que denotava a separação entre a cidade e o campo, pois a cercava. Já atualmente, definir estes limites é algo complexo, pois de certa forma, as barreiras não existem fisicamente (ENDLICH, 2010). E os elementos que compõem o espaço geográfico se misturam atenuando a distinção que antes dicotomizava o rural do urbano.

Bernadelli (2010) ao tratar sobre o Decreto-Lei 311 aponta que este não leva em conta as relações que se estabelecem no espaço definido como cidade, e que dessa forma, sendo a cidade definida como a área do Distrito Sede, consequentemente, o campo é o que não é cidade⁶.

A vila do distrito, também denominada como área urbana isolada, deve ser considerada como o local de encontro da cidade com o campo. É nela que há a redução dos contrastes entre as categorias espaciais. E para constatar esta colocação se faz pertinente apresentar a estrutura da vila, o modo de vida da população e as relações existentes neste espaço, seja ele rural, urbano ou um *continuum*, pois é a partir do conhecimento e compreensão da realidade apresentada que será possível a análise da representatividade designada ao patrimônio cultural.

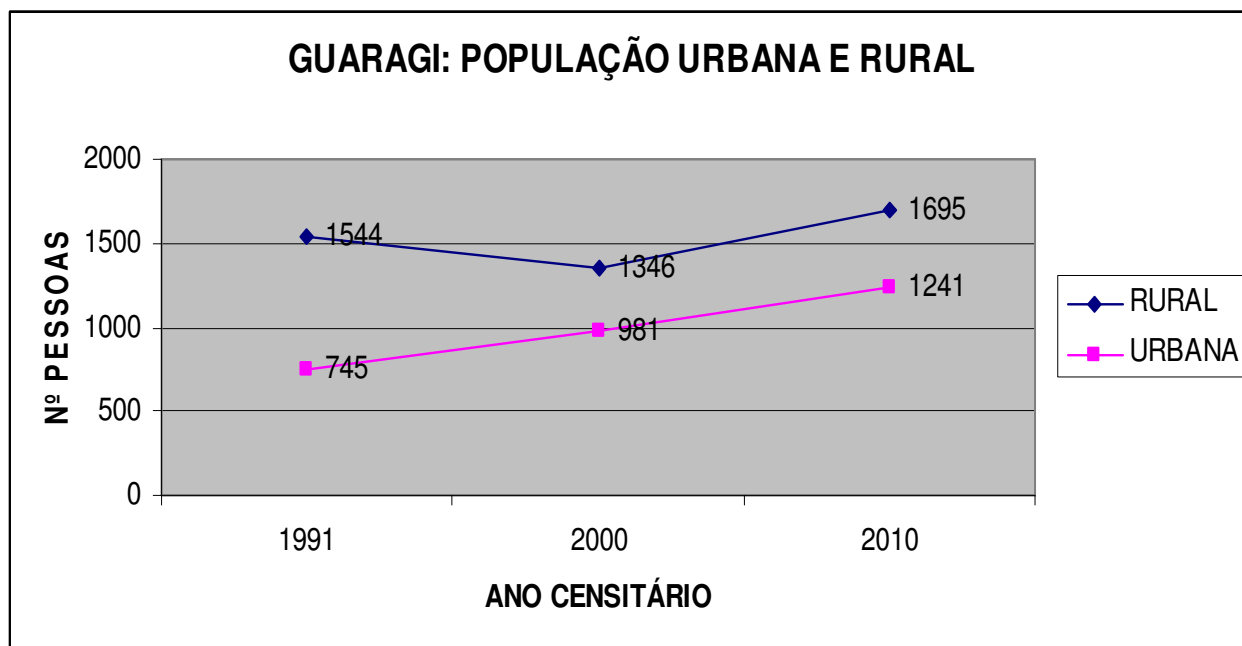
1.3.3 Características da população

O distrito de Guaragi conta com população total de 2.936 habitantes (1456 mulheres e 1480 homens), sendo 1695 habitantes rurais e 1241 urbanos (IBGE, 2010), que se encontram distribuídos entre a vila, as fazendas, as chácaras, em comunidades rurais e uma “vila rural distante a 8 km da sede do distrito com pequenas e médias propriedades (alemães, italianos e poloneses)” (MICELE, 2005, p. 70).

A história populacional do distrito seguiu o trajeto do desenvolvimento local. Em 1916 possuía “6290 almas” (ANTONIACOMI; KUTAH, 1999) e com seu auge, chegou de quase 10.000 habitantes quando ainda era município de Entre Rios. Sua redução se deu juntamente com o declínio e atualmente mantém um crescimento populacional significativo que pode estar vinculado a vários fatores, que não serão analisados nesta pesquisa (Gráfico 1).

⁶ Sendo as vilas também consideradas urbanas, dessa forma, o urbano pela definição oficial corresponde às cidades e vilas e o restante do município é o rural.

Gráfico 1 – Guaragi: População Urbana e Rural – 1991-2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010

Organização: GRILO, R. B. (2012).

Esse crescimento populacional foi constatado por Barreto (2011) em sua pesquisa, que aponta uma crescente nos últimos censos da população urbana e que se manteve no Censo 2010.

Sua matriz populacional se apresenta bem diversificada e advém, principalmente, da época de sua fundação (ex-município de Entre Rios), com caboclos e “imigrantes poloneses, alemães e italianos que se dedicaram a agricultura, desenvolvendo o cultivo de centeio, cevada, milho, feijão e a pecuária” (ANTONIACOMI; KUTAH, 1999, p. 10).

Atualmente, a população é basicamente rural e vive da agricultura e pecuária, salvo alguns que procuram trabalho em Ponta Grossa, no comércio, escritórios, trabalhos domésticos etc., como meio de sustento. Por serem estas as atividades principais, a economia é sempre muito instável, pois depende da produção, do cultivo e em particular do trabalho que é caracterizado por sazonalidade. A produção agrícola do distrito em muito contribui para o desenvolvimento do município de Ponta Grossa, sendo os principais produtos: a soja, a cevada, a aveia, o milho, a batata, na pecuária, desenvolve-se a criação, em especial, de bovinos tanto de corte quanto de leite.

A diversidade étnica é bem apresentada por Barreto (2011), ao compor o quadro 2 abaixo, que demonstra na variação de descendência dos moradores do distrito. Aspecto que “contribui com a formação do território e da identidade social, pois cada grupo apresenta a sua idiossincrasia cultural” (BARRETO, 2011, p. 67).

Quadro 01 – Guaragi: Características da população

Localização	População
Núcleo urbano	População semi-rural; Matriz cultural mista: caboclos, alemães, italianos, poloneses, ucrânianos.
Estrada de Roxo Róis e Guaragi	População semi-rural; Matriz cultural mista: colonos, alemães, poloneses, italianos e ucrânianos.
Região do Arroio de Tafona	População rural; Matriz cultural dominante: poloneses, italianos e alemães.
Tabuleiro	Pouca população rural; Matriz cultural: luso-brasileiros e colonos.
Sítios de Santa Cruz	População rural e semi-urbana; Matriz cultural: luso-brasileiros.
Sutil e Colônias de Santa Cruz	População rural, agricultores; Matriz Cultural: afro-brasileiros (Sutil) e bielo-russos (Sta. Cruz).
Carrapatos	Pouca população rural; fazendas.
Vale do Rio Santa Rita	Pouca população rural; fazendas.
Fazenda Santa Cruz	Pouca população rural; fazendas; Matriz cultural: luso-brasileiros
Região das Fazendas Carlota e Camargo	Pouca população rural; fazendas; Matriz cultural: luso-brasileiros.

Fonte: Plano Diretor Municipal de Turismo, PMPG, 2003 *apud* BAUCHROWITZ (2009)

Organização: BARRETO, V. M. (2011, p. 67)

A idiossincrasia cultural, característica de cada grupo étnico coabitante do distrito, possui um conjunto de conhecimento, práticas e ações cotidianas que, interagentes, contribui para a formação do lugar. Neste caso, atribuindo a vila, pois esta é o local onde todos frequentam por algum motivo ou necessidade a sua cultura, que molda e contribui para a construção físico-estrutural da vila.

Neste sentido, verificar como se apresenta a cultura da comunidade é fundamental para a compreensão do estudo sobre o lugar, que parte da relação existente entre a população e o meio em que esta vive. Pois tanto a cultura, quanto a relação da população com o lugar, se molda à medida que as interações acontecem, entre os grupos pertencentes ao lugar, e também destes, com grupos pertencentes a outros espaços (na movimentação campo-cidade), isso

paralelamente com as modernidades disponíveis na sociedade atual (rádio, internet, televisão) que contribuem e interferem na cultura, agregando nesta novos atributos. Estes espaços representados pela cidade e o campo, e pela relação urbano-rural, se aproximam a partir do modo de vida segundo a compreensão de Endlich (2010) e de Sobarzo (2010), pois ao contemplar a cultura, os costumes, as práticas reproduzidas, estes permitem ir além do território e da materialidade. Para Pretto (2011) a cultura deve ser analisada como em constante transformação, pois se molda as necessidades atuais de seus atores sociais, incorporando novidades, criando e recriando significados para as coisas e os espaços.

A cultura é uma das formas pela qual o sujeito apropria-se do espaço, estabelecendo sobre ele relações sentimentais e políticas. Nos seus hábitos o indivíduo expressa a forma como vive, pensa e interage com a sociedade, e é possível identificar a herança cultural que trás em si (PRETTO, 2011, p. 18).

Essa herança cultural e seus elementos de origem são reconhecidos pelos vários grupos existentes, pois são compartilhados entre si, constituindo na comunidade uma identidade coletiva, mesmo prevalecendo suas particularidades. Isso ocorre principalmente quando se trata da convivência em um lugar comum a todos, como a igreja, a escola, em reuniões, festas, no posto de saúde. São nestes momentos que ocorrem as trocas de experiências que resultaram na valorização e na construção do lugar, pois

Como a coerência de uma cultura resulta da amplitude da aceitação dos seus valores, uma maior aceitação permite uma melhor fixação da estrutura garantindo um equilíbrio interno entre os membros da comunidade (sentimento de identidade), mas também re-contextualiza externamente as culturas de origem através de uma melhor legibilidade para o todo da sociedade. Esta identidade plural persiste mesmo quando está permanentemente questionada numa contínua reformulação dentro da sociedade (identidade reflexiva) e é apenas unificada depois pelas formas materiais construídas. Traduz, assim, os Monumentos para uma participação ativa no processo de mediação e organização espacial e identitária numa sociedade fragmentada (FEIBER, 2007, p. 35).

É desta forma que o espaço da vila também reflete os aspectos culturais dos diferentes grupos, através da construção físico-estrutural da vila onde as edificações denotam ao lugar a expressão de sua identidade como símbolos constituídos pela história vivenciada por seus moradores. São essas edificações o resultado das características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação. E é ao apresentar a estrutura da vila, que melhor se verifica como a cultura da população do distrito se manifesta. A vila é o núcleo urbano do distrito de

Guaragi, é nela que se encontram todas as formas edificadas, históricas e contemporânea que refletem a realidade do urbano/rural, do dicotômico ao *continuum*, do antigo ao novo, do simbólico ao comum.

1.3.4 A vila, núcleo urbano do distrito

A vila do distrito de Guaragi é o espaço de análise onde se encontra a comunidade e o Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha, patrimônio cultural que contribui para o estudo desta pesquisa.

É na vila, o local onde as representações sociais, políticas, econômicas e culturais se constituem de forma mais expressiva. É nela que a comunidade atua, interage, socializa, constrói, inova, modifica, reproduz as práticas dos seus antepassados, atribui significados e sentimentos. Sua estrutura abriga as funcionalidades e simbologias, a história e a memória, o global e o local, o moderno e o tradicional, o rural e o urbano, ela “[...] se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações [...]” (SANTOS, 2006, p. 62).

E são esses feixes de relações da vila, que atribuem a este espaço, os significados que a torna lugar (TUAN, 1983). Lugar, que segundo Pretto (2011, p. 19) “é vivido no tempo presente, mas marcado pelo passado, preservado nas formas existentes”. Formas representadas pelas edificações, fotografias, documentos, *habitus*⁷ (BOURDIEU, 2009) e também pelo modo de vida e cultura da comunidade local.

Algumas destas formas são elementos que possuem maior significação para a comunidade local, e são valorizados por atender as necessidades, por fazerem parte da história e da memória, por possibilitar aos moradores melhorias de vida. É dentre estas significâncias e valorizações que se enquadra o patrimônio cultural, como integrante dos feixes de relações vivenciados na vila, que possui uma simbologia própria constituída a partir a realidade que o

⁷ O *habitus* segundo o autor é oriundo dos condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, são “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU, 2009, p. 87).

permeia. Realidade que se demonstra ora urbana, ora rural, ora um híbrido, ora um *continuum*, mas que independente da realidade que prevalece é normatizado através do olhar urbano.

1.3.4.1 A vila, repositório de memória e um híbrido urbano/rural

Martins (2011) ao mencionar Urry (1996) aponta que este se refere à cidade como um repositório de memórias e de passado, sendo “estas memórias presentes nos edifício, artefatos e fotografias, que instiga o sentimento de nostalgia” (MARTINS, 2011, p. 28).

No que diz respeito à cidade, aqui, esboçado enquanto espaço urbano pela vila do distrito, esta apresenta seus repositórios de memórias, entremeio a suas edificações urbanas atuais, pois possui: templos religiosos (Apêndice A, fotografia 01), dentre eles a Igreja com 122 anos, o cartório antigo (que foi incendiado) e reformado e o atual (Apêndice A, fotografia 02); a estação ferroviária, patrimônio cultural que está sendo reconstruída (fotografia 07), residências antigas (Apêndice A, fotografia 03). Além destes, energia elétrica, água encanada, uma unidade de Saúde Básica, unidade da Agência de Correios (funciona na escola), sistema de telefonia, Posto Policial (desativado, apêndice A, fotografia 04) e uma Subprefeitura (desativada, apêndice A, fotografia 05), posto de combustível (apêndice A, fotografia 06), restaurante (apêndice A, fotografia 07), pequenas mercearias e bares (apêndice A, fotografias 08 e 09), loja de material de construção, loja de roupas, transporte coletivo, cancha de esportes e um total 360 residências (SIDRA/IBGE, 2010), porém, praticamente sem asfalto.

Possui também, uma escola municipal, Escola Municipal Prof.^a Maria Elvira Justus Schmidt — Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais) (fotografia 12) e um colégio estadual, Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha — Ensino Fundamental (anos finais) e Médio (fotografia 13), patrimônio cultural que contribui para o estudo desta pesquisa.



Fotografia 12 – Guaragi: E.M. Profª. Maria Elvira Justus Schmidt – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Autora: GRILO, R.B. (2012)



Fotografia 13 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha
Autora: GRILO, R.B. (2011)

O colégio como outras construções antigas da vila, conta parte da história do distrito, não só por sua edificação de 84 anos, mas por dispor em seus

registros de informações sobre pessoas, que fizeram parte do seu quadro funcional e estudantil, cujos destaques chegaram as instâncias local, regional, nacional e até internacional.

Além do colégio, outros imóveis antigos apresentam características arquitetônicas que contribuem para compreender o passado e manter a memória, (fotografia 14). Segundo Martins (2011),

a nostalgia do passado tem vindo a despertar um certo culto da memória à medida que se dá a abertura das sociedades e se assegura o processo de globalização, como indica o trabalho de Huyssen, as pessoas são tentadas a interessar-se mais pela história pessoal, ao mesmo tempo que cresce o interesse pela cultural local e regional (MARTINS, 2011, p. 28).

As pessoas buscam por suas histórias particulares e locais porque o excesso de informação a que a sociedade tem sido submetida atualmente, contribui, mas também interfere em sua cultura, com isso, afeta também sua identidade. Sendo assim, como forma de assegurar sua identidade pessoal e coletiva e sua cultura, a sociedade se utiliza da memória como instrumento e esta, por sua vez, se utiliza de um repositório encontrado no espaço urbano.



Fotografia 14 – Guaragi: Construção datada de 1898 – Casa da falecida D. Margarida
Autora: GRILO, R.B. (2011).

As construções antigas intermediam o passado com o presente e proporcionam, com sua estrutura física, um reavivamento importante para a

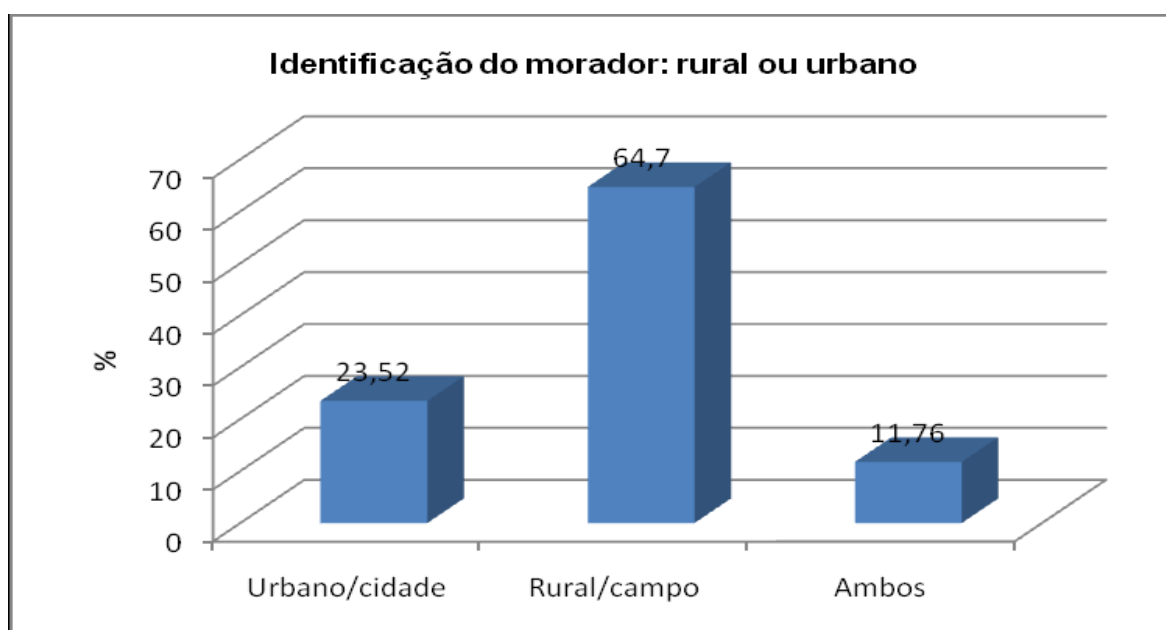
manutenção da memória histórica da comunidade local. Elas se fazem presente em meio às novas construções que se modernizam e contribuem para a significação do lugar por fazem alusão de um modo de vida existente no passado.

Por coabitar num mesmo espaço e pela divisão dos mesmos códigos, criam-se vínculos de amizade e participação, que ligam as pessoas não somente umas as outras, mas também, através de suas memórias, a um lugar repleto de sentimento de pertencimento, de apego, onde os membros desse grupo tiveram, em algum momento de suas vidas, experiências ocorridas num mesmo espaço, como por exemplos casarem-se em uma mesma igreja, uma festa popular, a frequência na mesma escola, os bailes no clube da cidade, etc. (PRETTO, 2011, p. 19).

Esses sentimentos que se moldam com as relações sociais, garantem a valorização e a significação da história, da cultura, do lugar, fortalecendo a permanência do modo de vida.

Os moradores da vila do distrito frequentaram e frequentam a mesma escola, a mesma igreja, as mesmas mercearias, gostam de se reunir para conversar, de visitar e ser visitados (BARRETO, 2011, pp. 105-106) e se identificam principalmente como rurais (Gráfico 02). Segundo Certeau (1996) “quando corroborado pela pertença a um meio social específico, vem a ser uma marca que reforça o processo de identificação de um grupo determinado” (de CERTEAU *et. al.*, 1996, p. 84, *apud* BARRETO, 2011, p. 110).

Gráfico 02 – Identificação do morador: rural ou urbano



Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010.
Organização: BARRETO, V. M. (2010)

Essa identificação do rural apresentada pelo gráfico não é apenas fruto da verbalização enquanto identificação individual e particular, mas, sobretudo, fruto das percepções, ações, reproduções e práticas condicionadas a sua condição de existência. Condição constituída por anos de história produzida espacialmente na delimitação da vila do distrito, onde se encontram os elementos que proporcionam o reavivamento da memória, o fortalecimento da cultura das origens locais, de suas matrizes populacionais que vivenciaram a expansão urbana e a economia rural e de subsistência.

Segundo Weber (1987) a diferença entre o urbano e o rural, caracteriza-se pela existência de construções próximas uma das outras, sendo que sob a perspectiva econômica, a cidade e *“la mayor parte de sus habitantes viven de la industria y del comercio y no de la agricultura”* (WEBER, 1987, p. 4, *apud* BERNARDI, 2006, p. 17). No caso da vila, esta possui um aglomerado (imagem 01), vivem de um comércio modesto (fotografia 15), mas também da agricultura, como grande fonte de arrecadação municipal (fotografias 16a, 16b) e como fonte para subsistência (fotografias 17a, 17b), como demonstram as fotografias a seguir.



Figura 03 – Guaragi: Vista aérea da área urbana do distrito

Fonte: Google Earth, <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>

Acesso dia: 23/04/2012



Fotografia 15: Mosaico de fotos: Guaragi, pontos comerciais (Loja Duda, Restaurante Saborear, Posto de combustível JK, Mercado Nossa Senhora da Luz)

Autora: GRILO, R. B. 2012



Fotografia: 16a – Horticultura

Fonte: <http://www.guaragi.com/fotos>

Acesso em: 30/03/2012



Fotografia 16b – Plantação no distrito de Guaragi.
Autora: BARRETO, V.M. (2010)



Fotografia 17a – Cultivos nas residências da vila do distrito de Guaragi.
Autora: PRETTO, F. M. (2011)



Fotografia 17b – Cultivos nas residências da vila do distrito de Guaragi.
Autora: PRETTO, F. M. (2011)

A prática de cultivo e de criação para alimentação própria, de produtos preparados pelas famílias, de construções consideradas benfeitorias como poços, paiol (PRETTO, 2011), a identificação como rural, a proximidade das relações pessoa a pessoa (BARRETO, 2011), são características que marcam a identidade da comunidade. Segundo Peralta e Anico (2009) citada por Martins (2011) a “identidade é uma forma de agregação de pessoas, independentemente do quão diferentes possam ser individualmente” (MARTINS, 2011, p. 30). O que as torna um grupo, que possui uma definição identitária, uma cultura que as diferencia das demais existentes em outras comunidades e que se constituiu ao longo de gerações.

Siqueira e Osório (2001) ao discutirem o conceito de rural relatam traços que caracterizam a sociedade rural com base em Sorokin e Zimmermann (apud Solari 1979), sendo que o conceito fica envolvido pela dimensão econômica, por um determinado tipo de atividade, que seja relacionado com a produção de alimentos através da criação de plantas e de animais.

Essa caracterização dada pelo conceito formulado aparece a partir das fotografias, pois demonstra que a realidade do entorno com a produtividade agrícola influencia e faz parte dos hábitos dos moradores da vila do distrito, que em

alguns casos, foram residentes da área rural do distrito e trouxeram consigo práticas de vivência.

Mas é importante salientar que as características do rural, presentes na vila, não a torna rural e sim demonstra o quanto este espaço está impregnado pelas representações deste, e que essa diversidade, ora rural, ora urbana, evita dicotomizar esses meios na vila do distrito, pois

O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre estes dois “mundos”. Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do continuum, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades. (WANDERLEY, 2001, p. 33-34)

Assim como as características de um modo de vida rural se apresentam na vila do distrito, este mesmo modo de vida se faz presente na forma urbana, respaldada pelas atribuições e edificações (apêndice A), existentes na vila. Corrêa (2002) coloca que

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável.[...] Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente (CORRÊA, 2002, p. 7-8).

É nesta fragmentação do espaço urbano que o rural se encaixa, se articula na constituição espacial da vila do distrito, mantendo as características do passado tanto rural quanto urbano no presente.

Corrêa (2002), assim como Bernardi (2006), também aponta que o espaço urbano é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço.

E da necessidade do consumo deste/neste espaço que também emerge a transformação constante, influenciada pelas necessidades de seus moradores, que quando não edificadas e encontradas no distrito saem a busca em outros espaços mais urbanizados.

Limonad (1999), ao discutir as escalas da urbanização em sua tese de doutorado, coloca que não existe uma necessidade de as pessoas residirem nos espaços onde há a oferta de trabalho e de serviços, e que isso se dá a partir das condições geradas pelos meios técnicos e científicos atuais, sendo que essas

condições aumentam a dissolução entre o rural e o urbano, demonstrando uma especialização (separação), colocado pela autora, de lugares na escala do território com a multiplicação de núcleos, onde os centros de consumo e produção não obrigatoriamente estão aglutinados. O que vai ao encontro com os apontamentos de Corrêa (2002) quando se refere a um espaço fragmentado, mas articulado, sendo reflexo de um condicionante também social.

A urbanização seria, então, uma forma de estruturação do espaço, em que o peso dos lugares varia historicamente em função dos condicionantes e processos sociais, econômicos, políticos e, por vezes, culturais que tomam corpo. Esta “rede urbana seria a expressão cristalizada de diferentes estruturações do espaço em diferentes tempos históricos” (LIMONAD, 1999, p. 52). A autora ainda conclui que

A urbanização, assim, tende a deixar de estar relacionada, apenas, à urbe, à cidade, à aglomeração de pessoas, equipamentos e infra-estruturas. A urbanização tende a assumir uma forma pulverizada em segmentos dispersos e conquistados, dessa maneira fragmentada, a escala territorial – e passa a se referir a processos gerais e socioeconômicos no meio rural (se é que ainda hoje podemos falar de uma dicotomia rural-urbano) (LIMONAD, 1999, p. 63).

Tratar como dicotomia apenas para evidenciar as especificidades tanto do rural, quanto do urbano existentes na vila do distrito é útil se não incorrer para a vertente de discussão de que o rural deixa de existir. O que para Ianni (1996) ocorre, pois, o autor considera que o rural deixa de existir por ter sido totalmente absorvido pelo domínio do urbano, o que segundo Graziano (1997), acontece a partir da desprivatização do espaço rural, pois com isso, se criam povos urbanizados e homogeneizados.

Para tanto, demonstrar as especificidades que se projetam de forma física e social no mesmo recorte espacial, permite vislumbrar que a presença de ambos, interage e propicia uma realidade única para o espaço pesquisado. Santos coloca que

os lugares se diferenciam pela maneira pela qual os fatores internos resistem aos externos, determinando as modalidades do impacto sobre a organização preexistente. A partir desse choque impõe-se uma nova combinação de variáveis, um outro arranjo, destinado a se manter em constante movimento (SANTOS, 1996, p. 97).

A vila do distrito tem esse arranjo apontado por Santos, pois nos leva a vislumbrar uma realidade que se funde, se transforma e que, ao mesmo tempo,

possui uma distinção. E essa distinção vem da afirmação do local aos movimentos advindos do global numa dialética entre o rural e o urbano permeada pela legislação, pelo entorno, pela história, pelas culturas interna e externa.

Considerando que na vila do distrito residem 43% dos indivíduos envolvidos pelas relações existentes do urbano com o rural, é relevante considerar que não é mais possível estudar ambos de forma separada, principalmente quando se trata das vilas urbanas bem definidas, existentes em distritos.

Há, no momento, uma difusão de “urbanidades” no campo e “novas ruralidades” na cidade, promovendo novas relações que podem estar presentes também nos distritos e que de acordo com Rua (2005, p. 39) “não podem ser explicadas apenas pelas concepções tradicionais de urbano e rural”.

Ao observar o modo de vida da população distrital da vila, tanto nos aspectos culturais, como na estrutura que dá suporte ao dia a dia desta população, não se pode afirmar que as atividades desenvolvidas pela população sejam essencialmente urbana ou rural. Contudo, Pinto coloca que

nestes distritos o modo de vida é tipicamente urbano pois, mesmo possuindo uma ligação forte com o meio rural, que se expressa na prática de atividades do setor primário (agricultura e pecuária), as pessoas que ali residem utilizam telefones celulares, vestem-se de acordo com os padrões urbanos, assistem os programas de televisão que expressam o modo de viver urbano. As suas reivindicações também são caracteristicamente urbanas: calçamento de ruas, rede de esgotos, iluminação pública, postos de saúde, escolas, dentre outras (PINTO, 2003, p. 60).

Realmente, com base nas pesquisas realizadas por Barreto (2011) e Pretto (2011), estas deixaram claro essa condição apontada por Pinto (2003), porém, também expõem o quanto o rural, a partir de suas características, materiais e imateriais se fazem presentes na vila do distrito de Guaragi, ao mesmo tempo, que as necessidades urbanas também o fazem e estão presentes.

Na vila do distrito ocorre a interação entre o presente e o passado, entre o moderno e o tradicional (PRETTO, 2011). E é nessa interação entre passado e presente, tradicional e moderno que se torna possível identificar os aspectos que diferenciam o rural do urbano, entretanto,

no momento em que a diferenciação introduz diferenças marcantes em um espaço antes percebido como contínuo, representações distintas são engendradas e associadas a cada domínio, reificando o rural e o urbano.[...] Quando a diferenciação se opera, o contraste é enorme e fetichizado: perde-se de vista a interdependência, as relações sempre

existentes entre as duas dimensões, conceituadas agora sobretudo por oposição (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 74).

Por isso, ressaltar os aspectos característicos do rural que estão englobados ao urbano da vila, distancia a dicotomia e reforça a relação existente entre os esses meios.

Para Abramovay (2003) ocorre uma relação de dependência do meio rural com o sistema urbano porque

a relação do meio rural com as cidades tem uma dupla natureza: por um lado, as áreas rurais são sempre polarizadas por pequenos ou médios assentamentos onde se concentram alguns serviços e infra-estrutura [...] Por outro lado, é fundamental o estudo da relação entre estas regiões com os centros metropolitanos de que dependem mais ou menos diretamente (ABRAMOVAY, 2003, p. 35).

E Guaragi possui uma proximidade com a sede urbana do município que influencia e propicia ao mesmo a ligação cotidiana com seus moradores, seja para busca do trabalho, seja para complementar seus estudos, ou mesmo e apenas para complemento de uma necessidade básica. Essa proximidade, mediada pela facilidade de locomoção através de meios de transportes mais eficientes e de vias de comunicação mais modernas possibilitam, uma maior fixação dos moradores em sua vila de origem, o que “contribui para reforçar os laços de pertencimento de uma localidade através da manutenção de antigas redes de sociabilidade com de parentesco e de vizinhança” (CARNEIRO, 2001, p. 7).

Pretto (2011) apresentou dados nos quais a busca por produtos alimentares correspondem a 79% em supermercados e hipermercados, localizados fora do distrito e somente 11% em mercearias e no mercadinho da vila. Apresentou também que o meio de transporte mais utilizado é o coletivo, com cerca de 56% justificado pela necessidade de trabalho, estudo, diversão e saúde, devido a pouca estrutura de emprego no distrito, pois a

economia do distrito é basicamente rural e o comércio e prestações de serviço no local são poucos, não há muita disponibilidade de emprego na vila’, [...] e no posto de saúde da vila são realizados apenas atendimentos básicos – tanto médicos como odontológicos; para atendimentos especializados é necessário o deslocamento para as cidades próximas e, também para comprar medicamentos, já que não há nenhuma farmácia na vila. [...] segundo os entrevistados, sobretudo os mais jovens e idosos, não há muito que fazer nos momentos de folga na vila, e precisam ir até as cidades para se divertir. [...] Outro grupo que estabelece contato com a cidade de maneira mais acentuada são os jovens e os estudantes (PRETTO, 2011, p. 61).

Desse modo, essa realidade que envolve o distrito e a cidade deve ser tratada de forma atenta para que não se cometa erros afirmando, categoricamente, que o modo de vida dos moradores é urbano, pois no caso do distrito, já foi constatado que há existência de práticas, ações, estrutura e hábitos rurais na vida dessas pessoas.

Ainda utilizando os dados da pesquisa apresentados por Pretto (2011), as festas que acontecem no distrito têm sua maior porcentagem, 26% ligadas aos fatores religiosos, seguida de bailes com 18%, aparecendo também as realizadas no interior do distrito com 8%. Nos hábitos alimentares, o cultivo para o consumo próprio está presente, a partir do plantio de legumes, verduras, frutas e, também, pela criação de animais. Segundo Kaiser (1990), citado por Wanderley (2000, p. 88):

o “rural” é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (KAISER, 1990 p. 13, *apud* WANDERLEY, 2000, p. 88).

As características, tidas como eminentes do rural, são identificadas na vila do distrito, onde uma grande carga cultural pode ser traduzida através do apego às tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, suas festividades, gastronomia, hábitos cotidianos e economia desse local. Esse conjunto de fatores representa a identidade social da comunidade, a qual reproduz o modo de vida do campo na cidade, ou seja, as ruralidades, que representam de acordo com Moreira e Gaviria (2002), a articulação entre as noções de rural e de identidade social.

Esta articulação entre a noção de rural e a identidade social que está presente na vila contribui para dar a este espaço geográfico sua característica rural a partir do contexto sócio-cultural. E, desta forma, acarreta ao local um traço peculiar que predispõe e atrai o olhar daqueles que vêm de outros recortes espaciais como a cidade.

Wanderley (2001) coloca que a sociedade brasileira parece estar tendo um novo olhar sobre o rural, antes visto como um local “atrasado” e portador de “problemas”, agora passa apresentar indícios de local de “soluções”, devido ao

crescimento do interesse pelo contato com a natureza, a tranquilidade, e a “segurança” que o meio aparentemente oferece.

Os fatores apresentados por Wanderley (2001) também estão presentes na vila do distrito, Barreto (2011) aponta que as escolhas pela moradia no distrito são a tranquilidade, a família e a aposentadoria. Sendo que alguns moraram por anos fora do distrito e retornaram em busca da qualidade de vida.

Todo o contexto apresentado demonstra como se dá a realidade da vila do distrito de Guaragi e subsidia a análise acerca da representatividade do objeto de estudo desta pesquisa, pois expõe traços culturais, geográficos, econômicos e históricos que constituem a comunidade da vila que serve de base para a compreensão e significação dada ao patrimônio cultural por estes. Contudo, cabe ainda a esta pesquisa demonstrar como o patrimônio cultural se constitui, seu processo histórico-geográfico, quais elementos são pilares em sua afirmação e como ele é institucionalmente articulado nas diferentes instâncias governamentais.

2 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Sendo o objetivo principal desta pesquisa a análise de qual a representatividade de um patrimônio cultural para a comunidade espacialmente localizada na vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR, se torna relevante a compreensão dos mecanismos que envolvem mesmo.

O patrimônio tem sua constituição e valoração mediada por alguns meios como a arquitetura, a história, a cultura, a memória, o lugar, a economia e as instâncias governamentais.

Diante disso, a construção deste capítulo procurou apresentar as diferentes interpretações atribuídas ao patrimônio, demonstrando também como este se instituiu historicamente nos países centrais e no Brasil, perpassando pela legislação que o envolve na instância nacional, regional no estado do Paraná e local em Ponta Grossa, através do COMPAC.

Durante o percurso do capítulo buscou-se envolver os conceitos e questões que norteiam especificamente um patrimônio cultural edificado, sua importância histórico-geográfica, seus significados e vinculações locais apresentando o patrimônio cultural, o Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha — Ensino Fundamental e Médio, sediado na vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR, com um instrumento que colabora nesta pesquisa.

Dessa forma, após o conhecimento prévio das condições que predispõem a constituição do patrimônio, os conceitos que o norteiam e a utilização de um instrumento como forma de colaborar para a pesquisa será possível analisar qual a representatividade de um patrimônio cultural, foco de estudo desta pesquisa dado pela a comunidade da vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR.

2.1 O PATRIMÔNIO E SUAS ASSOCIAÇÕES

A palavra patrimônio possui várias associações sobre o seu significado no cotidiano social.

Patrimônios. m. [...] 1. herança familiar 2. conjunto dos bens familiares 3. fig. Grande abundância; riqueza; profusão (p. artístico) 4. bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país, ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s) [...] 5. JUR. Conjunto dos bens, direitos e obrigações economicamente

apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa [...] (Dicionário Novo Aurélio da Língua Portuguesa, 1999).

Além da variedade a qual o patrimônio se encontra vinculado a partir das questões econômicas, políticas e culturais, o mesmo também se relaciona com a história, a memória e o lugar. E nesta gama de relações cada qual dá ao patrimônio enfoques distintos.

Na economia, a partir do olhar jurídico, mais precisamente para os contabilistas, o patrimônio relaciona-se a algo particular, um bem material, que agrega valor financeiro, ou seja, “o patrimônio considerado como conjunto de bens, direitos e obrigações de uma pessoa, física ou jurídica, que possa ser avaliado em dinheiro” (FERREIRA R., 2013, p. 10). Desta forma, o patrimônio é considerado uma herança enquanto um bem material passado de uma geração a outra.

No que diz respeito ao patrimônio em sua vinculação política, este está relacionado ao Estado-Nação, principalmente a arte e a história de um país. No caso do Brasil, claramente explicitado na Lei nº 378 e no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, elaborados durante o governo de Getúlio Vargas, momento em que foi confiado a intelectuais e artistas brasileiros ligados ao movimento modernista dentre eles, Olavo Bilac, Mário de Andrade, dentre outros, a análise para definição do que viria a ser considerado patrimônio no país (IPHAN, 2012), isso posto para relacionar a história da nação com o intuito de fortalecimento da identidade nacional.

Já o patrimônio em seu aspecto cultural, possui uma relação com a identidade e a memória social, pois expressa a identidade histórica e as vivências de um povo, ou seja, “como produzem, reproduzem e transmitem de uma geração a outra, sua memória social” (CONNERTON 1989; OLICK 2011 *apud* RODRIGUES, 2012, p. 4). Nesse sentido, o patrimônio cultural através da sua materialidade ou imaterialidade, advém da construção coletiva de uma sociedade num determinado lugar. Lugar que, conforme Duarte (2002, p. 73), vem da formação de “uma porção de espaço, sem limites ou dimensões precisas, tendo sua riqueza na fermentação multiforme do processo de significação, que é de ordem cultural e não material”. Lugar que pode ser compreendido como um elemento (real ou fictício) segundo Feiber (2007) que une os indivíduos através das relações sociais pelo sentimento de pertencimento. Desta forma, o patrimônio cultural edificado, considerado como de interesse coletivo, apresenta o passado ao presente, como um testemunho a ser (re)memorado constantemente para afirmação da identidade e da memória social ou

como Choay (2006) expõe ao tratar o monumento em seu propósito essencial, este deve tocar pela emoção como uma memória viva.

2.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E LUGAR

O patrimônio edificado em sua especificidade atua sobre a memória segundo Choay (2006), mas não se restringe somente a isso, pois media a partir de sua materialidade sentimentos que remontam do passado, sendo afirmados no presente. Chamado de forma vital, para manter e preservar a identidade social de um grupo num determinado lugar e tempo em que comportamentos e valores humanos lhe são empregados pela cultura (TUAN, 1983).

Partindo desta perspectiva é fundamental conhecer o espaço vital dos moradores da vila do distrito de Guaragi, para que seja possível assegurar os valores condicionados ao patrimônio que ora os representa, considerando todo o contexto histórico-geográfico que os permeiam, além do próprio bem patrimonial, em sua tripla extensão, tipológica, cronológica e geográfica (CHOAY, 2006).

2.2.1 Os elementos do Patrimônio Cultural

Para explicar sobre o patrimônio cultural serão considerados alguns elementos que fazem parte da relação, “patrimônio + cultura”, além dos mesmos é claro, sendo estes representados pela memória e o lugar. Com isso, nesta pesquisa, o patrimônio edificado foi

pensado enquanto suporte da memória social, ou seja, os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social; como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio-territorial (MESENTIER, 1992, p. 3).

A cultura, enquanto

soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte... herança transmitida de uma geração a outra (CLAVAL, 2007, p. 63).

E essa herança, material e cultural mantida através da memória em sua função primordial enquanto domínio, preservação, transmissão e continuidade do significado de todas as coisas (DUARTE, 2009), a partir do lugar que será

interpretado como um elemento (real ou fictício) que liga os indivíduos através de relações sociais e sentimentos de pertencimento a sua sociedade, o patrimônio cultural apresenta, através da sua materialidade, um “lugar” simbólico no qual se insere e expressa a historicidade e a sociabilidade dessa sociedade (FEIBER, 2007, p. 10).

Assim, com base nestes sentidos de patrimônio, de cultura, memória e lugar que esta pesquisa visa analisar qual a representatividade de um bem patrimonial tombado para os moradores da vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa-PR, sendo um patrimônio cultural representado pelo Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha — Ensino Fundamental e Médio. Mesmo não sendo este o único existente na vila, porém é o que no momento proporciona condições para colaborar com a análise da pesquisa, visto que sua edificação está presente em todo o processo histórico-geográfico do local, enquanto que a outra opção que seria a Estação Ferroviária (também patrimônio tombado) foi destruída e encontra-se em reconstrução.

2.2.2 Patrimônio Cultural edificado

Para o IPHAN, se constituem como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Ou seja, é quando incorporado à sociedade e essa associada a ele, através da memória social, fixa-se a partir dos elementos que possuem significado para a vida coletiva (MONASTIRSKY, 2006).

No que diz respeito ao patrimônio edificado, este deve estar além da sua materialidade e da sua representação arquitetônica, deve, a partir de sua história relacionada à memória, demonstrar elos de afetividade, significância e de representatividade, considerando a representação e a recordação do passado um dos mais proeminentes investigadores do campo de estudos da memória social, condensados em lugares de memória (NORA, 1993).

O patrimônio cultural e sua ligação com a memória, com a história e com o lugar fazem parte de uma estrutura tão conectada à necessidade do estudo, que se torna quase impossível falar sobre eles separadamente. Pois mesmo na tentativa de especificá-los, depara-se com a articulação existente.

O património é aquilo que demonstra a nossa dependência do passado. O património pertence a todos, pois são as coisas e ideias que nos dão a identidade colectiva. Podemos considerar que património são as heranças do passado, sejam elas tradições, património, memórias, que nos fornecem as bases para o sentimento de pertença, de identidade para com determinado grupo (MARTINS, 2011, p. 37-38).

Segundo Rodrigues (2012) o patrimônio advém do interesse coletivo de forma relevante para a perpetuação no tempo, possuindo a função de (re)memorar acontecimentos, estando, assim, relacionado com o conceito de memória social, sendo que esta (a memória social) legitima a identidade de um grupo, recorrendo ao patrimônio para isso (MARTINS, 2011). Ou seja, a identidade e a memória pertencentes ao lugar constituinte da coletividade humana e das experiências íntimas (TUAN, 1983), concretizam o patrimônio cultural.

Esse patrimônio que dá suporte a memória e a identidade, materializado pela edificação, monumentaliza-se, ao mesmo tempo, que se fixa no espaço (lugar) como referência à sociedade, sendo aqui ratificado por seu sentido original do termo em latim *monumentum*, que deriva de *monere*, ou seja, advertir, lembrar. Cabe informar que o monumento ao longo da história, principalmente da Europa, teve sua significação relacionada a diferentes interpretações em momentos históricos distintos. Foi vinculado à potência e à grandeza representada pelos reis, como no caso do Coliseu (Roma), das pirâmides do Egito e num outro momento vinculado a arquitetura do edifício mais que ao seu fim ou destinação (CHOAY, 2006). Estas mudanças, assim como outras nas interpretações, possibilitaram a evolução quanto à análise de quais referenciais são pertinentes à consagração de um patrimônio cultural permitindo que estes não se restrinjam somente à nação (edificações que representam a história nacional), mas também às instâncias regionais e locais, indo além, a ponto de abranger a imaterialidade.

A ratificação de um patrimônio através da intervenção política colabora no fortalecimento da história e memória existente na construção do lugar que segundo Tuan (1983) se forma à medida que adquire definição e significado.

Mas o significado tem que possuir base na memória coletiva sendo confirmado pelos sujeitos da comunidade da qual faz parte no presente, pois por vezes as lembranças do passado são contraditórias e não unitárias, necessitando serem mediadas pela história (Peralta, 2009, *apud* MARTINS 2011), por edificações, documentos, fotos, etc., para se confirmar. Porém, estas lembranças, mesmo que

vivenciadas em épocas distintas, produzem e são memórias próprias que figuraram seus vínculos de afetividade particulares, que quando somados ao de outras pessoas formam a coletividade necessária para consagrar o patrimônio. Desta forma, o patrimônio edificado expõe-se ao contato coletivo da população anônima das cidades como referência da memória social local.

Por conta disso é importante verificar se o patrimônio cultural por si, e aquele escolhido para contribuir com esta pesquisa, faz parte da memória coletiva e possui significado para comunidade distrital, principalmente para os moradores da vila. Não somente como uma edificação do passado no presente e pela função que exerce, mas como representante da história e cultura local. Pois desta forma, possibilitará além da manutenção do prédio, também a condição necessária para que este seja visto, local e regionalmente com um bem significativo, podendo proporcionar futuramente retornos ao lugar. Como apontado por vários moradores, ao serem questionados no que seria importante possuir um patrimônio cultural em sua vila, estes responderam que atrairiam visitantes e melhorias para o local. O que segundo Peralta (2003, *apud* MARTINS 2011) é um dos três valores de uso relacionados ao patrimônio, o valor econômico.

2.2.2.1 O patrimônio cultural edificado representado pelo Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha

Neste momento justifica-se a apresentação do patrimônio cultural que colabora com esta pesquisa, que é representado pelo Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha, para que se conheça a história e a relação que este tem com o distrito de Guaragi e sua comunidade.

A história do colégio

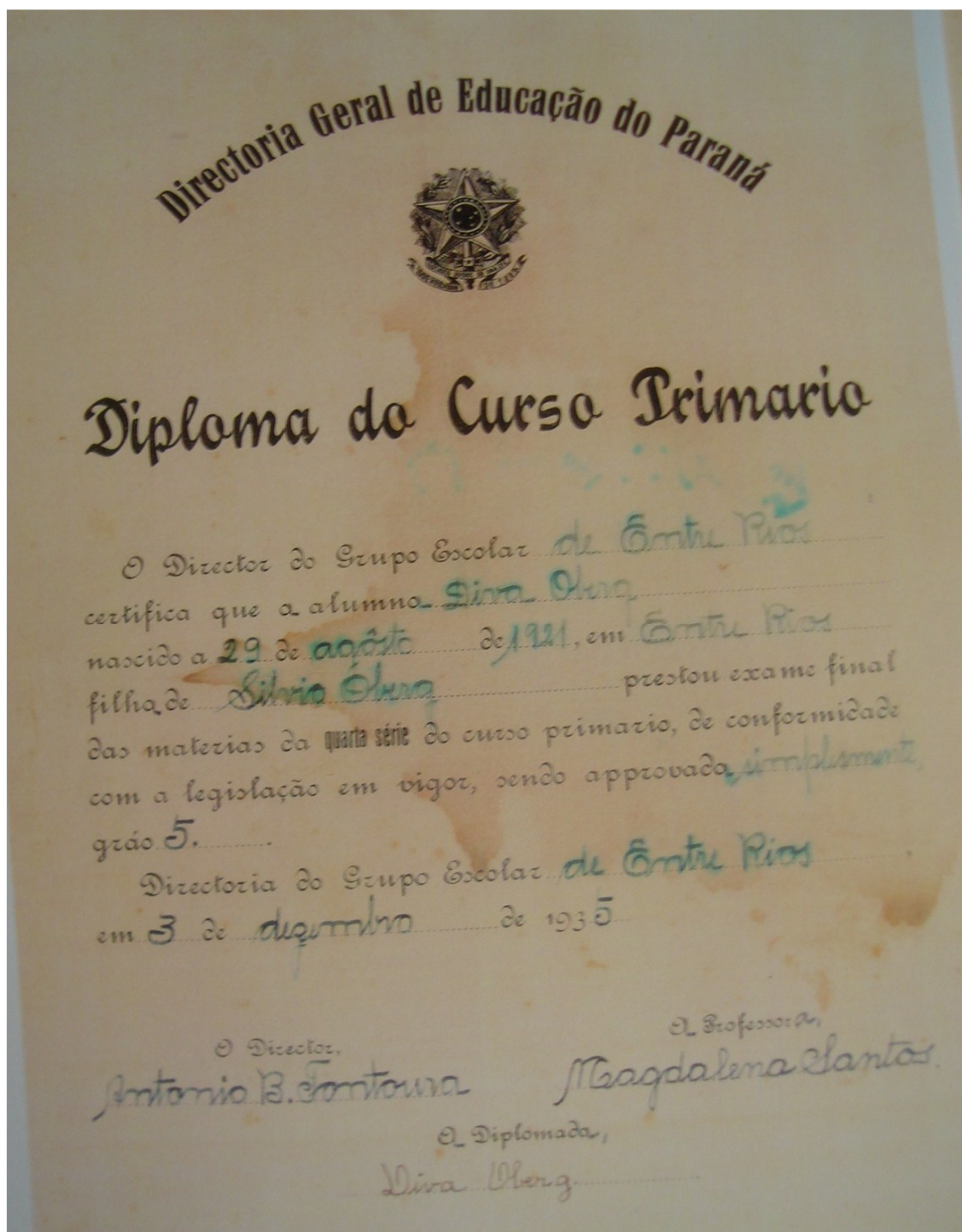


Fotografia 18 – Mosaico do CEC Dr. Munhoz da Rocha, Guaragi
Autores: desconhecidos Fonte: www.guaragi.com . Org GRILO, R. B. (2012)

O estabelecimento de ensino, atualmente denominado Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha, teve seu processo histórico constituído paralelamente a história do ex-município de Entre Rios, no início do século XX.

Segundo Antoniacomi; Kutah (1999), em 1904 foi inaugurado o “Instituto Profissional de Comércio e Agronomia”, que oferecia aos seus educandos o diploma de Técnico Comercial e Engenheiro Agrônomo, sob a direção do educador, jornalista e escritor Antônio Gomes de Oliveira. Contudo, com o crescimento populacional, devido à estrutura econômica, houve a necessidade da construção de um educandário condizente com a realidade da época. Então, em 1928, o então governador do Estado Doutor Caetano Munhoz da Rocha fundou no município o Grupo Escolar de Entre Rios (fotografia 19) e suas atividades tiveram início em 1929, sob a direção do Professor Ricardo Sant’Ana, com 75 alunos matriculados em 1ª e 2ª séries.

Seguindo sua função, em 1933, no mesmo prédio, teve início uma escola noturna para a alfabetização de adultos denominada “Escola Operária”, regida pelo professor normalista Antônio Beira Fontoura. Essa escola funcionou até 1937 com turmas das séries iniciais, com uma média de dez alunos matriculados por ano.



Fotografia 19: Diploma de conclusão do curso primário, quarta série, do Grupo Escolar de Entre Rios
 Fonte: Adriana A. Antoniacomi – Autora: GRILO, R. B. (2012)

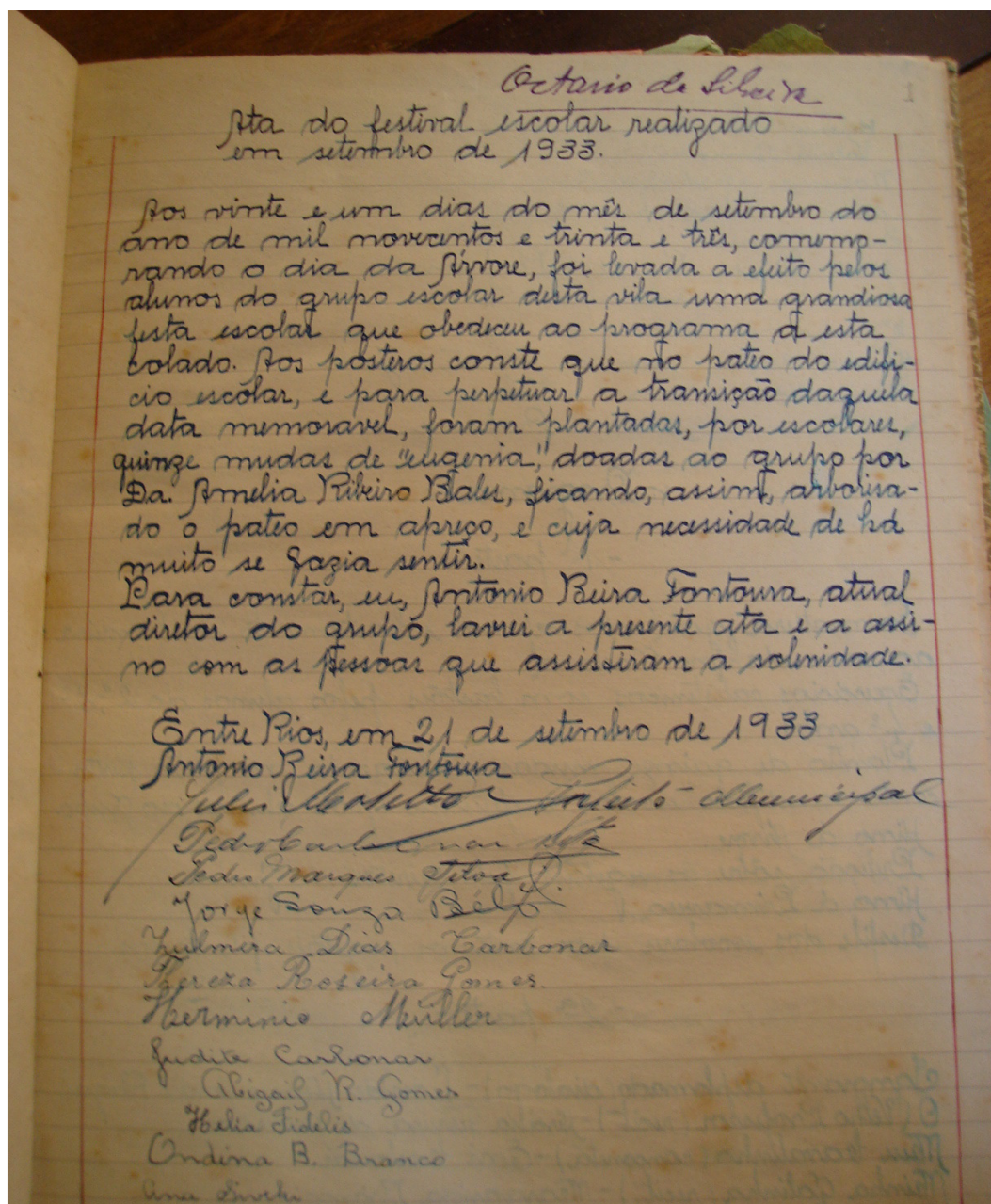
A partir de 1940 a escola recebeu nova denominação: Grupo Escolar Doutor Munhoz da Rocha, em homenagem ao seu fundador, Doutor Caetano Munhoz da Rocha, homem influente na política paranaense, sendo governador do Estado no ano da fundação do educandário.

No ano de 1941 teve início o ensino para turmas do 5º ano e a partir

de 1976 foi implantado, gradativamente, o curso ginasial.

Atualmente, funciona no colégio o Ensino Fundamental — anos finais e também o Ensino Médio, suprimindo, de certa forma, a necessidade de deslocamento dos estudantes para a cidade de Ponta Grossa.

Conforme consta em atas e documentos do colégio (fotografia 20), desde a sua fundação o Colégio Estadual Doutor Munhoz da Rocha, sempre priorizou pela integração entre comunidade e escola, promovendo festas e eventos de caráter cultural e educacional.



Fotografia 20: Ata de festividades do colégio
 Fonte: livro ata – Autora: GRILLO, R. B. (2012)

A escola contava, na década de 1940, com uma Cooperativa denominada “7 de Setembro”, organizada pelos alunos, com fins econômicos e educativos, com um jornal, o “Paraná Infantil” (fotografia 21) editado periodicamente pela imprensa local e posteriormente, tendo um similar: o Grêmio Estudantil.



Fotografia 21: Jornal “Paraná Infantil” – Grupo Escolar Dr. Munhoz da Rocha

Fonte: Processo de Tombamento do colégio pelo COMPAC, p. 26 – Autora: GRILLO, R. B. (2012)

Como visto, o Colégio faz parte do processo histórico do distrito de Guaragi desde a época em que este ainda era o município de Entre Rios. Sua construção de 1928, ao longo do tempo, abrigou em seu espaço físico, não somente a rotina de estudo, cuja função lhe é pertinente, mas também acontecimentos que

provavelmente estão na memória da comunidade local, permitindo assim que o mesmo se tornasse, em 2003, patrimônio cultural do distrito. Porém, é relevante verificar se o processo que resultou na patrimonialização se constituiu respaldado pela comunidade, verificando se houve por parte da mesma, interesse e reconhecimento simbólico para com o bem material.

Explorando um pouco mais das suas extensões, tipológica, cronológica e geográfica (CHOAY, 2006), cabe ressaltar que a forma tipológica em que o Colégio se inscreve, varia entre a sua função primordial que é a busca por atender a demanda de alunos existente na comunidade do distrito para fins de aprendizagem, e as outras formas de representação que a esta edificação pode se relacionar, como lembranças, sentimentos, relação de afetividade, que permitem construir mais que o conhecimento, permite construir a história do colégio e também daqueles que dele usufruem cotidianamente, seja de forma individual ou grupal. E as relações que se estabelecem(ram) fazem parte da cronologia do colégio, de momentos que marcam e marcaram sua história, a partir de significados, modificações (apêndice A, fotografias 10a, 10b, 10c) das pinturas nas paredes, da entrada, passagens de pessoas, e outras coisas.

Retomando Choay (2006) no que diz respeito a sua extensão geográfica, o Colégio é considerado um ponto de referência e sua abrangência vai além do espaço da vila, pois atende a demanda rural do distrito.

Desta forma, considerando sua história, suas extensões tipológicas, cronológica e geográfica (CHOAY, 2006) o patrimônio deve representar mais que um bem material, deve ser um signo que “reúne, no espaço, dois aspectos, a forma material (a aparência) e um determinado conteúdo sógnico (o seu significado)” (FEIBER, 2007, p. 41).

2.2.2.1.1 O espaço escolar — materialidade

O Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha tem sua forma estrutural em U, que conforme Frago e Escolano (1998) representa um predomínio da fachada, num sentido de espetáculo e ostentação, que busca impressionar aquele que o contempla e oculta o seu interior (fotografia 22).



Fotografia 22: Vista aérea do CE Munhoz da Rocha, Guaragi
Autor: Aeroarte (2008)

A escola possui uma área construída de 533 m², num terreno de 2970 m², separada em seis blocos em vários ambientes (Tabela 2).

Tabela 2 – Relação de ambientes do colégio

RELAÇÃO DE AMBIENTES	
USO DO AMBIENTE	BLOCO
Área de Circulação Coberta	1
Biblioteca	6
Cozinha	1
Depósito de Material	1
Depósito de Merenda	1
Refeitório	3
Sala de Professores	1
Sala do Diretor	1
Sala Uso da Comunidade	4
Sanitário de Aluno – Feminino	2
Sanitário de Aluno – Masculino	2
Sanitário Professores – Feminino	2
Secretaria Escolar	1

Tabela 2: Os ambientes existentes nos blocos do CEC Dr. Munhoz da Rocha, Guaragi

Fonte: www4.pr.gov.br/escolas/ambientes.jsp

Acessado em: 16/10/2011

Os ambientes do Colégio estão distribuídos em: área de circulação coberta, biblioteca (apêndice A, fotografia 11), cozinha (apêndice A, fotografia 12), depósito de material (apêndice A, fotografia 13), refeitório (apêndice A, fotografia 14), sala dos professores, sala da diretoria, sala de uso da comunidade, atualmente utilizada com sala de aula devido a reforma (apêndice A, fotografia 14), sanitário de aluno (masculino e feminino) (apêndice A, fotografia 15), sanitário de professores (feminino) e secretaria escolar, além de jardim, quadra poliesportiva (apêndice A, fotografia 16), duas mesas (tênis de mesa) nos fundos do espaço do colégio (apêndice A, fotografia 17), salas de aula (apêndice A, fotografia 18) e laboratório de informática (apêndice A, fotografia 19). É importante ressaltar que a estrutura relatada encontra-se em reforma neste ano de 2012, devido a problemas apresentados no pátio central do colégio (fotografia 23).



Fotografia 23 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – Pátio central, atualmente (2012) em processo de reforma

Autora: GRILO, R.B. (2011)

Segundo Frago e Escolano (1998) o edifício-escola serviu, enquanto estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, a imagem e pensamentos de homens ilustres a serviço dos ideais nacionais. O que enquanto patrimônio de certa forma, também acontece, pois conforme Peralta (2003, *apud* MARTINS 2011, p. 41) um dos três valores de uso relacionados ao patrimônio é o valor político, pois “advém do facto de ser necessário o suporte político à activação do património, além de que muitas vezes este é activado para servir propósitos de legitimação política”. E pela história enquanto lugar se relaciona a um sistema de valores, em uma série de traços e signos que expressam certas significações afetivas e culturais (FRAGO; ESCOLANO, 1998). O que permite projetar seu espaço para além da materialidade.

2.2.2.1.2 O espaço escolar – além da materialidade

Para o espaço escolar ir além de sua materialidade deve contemplar um sentido de lugar, e para isso, precisa possuir significações afetivas e culturais que o vincule com os sujeitos com o qual interage a partir da necessidade educacional. Para Frago (1998, p. 77) “a escola é espaço e lugar. Algo físico, material, mas também uma construção cultural que gera ‘fluxos energéticos’”. Além disso, segundo o mesmo autor a escola enquanto

Espaço é um lugar percebido. A percepção é um processo cultural. Por isso, não percebemos espaços, senão lugares, isso é, espaços elaborados, construídos. Espaços com significados e representações de espaços. Representações de espaços que se visualizam ou contemplam, que se rememoram ou recordam, mas que sempre levam consigo uma interpretação determinada. Uma interpretação que é o resultado não apenas de disposição material de tais espaços, como também de sua dimensão simbólica (FRAGO, 1998, p. 78).

Neste sentido, o Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha, enquanto um equipamento social e educacional do lugar permite ir além de seu uso funcional, que é o processo educativo, pois proporciona a comunidade do distrito de Guaragi, uma integração, que vai do uso de seus espaços para realização de bazar até à participação das festas e comemorações.

Esta relação de uso do espaço escolar proporciona a comunidade, memórias individuais e coletivas, e significações ao espaço tornando-o lugar simbólico. Para Duarte (2002, p.67), “o lugar é como uma porção do espaço que recebe o seu significado concretizado pelo uso”. “Este uso articula elementos espaciais selecionados por grupos ou indivíduos e cria a necessidade de construir significados para estes objetos e ações envolvidas” (FEIBER, 2007, p. 25).

O espaço escolar é, além de uma necessidade, o reflexo de uma construção social, habitável, mutável e acima de tudo útil para as pessoas que o frequentam. Isso porque enquanto espaço físico tem, em sua função principal, que dar condições para a construção do conhecimento e do futuro cidadão. Tem a responsabilidade de comportar as demandas existentes do lugar com condições estruturais que zelem pelo aprendizado. Porém, ao mesmo tempo, se torna o lugar de pertença, de espaço vivido onde as experiências acontecem influenciadas pelo entorno que o envolve.

(...) a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se

permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação de espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar – uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território (VIÑAO, 2005, p. 17).

O espaço escolar representa em sua rotina diária, mais que um instrumento do processo pedagógico, pois apresenta o espaço como lugar. Sua localização, suas relações com o entorno, seu traçado arquitetônico, seus elementos simbólicos e incorporados, respondem a padrões culturais (FRAGO; ESCOLANO, 1998), que são (re)memorados ao longo do tempo.

Com isso, para que o espaço escolar esteja além de sua materialidade e se torne de fato, um patrimônio cultural, é necessário que este seja importante para a sua comunidade, não somente pela função que exerce, mas por um valor simbólico, pois segundo Peralta (2003, *apud* MARTINS, 2011, p. 41) “o patrimônio tem valor simbólico na medida em que necessita de ser reconhecido por parte dos membros da comunidade em que está inserido, e precisa de ter um significado importante para essa mesma comunidade”.

2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E A MEMÓRIA

Utilizar-se da memória como fonte de preservação, de transmissão e de significação do patrimônio cultural é fundamental para que este se monumentalize. Françoise Choay, ao escrever “A Alegoria do Patrimônio” (3ª ed. 2006) trata do conceito de monumento⁸, considerando este como uma prática que subentende o conceito de patrimônio. Onde o monumento é definido como algo “edificado por uma comunidade de indivíduos para se rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2006, p.18). Nesta definição, é perceptível a ligação que a autora faz entre o patrimônio e a memória. Pois, a invocação do passado através do monumento contribui para a manutenção e preservação da identidade do grupo a que ele pertence. O monumento é a garantia das origens segundo Choay (2006).

⁸ O primeiro país a demonstrar preocupação com a conservação de monumentos históricos foi a França, onde, em 1830, é criada a Inspectoria Geral dos Monumentos Históricos e, em 1837, é criada a Comissão dos Monumentos Históricos.

Desta forma, faz reviver no presente o passado glorificado e, não raras vezes, fantasiado, assegurando as incertezas e inquietudes do presente. (MARTINS, 2011).

A memória vem sendo discutida por diversos autores ao longo do tempo, como Maurice Halbwachs (1990), que trata da memória coletiva; por Hobsbawm e Ranger (1983), que tratam da memória enquanto instrumento do Estado; por Peralta (2008, *apud* MARTINS 2011) que associa a memória ao patrimônio e a identidade nacional portuguesa; Fentress e Wickham (1992), que tratam a memória, como memória social, contrapondo-se ao Halbwachs; por Monastirsky (2006), que trata a memória do ferroviário brasileiro e da ferrovia como patrimônio cultural; por Martins (2011), que trata a memória como forma de discurso e prática identitária do lugar.

Esses autores enfatizam seus olhares e interpretações sobre a memória demonstrando em seus estudos o quanto é importante a discussão sobre a mesma, seja ela vinculada ao indivíduo, ao coletivo, ao social, ao Estado, a identidade ou ao patrimônio. Com isso, vê-se que há diferenças conceituais referentes a memória, considerando as vertentes existentes nas várias disciplinas em que a mesma é explorada, na sociologia, na história, na geografia, na antropologia, entre outras, porém, todas demonstrando o cabedal de relações que a memória possui.

É nela (memória) que se encontram o instrumento de valorização do patrimônio e que dão a este (o patrimônio) as condições de preservação (não no quesito financeiro), de transmissão e de significação durante as próximas gerações. Pois como coloca Gonçalves (2005), não basta que uma agência do Estado tombe um bem como patrimônio, este precisa possuir uma ressonância com a sociedade. Segundo Camargo (2002) a sociedade pode apagar da memória algo ou alguma “coisa” que não é valorizado, seja por oposição, opressão ou por simples insignificância. Neste sentido, é imprescindível que o patrimônio cultural tenha perante a comunidade do qual faz parte vínculos simbólicos e significativos, para assim respaldar a preservação e transmissão, devendo expressar-se a partir da memória de da representatividade designada ao mesmo. Nora (1993) coloca que um lugar de memória somente existe se a imaginação o investe de uma aura simbólica.

Neste sentido, para que o patrimônio cultural se vincule a memória de forma efetiva, deve fazer parte da interação social, sendo incorporado e interiorizado a partir da rotina estabelecida pela vivência humana e social. Bourdieu

(2009) coloca o *habitus* como produto da história que produz as práticas, individuais e coletivas, a partir da ação, percepção e dos pensamentos, que fazem parte da memória, “funcionando como a materialização da memória coletiva, reproduzindo nos sucessores a aquisição dos predecessores” (BOURDIEU, 2009, p. 90). Esta materialização da memória será incorporada cotidianamente nos lugares de vivência.

Esses lugares de vivências também o são de memórias, simples e ambíguos, naturais e artificiais, acessível as experiências concretas ao mesmo tempo que se dispõe a elaborações mais abstratas. Com efeito, “eles são lugares de memória nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional” (NORA, 1993, p.21). Na visão de Nora, os *lieux de mémoire* são lugares onde a memória se cristaliza e se mantém segura em um momento particular da história (NORA, 1993). História pessoal e ao mesmo tempo coletiva daqueles que frequentaram e frequentam o patrimônio que contribui para esta pesquisa. Mas como se apresenta a memória e a história para o patrimônio?

2.3.1 A memória e a história — diferenças e relações

Uma coisa da qual se pode relacionar a memória e a história é que ambas, de certa forma, estão ligadas ao passado. O da experiência pessoal, coletiva, ou aquele que arbitrariamente foi “imposto” por uma política de interesses. Autores como Nora (1993), Monastirsky (2006), Peralta (2008, *apud* MARTINS, 2011) apresentam distinções e relações existentes entre a história e a memória.

Nora (1993) apresenta a memória e história, dizendo que ambas estão longe de ser sinônimos pelo que opõe uma à outra. A memória é a vida e está em permanente evolução no presente, a história é a representação do passado, enquanto a memória está aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, da manipulação e da revitalização, a história é uma reconstrução problemática e incompleta. O autor critica a história, pois essa para o mesmo é fonte de destruição da vivência e dos sentimentos que envolvem a memória espontânea. Menciona que se “uma sociedade vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória” (NORA, 1993, p. 9).

Com base em Nora (1993) e Haubwachs (1990), Monastirsky (2006), coloca que

A **memória**, por seus laços afetivos e de pertencimento, é aberta e em permanente evolução e liga-se à repetição e à tradição, sacralizando o vivido do grupo social. A **história**, ao contrário, dessacraliza a memória, constituindo-se tão somente em representação do passado. A **memória** se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A **história** só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. Porque é afetiva e mágica, a **memória** não se acomoda a detalhes que a confortam e se alimentam de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A **história**, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A **memória** instala a lembrança no sagrado; a **história** a liberta e a torna sempre prosaica. A **memória** emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Holwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A **história**, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação ao universal. A **memória** é um absoluto, e a **história** só conhece o relativo. A **memória** perdura-se em lugares, e a **história**, em acontecimentos (MONASTIRSKY, 2006, p. 21-22) (grifos do autor).

Nestes dois autores fica esclarecedora a distinção entre a memória e a história, nos pontos por ambos destacados, mas ao mesmo tempo passíveis de serem relacionados. Se a memória está em evolução no presente, isso não caracteriza que a mesma não se atenha a representações do passado que, por vezes, é registrado pela história para evoluir. Em outra possível relação, na reconstrução incompleta e problemática da história, esta por sua vez, recobre e revitaliza as lembranças que se encontravam no esquecimento da memória.

Peralta (2008) relata que “a história e a memória estão intimamente relacionadas e coloca como exemplo disso as políticas da memória que, não raras vezes, utilizam a história como forma de validação simbólica” (PERALTA, 2008; *apud* MARTINS, 2011, p. 27).

Jelin (2002) apresenta possibilidades de relação entre a memória e a história a partir de uma metodologia de estudo, colocando que

en primer lugar, la memoria como recurso para la investigación, en el proceso de obtener y construir “datos” sobre el pasado; en segundo lugar, el papel que la investigación histórica puede tener para “corregir” memorias equivocadas o falsas; finalmente, la memoria como objeto de estudio o de investigación (JELIN, 2002, p. 1).

Monastirsky (2006) ratifica Jelin (2002) quando aponta a relação que pode ser explorada apesar das diferenças entre história e memória, ao colocar que estas, apesar de possuírem diferente significados, se apresentam

metodologicamente eficazes, pois a história permite sistematizar o passado e a memória permite a compreensão, ora complementar, ora diferenciada à história, por apresentar afetividades e pertencimento social.

Assim, se torna importante considerar que tanto a memória quanto a história, após esses apontamentos, independentes de suas distinções e relações, estão ligadas ao patrimônio em sua constituição, sua relação social, seu sentido fundamental, que como coloca Gonçalves (2005, p. 30), “consiste de sua natureza total e de função eminentemente mediadora”.

Diante disso foi fundamental o conhecimento da história do distrito de Guaragi e do Colégio articulado a memória da população local, como forma de verificar o quanto desta memória ratifica a história, o quanto complementa e enriquece a história e o quanto da história pode “corrigir” memórias equivocadas. Mesmo sendo particular a memória de cada sujeito, que dá a ênfase e atribui sentimentos aos elementos e edificações, que compõem a paisagem e estrutura local, ao serem analisados coletivamente estes apresentam qual nível de pertencimento é imputado ao patrimônio e a vila do distrito.

Dessa forma é possível conhecer quais edificações possuem maior representatividade local, seja por sua funcionalidade, seja por sua história, seja pelos elos afetivos, significativos e simbólicos.

2.4 O PATRIMÔNIO CULTURAL E O LUGAR (REAL E FICTÍCIO)

O lugar, por se constituir a partir da ação coletiva da sociedade, registra através dos objetos (edificações) nele imputados ao longo do processo histórico, suas características econômicas, políticas e sócio-culturais, como forma de estruturação do espaço/território, tornando-se, “lugares que se criam, e se recriam e renovam, a cada movimento da sociedade”. (SANTOS, 2006, p. 25). As construções edificadas gradualmente e o lugar modificado constantemente agregam tanto valores materiais econômicos, quanto simbólicos, diversificando sua intensidade conforme as vinculações de interesses se fazem e desfazem.

O distrito de Guaragi demonstra em seu processo histórico, político e econômico essa mudança que se fez e se desfez. Porém, assim como outros lugares que também sofreram modificações expressivas, deixa objetos edificados que marcam o lugar por sua simbologia que se constitui em patrimônios.

Este lugar real representado pela vila do distrito, através de suas casas, ruas, escolas, igrejas e ferrovia, faz parte da história particular e coletiva, e gera uma relação lugar/sujeito rodeada de significados que traz a sensação de pertencimento, principalmente quando se trata de uma comunidade pequena e que tem um estilo de vida semelhante, pois usufruem e vivenciam lugares públicos comuns, o que “acrescenta um vivo sentimento ao lugar” (CLAVAL, 2007).

Nas palavras de Ferreira (2000), “o lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade” (FERREIRA, 2000, p. 68), “configurado nas experiências vivenciadas no cotidiano e nas relações sociais, reforçando o sentimento de pertença e criando identidades, carregado de diversidades culturais e simbólicas” (BARRETO, 2011, p. 27).

É no sentido simbólico que surge o “lugar fictício” (FEIBER, 2007), oriundo da experiência vivida, repleto de sentimento, armazenado na memória amparada pelo concreto, pelo palpável, no qual a historicidade social se faz presente. É o lugar que dá condições para a existência do patrimônio, que o torna um lugar de memória porque o condiciona “a uma representatividade própria, com identidade única” (MONASTIRSKY, 2006, p. 26). Desta forma, “a importância do patrimônio cultural para a sociedade está diretamente relacionada com a carga simbólica que este patrimônio representa e com o poder de pertencimento que ele proporciona” (MONASTIRSKY, 2006, p. 32). Isto se dá a partir do lugar real, que condiciona a criação do lugar fictício, tornando-o lugar de memória.

Este lugar real e fictício, que com sua simbologia própria constitui o patrimônio, também precisa ser respaldado pela instância governamental como forma de se estabelecer e tornar-se mediador do reavivamento constante da memória e história local.

2.5 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NO BRASIL

No Brasil, o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atualmente denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é o órgão responsável pela gestão, proteção e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Foi criado no final da década de 1930, mais

especificadamente em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas.

Após sua constituição, o agora instituto, promulgou o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituiu o instrumento do tombamento, apresentando a partir da formalidade o que diz respeito à valorização das edificações como fonte mantenedora da cultura e história de uma nação, alicerce histórico-social da construção de um país. Em seu Art. 1º

constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Esse artigo demonstra quanto o Estado visava vincular, como patrimônio, bens memoráveis à história da nação. Nesse sentido, Silva (2010) ao discutir a trajetória do conceito de patrimônio, coloca que isso se fez a partir da formação do Estado-Nacional no Brasil em meados do século XX, pela preocupação com as perdas. Situação ocorrida anteriormente na Europa, “sendo iniciada com o advento de uma administração assumida pelo Estado, cujo modelo jurídico, administrativo e técnico foi oferecido pela França” (CHOAY, 2006, p. 207). Silva (2010) ainda menciona a preocupação do Estado em criar um elo, um povo-cidadão que tivesse vínculos a um território finito; mas lembra que se o espaço era finito, o tempo não, e que o Estado deveria ter uma espessura histórica para garantir esse compromisso. Segundo Choay (2006), essa espessura histórica seria dada pelo efeito de nacionalização dos bens tombados.

Silva (2010) com base em autores como Fonseca e Le Goff (2005), Nora (1993), respectivamente, aponta que a institucionalização do patrimônio no Brasil é formulada como documento identitário da nação. A produção destes documentos, enquanto evocações do passado, seria analisado a partir de uma crítica interna com o objetivo de confirmação da autenticidade. Isto garantia a circunstancialidade da atribuição de que os objetos (virtuais ou não) são organizados e hierarquizados pelas instituições de memória. Desta forma, o patrimônio, enquanto formação discursiva, seria estratégico para o Estado, pois permite a destruição do passado geral para manter apenas um passado, o de interesse governamental.

A partir de 1970 o Ministério da Educação e Cultura, após estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, oficializa uma descentralização que encarrega também os Estados e Municípios, com a orientação técnica do IPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional, recomendando a criação de órgãos estaduais e municipais adequados à proteção, sempre articulados com o IPHAN, procurando uniformidade da legislação (MEC, 1980).

Com a Constituição de 1988 houve a ratificação sobre a descentralização em seu artigo 30, no qual consta que compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Ainda na Constituição de 1988, essa ressalta em seus artigos 215 e 216, que o Estado passou a garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e o Poder Público, com a colaboração da comunidade, podem promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação.

Mais precisamente no Art. 216,

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Com essa promulgação, firma-se então a possibilidade de tomar patrimônios regionais e locais, respeitando a cultura e a memória social nas diferentes escalas geográficas. Com isso tem-se um conceito moderno de patrimônio que, segundo Gonçalves (2005), está vinculado à formação de Estados nacionais. Este autor também apresenta em seu texto algumas características deste conceito moderno, sendo uma delas mencionada quando este coloca que não basta que uma agência do **Estado classifique um bem como patrimônio** (grifo meu), se esse não encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população, ou

seja, uma “ressonância” (grifo do autor) junto a seu público (GONÇALVES, 2005, p. 19).

O trecho em destaque desta frase afirma a postura de um passado recente, onde o patrimônio possuía uma vinculação muito forte com aspectos considerados importantes à nação, principalmente no que diz respeito à arte e a história de um país. Havia preocupação com a construção de uma identidade nacional, projetada pela máquina do Estado (aqui como Nação), na busca por registrar e perpetuar a história do país pelo olhar do próprio governo que, de certa forma, ainda hoje, se confunde com a propriedade herdada, reforçando uma conotação utilitarista (SILVA, 2010). No segundo trecho da frase de Gonçalves (2005), a preocupação com a ressonância se faz pertinente, pois precisa ser verificado, com relação ao patrimônio, sua representatividade perante a sociedade/comunidade do lugar onde o mesmo pertence, porque caso não haja a ressonância social, este patrimônio cairá no esquecimento, chegando ao ponto de ser destruído pela falta de interesse da sociedade. E a falta de interesse pelo patrimônio, significa que os elos simbólicos, de pertencimento, de identificação não ocorreram e se ocorreram, em algum momento, se perderam na memória social. Assim, quando a legislação federal atribui ao município a responsabilidade para com o processo de tombamento, proporciona, considerando a proximidade do bem (material ou imaterial) a ser patrimoniado, a possibilidade e a necessidade de um maior comprometimento, que pode evitar que o patrimônio fique na insignificância.

2.5.1 O patrimônio histórico-cultural no Estado do Paraná

A Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) é o setor da Secretaria de Estado da Cultura, encarregado dos assuntos relativos à preservação do patrimônio arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná em cumprimento a Lei Estadual nº 1211/53, sancionada em 16 de setembro do referido ano, que em seu Artigo 1º coloca que

constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

A CPC tem como ação, medidas necessárias ao tombamento, à restauração, à conservação e à divulgação desses bens culturais. Atua nas áreas de arquivo e documentação, arquitetura, história e patrimônio natural-arqueologia.

Conforme histórico, as primeiras iniciativas de proteção do acervo cultural do Paraná ocorreram em 1938, com o tombamento nacional de inúmeros bens, entre eles edifícios e acervos museológicos. Já no âmbito estadual, as primeiras medidas ocorrem em 1948, com a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico e a Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, através da Lei Estadual nº 112 de outubro de 1948, e os primeiros tombamentos incidiram sobre os mesmos bens já tombados nacionalmente no estado, só que em 1962.

A CPC é um órgão normativo e consultivo, auxilia na formação, acompanhamento e avaliação da política relativa aos patrimônios. Outra postura do referido órgão é o incentivo a criação de associações municipais de preservação do patrimônio cultural e natural.

São 44 os municípios que possuem bens tombados pelo estado, conforme consulta ao sitio do CPC, sendo seis municípios (aqui destacados) possuidores de edifícios de ensino patrimoniados: Almirante Tamandaré, Antonina, Antonio Olinto, Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Castro, Colombo, **Curitiba**, Guarapuava, Guaraqueçaba, Guaratuba, Ibiporã, **Ipiranga**, Irati, Jacarezinho, **Jaguariaíva**, Joaquim Távora, Lapa, Laranjeiras do Sul, Londrina, Mallet, Maringá, Matinhos, Morretes, Palmeira, **Paranaguá**, Piraquara, **Ponta Grossa**, Pontal do Paraná, Prudentópolis, Quatro Barras, Ribeirão Claro, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Santo Antonio da Platina, Santo Antônio do Sudoeste, São João do Triunfo, São José do Pinhais, São Mateus do Sul, Teixeira Soares, Toledo e **União da Vitória** (grifos meus). Cabe ressaltar, a informação de tombamento de dez edifícios de ensino nos municípios destacados anteriormente, constante na relação de patrimônio no sitio da CPC, sendo que pertence ao município de Ponta Grossa o objeto de estudo desta pesquisa, o Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha, que ainda não consta na lista de bens do estado. Porém, conforme o parágrafo 1º do Artigo 1º da Lei 1.211/53, os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio

histórico, artístico e natural do Paraná, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos Livros do Tombo, de que trata o artigo 3º⁹ desta Lei. O que neste caso ainda não aconteceu ao estabelecimento de ensino, que colabora para esta pesquisa, conforme informação prestada pelo ex-diretor, “devido a grande burocracia que exigiram que acabamos desistindo de fazer os encaminhamentos” (JOSÉ CARLOS DAS NEVES) ou seja, ele é tombado como patrimônio cultural até o momento, apenas na instância local, pelo COMPAC.

2.5.2 O patrimônio cultural no município de Ponta Grossa, através do COMPAC- Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Ponta Grossa

O município de Ponta Grossa possui um órgão regulador para fins de tombamento, em cumprimento à lei federal. A lei nº 6.183, de 23 de junho de 1999, criou o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Ponta Grossa — COMPAC, instituiu o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Ponta Grossa que passou a atuar no município, procurando preservar patrimônios naturais e culturais significativos da cidade de Ponta Grossa, sofrendo esta Lei, alterações em 2005, sob o nº 8.431 de 29 de dezembro.

Esta lei possui sete capítulos, 64 artigos os quais visam determinar a forma de preservação do patrimônio cultural do município de Ponta Grossa. O COMPAC é encarregado de proteger os processos de tombamentos que, conforme Parágrafo Único do capítulo I, esclarece que “o interesse cultural que fundamenta o tombamento é constituído pela relevância e expressividade do bem para a garantia da memória cultural da população de Ponta Grossa, sendo expresso pela importância social que desperta para toda coletividade”.

O COMPAC é um órgão de caráter deliberativo e consultivo, sendo integrante da Fundação Cultural de Ponta Grossa, possuindo vinte e um membros conselheiros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal.

⁹ Artigo 3º - A Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná possuirá quatro (4) Livros do Tombo, nos quais serão inscritos as obras a que se refere o artigo 1º desta Lei a saber: 1) - no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, bem assim os monumentos naturais; 2) - no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e obras de arte histórica; 3) - no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das Artes Aplicadas, nacionais e estrangeiras; 4) - no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita estadual, nacional ou estrangeira.

De acordo com a Lei, compete ao COMPAC: elaborar o seu regimento interno; expedir resoluções; decidir sobre o tombamento dos bens localizados no Município com envio em cinco dias à Câmara Municipal que dependerá do voto favorável de 70% dos membros do COMPAC; determinar a realização de diligências e levantamentos que julgar necessários para a apreciação dos processos de tombamentos; decidir sobre o desconto de tributos municipais previstos no artigo 45 desta lei; julgar os recursos das multas impostas pela Seção de Fiscalização de Tombamentos; normatizar, em suas variadas espécies, o procedimento do tombamento; gerir e fiscalizar o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural; autorizar a celebração de contratos e convênios para a realização dos objetivos desta lei com pessoas jurídicas públicas e privadas em geral; instituir permanente campanha de Educação Patrimonial no seio da comunidade pontagrossense, sendo apoiada pela estrutura publicitária do Poder Executivo, em tudo que for necessário para esse fim.

Toda a estrutura apresentada demonstra o objetivo fundamental para a realização de um tombamento lícito, desde o cidadão ao proprietário são dadas as oportunidades de pronunciamento.

Em visita ao órgão, através de diálogo informal, foi possível verificar que não cabe ao mesmo, solicitar ao governo de estado a inclusão do imóvel ora tombado pelo município, pois durante o andamento do processo de tombamento são enviadas (em cumprimento legal) correspondências para participação e questionamento por parte do proprietário, que neste caso é o governo do Estado do Paraná.

A apresentação em relação ao COMPAC se faz pertinente para demonstrar por quais tramites e procedimento passou o processo de tombamento do Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha — Ensino Fundamental e Médio, pois este é o patrimônio cultural que colabora para a análise sobre o estudo desta pesquisa.

2.5.2.1 O processo de tombamento pelo COMPAC do CEC Dr. Munhoz da Rocha

É importante iniciar ressaltando que a maioria dos processos de tombamentos de bens edificados está vinculada aos grandes centros urbanos, a

capitais, a famílias cujo sobrenome são considerados importantes à história regional e, principalmente, nacional. Segundo Fonseca (2009)

a imagem que a expressão “patrimônio histórico e artístico” evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores (FONSECA, 2009, p. 56).

Na pesquisa em questão, o patrimônio Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha — Ensino Fundamental e Médio, que foi tombado através do processo sob o nº 04/2003 de 21 de agosto de 2003 pelo COMPAC, situado a Rua Cerro Azul, s/nº esquina com a Rua Tibúrcio Pupo, no Distrito de Guaragi, Ponta Grossa-Paraná, faz parte de um contexto histórico-geográfico distinto a essa característica.

Este patrimônio cultural apresenta peculiaridades de uma comunidade rural-urbana, onde o recorte espacial (a vila) é urbano, porém, contempla ruralidades (RUA, 2005; WANDERLEY, 2000), em que a população identifica-se em sua maioria, como rural e não como urbana (BARRETO, 2011, p. 111), possuindo certa estrutura urbana, porém “sossegada”, como os próprios moradores afirmam “não tem nada a ver com o urbano, é parado”, (BARRETO, 2011, p. 109-110).

A comunidade vivenciou seu auge quando, ainda município de Entre Rios e que com pouco mais de 40 anos, presenciou sua decadência e extinção, necessitando mudar até seu nome, passando a se denominar Guaragi, atualmente como distrito.

E o Colégio, objeto de tombamento, fez e faz parte desses momentos históricos e da realidade do distrito, sendo monumento (CHOAY, 2006), bem material, lugar de vivência, lugar de memória, bem cultural e edificação urbana ainda em funcionamento. Colégio que, paralelamente ao distrito e sua vila, possui uma história com 84 anos, exercendo a mesma função desde sua construção.

Foi a partir destas peculiaridades que o Colégio tornou-se um instrumento de colaboração da análise de estudo proposta nesta pesquisa, que por ora faz breves apontamentos com relação ao processo de tombamento.

2.5.2.1.1 O processo de tombamento — apontamentos

É importante ressaltar, inicialmente, que a ideia de tornar o Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha — Ensino Fundamental e Médio um patrimônio cultural partiu de seu ex-diretor, o professor José Carlos das Neves, que a partir do vínculo com a vila do distrito e o conhecimento da história local, percebeu o quanto seria importante para a localidade e para o próprio prédio que o tombamento acontecesse, vislumbrando que tal ato proporcionaria o restauro e a manutenção permanente a este, assim como acontece com outro estabelecimento do município tombado pelo estado.

“Eu trabalho no Distrito de Guaragi desde 1993, quando fui substituir uma professora e lá permaneço até a data de hoje. Com o passar do tempo fui criando laços muito profundos com a comunidade, participando ativamente da vida política e nos eventos do Distrito. Faço parte da Comissão organizadora da Festa do Colono a qual é realizada anualmente e atrai muitas pessoas a essa localidade, e, ainda sempre estamos juntos com a associação de moradores local na luta por melhorias no Distrito.[...] Nós esperávamos que com o tombamento nós pudéssemos fazer a restauração do prédio, o que até a presente data não aconteceu. Para a nossa decepção, nunca houve um real interesse do Estado em fazer essa restauração, talvez porque o prédio não foi tombado a nível estadual” (JOSÉ CARLOS DAS NEVES).¹⁰

É no processo de tombamento (ANEXO E) que se vislumbram as condições que dão significância ao bem patrimonializado. É a partir dele que se faz a análise da importância da arquitetura, da história, de fatos, que atribuem à edificação o interesse cultural, a relevância e a expressividade que vai garantir a memória cultural da população (Lei nº 8.431, 2005).

Em seu histórico se encontra a história do Colégio, sua construção, seu fundador — Dr. Caetano Munhoz da Rocha —, o início das atividades escolares do “Grupo Escolar de Entre Rios”, em 1929, com seu 1º diretor — Ricardo Sant’Ana —, 1933 com o início da alfabetização de adultos, Antônio Beira Fontoura, pai do ator Ari Fontoura. Menciona também a mudança de nomeação em 1940, a transposição do ex-município para distrito. Em seguida apresenta o histórico da educação em Guaragi, relatando sobre a importância educacional do ex-município de Entre Rios, perante o estado do Paraná, pois este possuía até um Instituto Profissional de Comércio e Agronomia. Relata que após a morte de Antônio Gomes

¹⁰ Resposta fornecida através do questionário aplicado especificamente ao mesmo.

de Oliveira, jornalista, escritor, músico, maestro, poeta e líder da comunidade, além de criador do Instituto, a cidade ficou a mercê de pessoas que pouco lhe deram valor e que, em seguida, apresenta-se em decadência. Destaca diretores, professores e alunos que fizeram parte do quadro escolar e que são nomes expressivos socialmente, tanto local, regional com internacional, sendo eles: José Petruza, Maria Rosa e Anita Albach, Otávio de Mattos Leão, Cidul Gonçalves, Maria Olímpia Souza Bello, Palmira Dias, Rosalva Quintilhano, Leonor Dias, Maria O. B. Gulmini, Maria Elvira Justus, Joanita Flori de França, Alcídio Ribeiro, Sílvio Berger, Romano Wojciechowski, Escolástica de Mello, Tenente Licurgo Negrão (conhecido como Porthus Marianni), Eny Carbonar (chegou a ser diretora do Presídio Feminino de Piraquara, Curitiba), Neuza Carlota Voigt, Maria da Luz Fidelis, Adelzira Bastos Sponholz, Thereza Veicheneki, Marise Joslin, Anna Czlusniak, Neida Dias Coradassi, Gilda H. Spinardi, Conrado Shimidt, Orlando Carbonar (cônsul da Itália), João Pilarski (pintor primitivista reconhecido internacionalmente), Geraldo Wojciechowski (vereador e prefeito interino de Ponta Grossa).

Na justificativa arquitetônica do processo, encontram-se dados de identificação e características relevantes, informações sobre o grau de proteção, orientação de participação do processo pela comunidade. Contudo, em nenhum momento aparece formalmente uma pesquisa do órgão junto a comunidade do distrito ou da vila.

No parecer da comissão temática, relata-se novamente o processo histórico do colégio com base em documentos diversos e fonte bibliográfica (ANTONIACOMI; KUTAH, 1999), colocando que o tombamento se justifica pelos seguintes motivos:

- O valor da preservação deste prédio não está vinculado à sua arquitetura propriamente dita, mas, principalmente, no valor referencial para a comunidade;
- O prédio foi marco de um período de crescimento econômico muito marcante para a região;
- Importância sócio-cultural da escola para a comunidade por mais de 73 anos;
- Importância da escola no cotidiano e memória da comunidade;
- Pelo grande número de alunos por ela formados e professores que se destacam em nível local, estadual e nacional;

- Por ser um dos últimos referenciais arquitetônicos que demonstram materialmente a grandeza do município de Entre Rios;
- A responsabilidade de gestão patrimonial é de toda a comunidade, não somente de poderes constituídos, porque, a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio e se ela não quiser preservá-lo, não existe instrumento jurídico que o consiga; e existe interesse de preservação;
- Segundo a arquiteta Ana Paula Baars, a preservação do edifício em questão é de grande importância para a paisagem urbana daquela porção do Distrito de Guaragi.

Sendo o parecer favorável.

Desta forma, considerando os apontamentos que justificam o tombamento do Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha, cabe a busca por ratificar ou não, o que foi posto, a partir da verificação da representatividade deste patrimônio perante a comunidade local, ou seja, verificar se a ressonância (GONÇALVES, 2005) existe entre o patrimônio cultural e a comunidade a qual este pertence.

Afinal, segundo a concepção dada por Mesentier (1992), o patrimônio cultural, a partir do seu tombamento confirmado pela decisão política, passa a ser um suporte da memória social, pois atua como um “estímulo ao processo de desenvolvimento da consciência social pode-se dizer que o faz de modo especial na construção do sentido que propicia a percepção do caráter histórico da existência das estruturas sociais” (MESENTIER, 1992, p. 6-7).

3 AS VÁRIAS FORMAS DE REPRESENTATIVIDADE DESIGNADA AO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO PELOS MORADORES DA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI, PONTA GROSSA/PR

Neste capítulo o foco se volta para a pesquisa de campo, que foi em busca de analisar a representatividade do patrimônio cultural edificado, sua importância e consideração dada por uma comunidade urbano-rural, que se encontra na vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR. Sendo que neste momento da discussão a proposta da pesquisa associa-se às questões teóricas que perpassam pela realidade urbano-rural da vila, e principalmente por aquelas pertinentes ao patrimônio cultural na relação com a comunidade local.

“Após tomar conhecimento de sua história através dos documentos históricos que resgatamos os quais estavam prestes a serem queimados e que constitui a única fonte de pesquisa sobre a vida política econômica e social do Distrito, pois o prédio da Prefeitura (período em que o Distrito era município e se chamava Entre Rios) onde funcionava um Cartório o qual guardava todos os documentos desse antigo município foi totalmente queimado e com ele a sua história. Hoje o principal prédio que faz memória desse período é o prédio do Colégio, que é importante por ser um prédio público, embora existam ainda no Distrito algumas casas antigas que aos poucos estão sendo demolidas por seus proprietários, sendo substituídas por prédios modernos” (JOSÉ CARLOS DAS NEVES, 2012).

O Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha foi escolhido para colaborar com a pesquisa em questão por proporcionar as condições necessárias para a análise devido à sua situação físico-estrutural, histórico-social e geográfica para com a vila do distrito. Isto diante da situação de que o outro patrimônio cultural tombado na vila, a Estação Ferroviária, havia sido destruída e encontrava-se em reconstrução. Contudo, é importante ressaltar que a Estação Ferroviária, assim como outras edificações elencadas pelos moradores do distrito, também subsidiam a análise acerca da representatividade.

A verificação da representatividade se deu a partir análise das respostas ao questionário semiestruturado (apêndice C), das representações gráficas (croquis mentais) e na ocorrência de referências ao Colégio e a outros elementos edificados que se apresentaram mediados pela memória, pela história, pelos significados e pela relação de importância vinculada ao patrimônio. Isso considerando a realidade apresentada pela vila do distrito, nos aspectos urbano-

rural, sócio-cultural, histórico-geográfico e econômico vivenciado por seus moradores.

3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS A PARTIR DO QUESTIONÁRIO

As entrevistas ocorreram em momentos distintos e com entrevistados de categorias diferentes, sendo estes, moradores da comunidade, alunos do ensino fundamental, alunos do ensino médio e internautas.

A pesquisa é quali-quantitativa e considerou a realidade histórica, geográfica, econômica, cultural e social vivenciadas pelos moradores da vila e do entorno do distrito. A análise das respostas foi em busca de elementos simbólicos presentes na vila, verificando a noção que os moradores possuíam sobre patrimônio cultural, qual(is) são as edificações que dão suporte a memória e história local, cujos significados respaldam a constituição de um patrimônio e, principalmente, qual a representatividade que um patrimônio cultural tem para a população local.

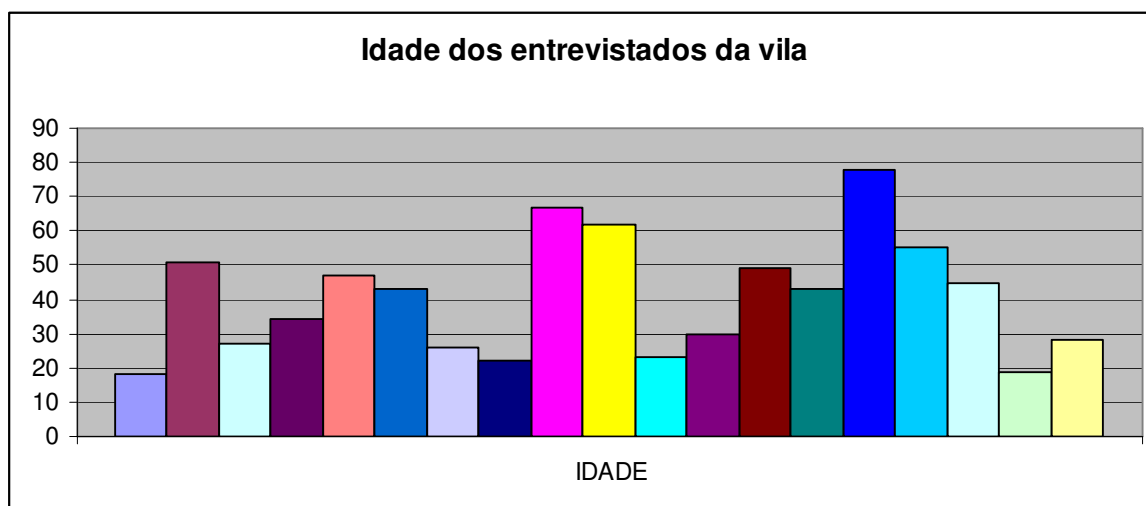
Houve, durante o processo da pesquisa, a utilização de questionários semiestruturados (tanto pessoalmente, quanto através da internet), e a solicitação de representações gráficas por meio de desenhos.

A aplicação dos questionários foi realizada de casa em casa, de forma aleatória, também no posto de saúde e no próprio Colégio nos dias 09 e 10 de agosto de 2012, durante o período da manhã, tarde e noite. Foram entrevistados vinte moradores (considerando a saturação das respostas), 17 alunos do 8º ano do Ensino Fundamental e 27 alunos do 3º ano do Ensino Médio, os quais responderam a um questionário elaborado com 10 e 9 questões semiestruturadas, respectivamente, relacionadas à moradia, a noção espacial do distrito com pontos de referências (alguns desenharam), a noção sobre patrimônio (se conhecem e sabem da existência de algum no distrito), entre outras (apêndice B). A pesquisa também utilizou dados sobre a população local a partir dos índices fornecidos pelo IBGE.

Com relação aos moradores, foram aplicados vinte questionários e destes, 75% são pessoas do sexo feminino e 25% pessoas do sexo masculino. A condição social das pessoas entrevistadas varia entre classe social média e baixa, em ocupações como dona de casa, pedreiro, professora, enfermeira, ex-delegado,

comerciante, com idades bem diversificadas (gráfico 3). Com os alunos, as idades, em sua maioria, estão compatíveis com a faixa etária de estudo, ou seja, entre 13 e 18 anos, de sexo masculino e feminino. Com relação aos internautas não há verificação de idade, ocupação e moradia.

Gráfico 03 – Idade dos entrevistados da comunidade



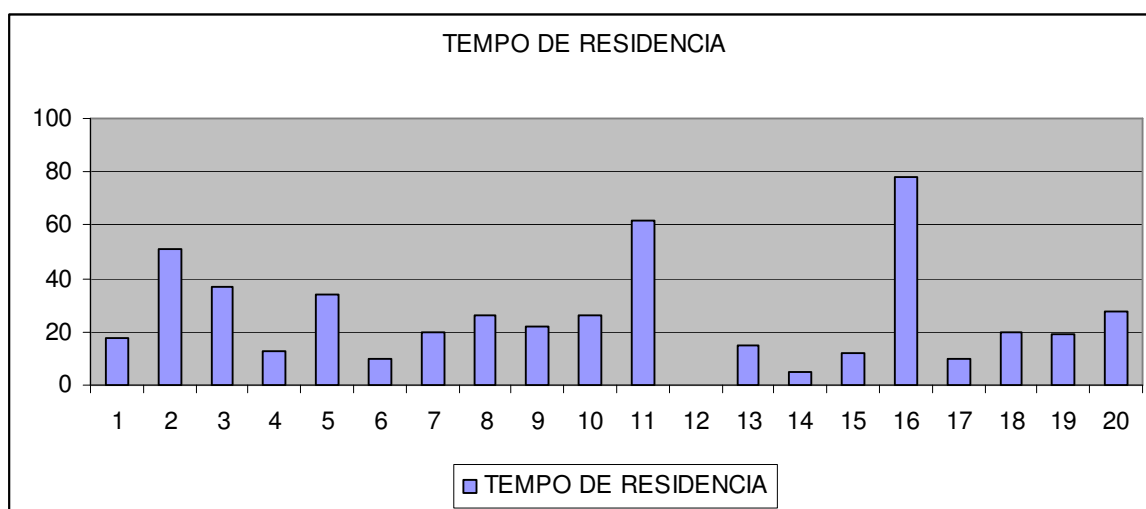
Fonte: Questionário
Organização: GRILLO, R. B. (2012)

Dos entrevistados da comunidade, dez nasceram no distrito, uma reside a apenas um mês e os demais, entre 5 e 26 anos, moram na vila ou em seu entorno.

Dos 44 alunos entrevistados apenas 27,27%, não residem na vila, mas moram no entorno, na Vila Rural, em Roxo Roiz, na cidade dos Meninos, no Tabuleiro, entre outros.

Conhecer o tempo de residência dos moradores (gráfico 4), mesmo que por amostragem, colaborou para a compreensão da noção espacial, da percepção e dos vínculos que estes possuem com a vila do distrito, demonstrando quais elementos configuram o espaço geográfico de forma mais significativa.

Gráfico 4 - Tempo de residência dos entrevistados da comunidade



Fonte: Questionário

Organização: GRILLO, R. B. (2012)

3.2 OS PONTOS DE REFERÊNCIA DA VILA DO DISTRITO SEGUNDO OS ENTREVISTADOS

A análise sobre a noção espacial dos moradores da vila do distrito, a partir do olhar geográfico, se tornou importante porque demonstra, além do conhecimento próprio que cada um tem sobre o espaço onde habita, os elementos que são considerados significativos em sua rotina diária sem que este se dê conta. Ao relatar o que a vila possui (edificações, elementos naturais e urbanos, etc.) o morador elenca pontos de referências, locais estratégicos para espacializar-se na vila, ao mesmo tempo em que demonstra como lhe vê, ou seja, qual o seu olhar particular a respeito da composição local.

Os pontos de referencias são constituídos a partir de elementos naturais e/ou artificiais, como rios, montanhas, casas, barracões, encruzilhadas, elencados por aquele que elabora um croqui ou um mapa como forma de informar e demonstrar o espaço geográfico onde vive.

Essa demonstração espacial é mais bem representada quando o agente de sua construção conhece melhor o lugar que apresenta, ou seja, se este possui um tempo de vivência e um vínculo com o local. Segundo Tuan (1983, p. 3), “‘espaço’ e ‘lugar’ são termos familiares que indicam experiências comuns”, pois vivemos no espaço e atribuímos valor ao lugar.

Dentre os elementos apontados como existentes na vila, foram elencados tanto elementos naturais (8,34%), como artificiais (91,66%), conforme demonstrado no gráfico 5.

Seguindo os primeiros dados apresentados (apêndice C) verifica-se que a noção espacial apresentada pelos moradores, da vila e do entorno do distrito, demonstra como a percepção do espaço está vinculado à necessidade e ao cotidiano humano. Segundo Roberto Lobato Corrêa (2009), o homem organiza o seu espaço a partir de uma seletividade¹¹, de acordo com seu interesse e suas práticas espaciais. Ainda segundo autor, as práticas espaciais resultam da consciência que o homem tem, ou seja, do padrão cultural próprio, que fornece significados distintos à natureza e à organização espacial. O que é visto nos croquis (figuras 5, 6, 7 e 8).

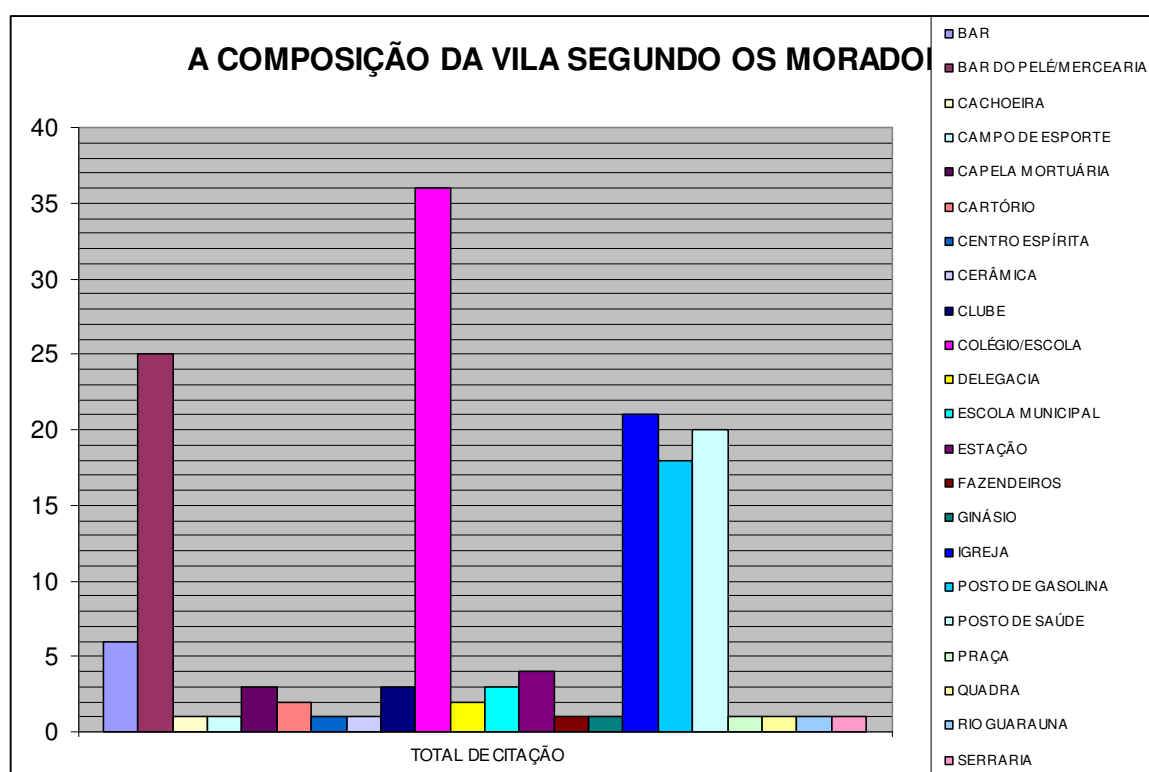
As edificações, que fazem parte das necessidades cotidianas dos moradores, aparecem em maior variedade (ver também figuras 5 e 6), se comparada com as referências mencionadas pelos alunos (ver também figuras 3 e 4). Porém estes, os alunos, assim como os demais entrevistados (nas respostas dadas), apontaram, em sua maioria, referências artificiais urbanas e menos naturais. Esta situação pode ocorrer mesmo que os moradores se considerem mais rurais que urbanos (como visto no capítulo 1), pelo fato de que na composição do espaço urbano concentram-se edificações que atendem as necessidades humanas diárias da sociedade, seja para o trabalho, para o estudo, para com os cuidados com a saúde, o consumo ou o lazer, como bancos, supermercados, Universidades, cinemas, *shopping*, hospitais, teatros, museus, sendo tanto funcionais como simbólicos.

Dos elementos citados (ver gráfico 5), os artificiais urbanos mais mencionados entre os entrevistados foram, o bar do Pelé (a análise considerou as respostas: mercearia e bar do Pelé, fotografia 24), a Igreja (fotografia 25), o posto de gasolina (fotografia 26), o posto de saúde (fotografia 27) e o Colégio (fotografia 28) que apareceu nas respostas tanto como escola estadual quanto como Colégio, sendo então que a análise considerou a soma de ambos os termos usados, que teve destaque nas categorias entrevistadas enquanto ponto de referência da vila, além dos demais elencados (gráfico 5). Alguns dos elementos estão ligados culturalmente

¹¹ Para o autor o no processo de organização de seu espaço o Homem age seletivamente, pois decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos.

aos moradores da vila por fazerem parte da história e da memória local, além de serem locais onde a comunidade se encontra e sacia suas necessidades essenciais.

Gráfico 5 – A composição da vila segundo os moradores



Fonte: Questionário

Organização: GRILO, R. B. (2012)



Fotografia 26: Guaragi: posto de combustível
Autora: GRILO, R. B. 2012



Fotografia 27: Guaragi: Posto de saúde

Fonte:

https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&q=guaragi%20distrito%20ponta%20grossa&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_qf.&bpcl=38625945&biw=1280&bih=661&um=1&ie=UTF-8&sa=N&tab=il
Acesso em 19 nov 2012



Fotografia 28: Guaragi: C.E.C. Munhoz da Rocha

Fonte: <http://www.guaragi.com/album/galeria-de-fotos/#dsc01174-jpg>

Demonstrando, a partir da vista aérea a vila do distrito de Guaragi (figura 4), conhece-se melhor os pontos de referência indicados e a espacialidade existente, que será visualizada nos croquis elaborados e nas respostas dadas pelos entrevistados.



Figura 04 – Guaragi: Vista aérea da área urbana do distrito com pontos de referência.

Fonte: Google Earth

<https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&q=guaragi+distrito+ponta+grossa&ie=UTF-8&mid=1353334120>

Acesso dia: 19/11/2012

Org. GRILLO, R. B.

Legenda das marcações:

	C.E.C Munhoz da Rocha		Posto de saúde
	Casa da D. Margarida (falecida)		Estação Ferroviária
	E.M. Profª. Maria Elvira Justus Schimidt		Cruzeiro
	Igreja Nossa Senhora da Luz		Posto de combustível
	Bar do Pelé		Restaurante Saborear



Para Claval (2007, p. 63), “o conteúdo de cada cultura é original, mas alguns componentes essenciais estão sempre presentes”. O que é posto pelo autor referencia os hábitos cotidianos, os códigos de comunicação e os procedimentos de regulação social, como forma de assegurar a sobrevivência e reprodução do grupo. O que Lindner; Alves; Ferreira (2009) colocam ao demonstrar

as diferenças sociológicas fundamentais a respeito do rural e do urbano. Com isso, transitar e usufruir de lugares comuns na vila do distrito é algo característico da cultura local, porém, não somente desta, mas de uma condição devido ao contexto espacial apresentado, visto que a estrutura urbana da vila dispõe de poucos locais e opções para a comunidade.

O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de "viver bem". Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida (SANTOS, 2006, p. 34).

Neste sentido, o espaço se torna diferente a cada pessoa conforme esta o visualiza, necessita e analisa. Isto se dá, devido a fato de que cada ser humano preconiza alguns elementos como necessário a sua vivência sendo influenciado pelas condições histórico-social e geográfica presente. No que diz respeito à vila, seu espaço é composto de um *continuum*, onde “o rural e o urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades” (RUA, 2005, p. 9). Neste contexto, o particular se relaciona com o coletivo através da convivência em lugares comuns, construindo experiências, percepções, valores e atitudes vivenciados no social (TUAN, 1980), o que dá, ao mesmo, subsídios para perceber o espaço de forma operacional e simbolicamente devido à busca pelo “viver bem” (SANTOS, 2006) isso mediante o que lhe é concebido. Desta forma o ser humano ao ser questionado sobre o que compõe seu espaço geográfico, lugar de morada, aponta os elementos que melhor representam seus interesses e necessidades, ora respondendo e indicando locais ora desenhando-os (figuras 5, 6, 7 e 8). Segundo Claval (2007, p. 84) “é desenhando que se fixa melhor o que se vê — ao ponto de se poder reconstituir de memória [...] paisagens observadas”. O que para Lynch (1997) permiti estudar os lugares tendo por base a percepção de seus moradores acerca da estrutura das imagens formadas. Isto a partir da geografia humanista e cultural fica assentado na subjetividade, nos sentimentos, na experiência e no simbolismo, permitindo a compreensão da base de inteligibilidade do mundo real por aqueles que o expõe.

Segundo Tuan (1983, p. 6), a partir da “experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar”, pois onde começa o espaço, à medida que se conhece melhor, dota-se de valor, transformando-se em lugar. E o

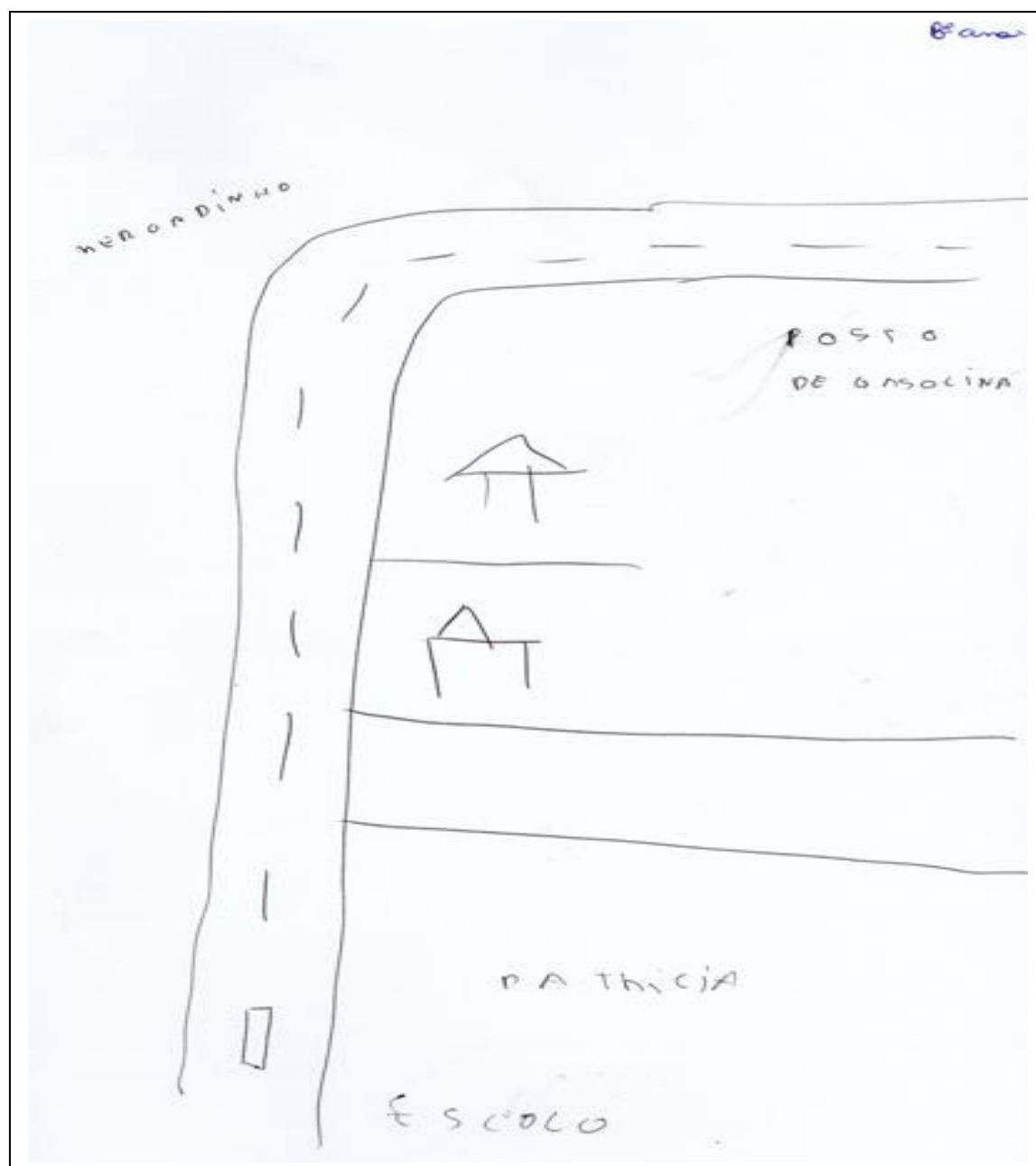
lugar de morada, neste caso, a vila do distrito está repleto de significados demonstrado a partir das vivências e características tanto rurais quanto urbanas.

Na visualização dos croquis que foram constituídos a partir da memória dos entrevistados, foi possível perceber que cada um representou o espaço conforme seu cotidiano (figuras 5, 6, 7 e 8), o que, segundo os estudos de Lynch (1997) sobre a cidade, permitem afirmar que as pessoas constroem uma estrutura e identidade daquilo que as cerca. O autor coloca que “cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados” (LYNCH, 1997, p. 1), que na figura 8 fica evidenciado pelo elo afetivo que tornou o espaço da vila um lugar, pois os objetos representados no espaço foram descritos com vínculos simbólicos, que no caso de um adulto, segundo Tuan (1983) é aprofundado através do contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos. A figura 8 demonstra, de forma muito significativa, a realidade da vila, ou seja, o rural e o urbano representados espacialmente como um conjunto que interage naturalmente entre si no recorte espacial.

Também nos croquis visualizam-se as edificações que fazem parte da história local (figura 8) quando escreve nome de locais que estão e não estão mais presentes (Igreja N^a. Sr^a da Luz, Estação Ferroviária — sendo reconstruída, a paisagem, o Armazém do Edmundo, o Posto de combustível, o Restaurante Saborear, o Cruzeiro, o Pelé, o Colégio Munhoz da Rocha, Clube esportivo — incendiado, a Cerâmica São Sebastião — desativada, a comunidade, as colônias, a gruta), ou seja, a memória ratificando a história. Estes, junto aos demais, enquanto espaços vividos, são envolvidos por sentimentos de pertença. Estes espaços de pertencimento social aparecem nos desenhos/croquis o Colégio (figura 5 e 7), com destaque a Igreja (figura 8) e o bar do Pelé (figura 6, 7 e 8).

Vê-se nos croquis (figuras 5, 7 e 8) que a PR 438, é a referência de traçado da vila (deixando as demais vias locais sem importância), por “cortar” e ser forma de acesso local e também pela curva acentuada (pouco mais de 90°) onde se localiza o pequeno Cruzeiro e onde se encontram os principais pontos de referência local (ver figura 4), pois até o desenho que não apresenta a curva, a autora comentou preocupada pelo fato de ter esquecido (figura 6).

Figura 5 – Croqui mental da vila do distrito



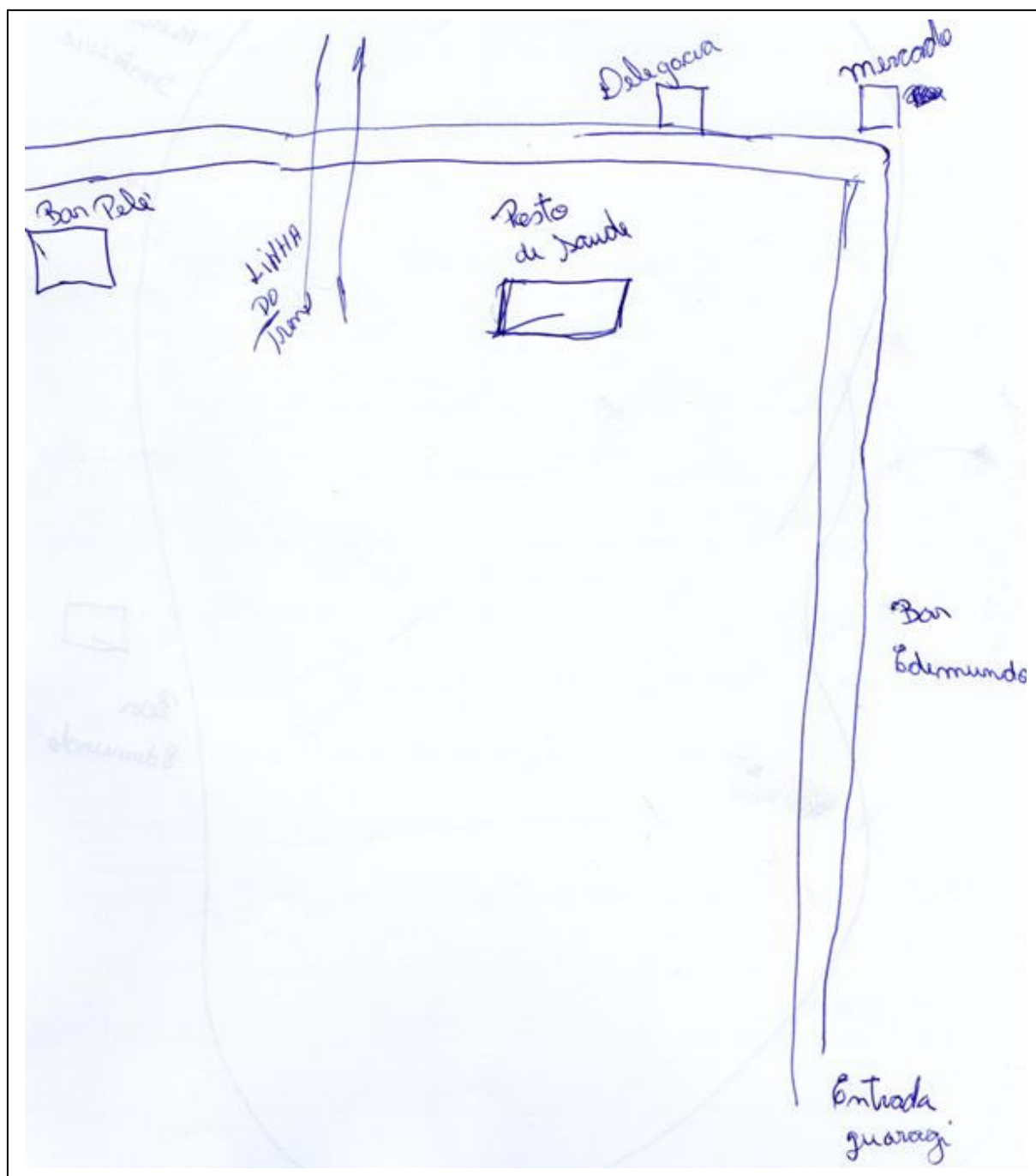
Fonte: Entrevistado do Ensino Fundamental, 13 anos de idade – 10 ago 2012

Figura 6 - Croqui mental da vila do distrito



Fonte: Entrevistado do Ensino Médio, 17 anos de idade . 09 ago 2012.

Figura 7 - Croqui mental da vila do distrito



Fonte: Entrevistado da comunidade, 23 anos de idade. 09 ago 2012.

sociedade. O autor coloca, também, que “a afetividade manifesta-se tanto no que diz respeito ao gostar dos lugares como à movimentação espacial” (CORRÊA, 2009, p. 33). Esta condição é bem constatada quando observado os croquis (figuras 5, 6, 7 e 8), pois os elementos urbanos são dispostos com ênfases diferentes mais com a mesma espacialização.

O autor ainda aponta ao citar Tuan (1979) que este argumenta que existem vários tipos de espaços, sendo tanto individual, quanto grupal, onde se vive a experiência do outro. Isto, segundo o autor, no âmbito da geografia humanista, que considera os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência. Neste sentido, ele cita o espaço mítico-conceitual de Tuan (1983).

O espaço mítico é também uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais. Difere dos espaços concebidos pragmática e cientificamente no sentido que ignora a lógica da exclusão e da contradição (TUAN, 1983, p. 112).

Complementado por Corrêa (2009) quando aponta que o lugar “possui um “espírito”, uma “personalidade”, havendo um “sentido de lugar” que se manifesta pela apreciação visual ou estática e pelos sentidos a partir de uma longa vivência” (TUAN, 1979, *apud* CORRÊA, 2009, p. 31) (ver a figura 8).

Essa apreciação visual e estática é possibilitada a partir dos objetos que configuram o espaço. Para Claval (2007) não há sociedade sem espaço para lhe servir de suporte. E este suporte vem, justamente, dos objetos que compõem o lugar (gráfico 5). Nos croquis estes objetos estão representados pelas edificações desenhadas, fruto da memória e dos hábitos cotidianos.

A vivência cotidiana e as experiências mais significativas ficam armazenadas na memória individual até serem compartilhadas com outros indivíduos. É neste momento que “a associação da própria memória a memória da sociedade na qual o indivíduo está inserido possibilita a ele o reconhecimento da sua identidade, a sensação de aceitação e de participação social” (MONASTIRSKY, 2009, p. 328). Neste sentido, foi perguntado, individualmente, sobre quais locais possuíam significados sentimentais ligados ao passado. A partir deste questionamento procurou-se vislumbrar quais lugares constituem locais de interação social e de formação de uma memória coletiva.

Dentre os locais mencionados por eles, a Igreja (ver também figura 6) se destaca, seguida pelo Colégio e a estação ferroviária. Estes são e foram locais que configuram o convívio e participação social, em que não só o momento individual vivenciado se fez presente, mas o coletivo também. A justificativa das respostas sobre o(s) lugar(es) especial(is) seriam “a Igreja pelas festas”, a escola “pelos amigos da época”, “a cantina da estação”, por ter sido ponto de encontro, chegadas e partidas, demonstrando que estes locais fazem parte e caracterizam a memória coletiva. Para Monastirsky (2009, p. 328) “a memória coletiva é formada pela convergência e aglutinação das várias memórias singulares - sem necessariamente haver equanimidade temporal”. O que, segundo o autor, “transcende o indivíduo ao apresentar uma ordem instituída, normativa à cultura local e às singularidades que a compõem” (MONASTIRSKY, 2009, p. 328).

Essa condição, e a existência da memória coletiva da comunidade da vila do distrito de Guaragi, fica evidenciada nas respostas dadas principalmente quando as mesmas convergem em relação a Igreja, a escola e a estação ferroviária (rever gráfico 5), pois estes foram os locais mais citados nas respostas dos entrevistados, mesmo com idades (ver gráfico 3) e ocupações diferentes.

No que diz respeito às singularidades do cotidiano da vila do distrito estas estão permeadas por um espaço híbrido (Santos, 2006). Espaço híbrido que segundo Pretto (2011) acontece na vila pela identificação de seus moradores ora com a cultura rural, em um tempo mais lento, ora com a cultura urbana, num tempo mais rápido. Pois, segundo a autora, mesmo estando ligados a características rurais em seu cotidiano, os mesmos têm e querem modernidades para seu dia a dia. Porém, vale ressaltar que ao apresentar e conhecer a realidade da vila e de seus moradores, o espaço pode ser chamado de híbrido devido às suas características físicas, contudo, ao analisar os moradores, sujeitos sociais condicionados ao contexto histórico-geográfico local, estes têm hábitos culturais de predomínio rural e tradicional. O que não impede, e sim, fortalece a construção de uma memória coletiva entorno de elementos que são de importância e significação comum a comunidade.

Neste primeiro momento da análise da pesquisa de campo, foi possível perceber que a noção espacial dos moradores está condicionada às vivências e necessidades cotidianas, ao mesmo tempo em que está vinculada por elos afetivos que contribuem para uma maior significância na relação com o lugar.

Esta noção foi mediada pela memória individual que, aglutinada a outras memórias individuais, permitiu vislumbrar a memória coletiva, que forma a cultura local. Alguns locais mencionados com mais ênfase demonstram certa simbologia aos mesmos, principalmente quando estes proporcionam uma afirmação da identidade e um reconhecimento social enquanto grupo a partir da participação da coletividade que ficou bem demonstrado no gráfico 5 e nos croquis (figuras 5, 6, 7 e 8).

3.3 A NOÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O surgimento da noção de patrimônio se deu pelo sentimento de perda de algo importante para a sociedade, perda que simbolizava a história, a cultura e cuja permanência, serviria como mantenedora da identidade social, como agente de fortalecimento e união pátrio, mesmo que envolvido por muitas dúvidas em definir o que realmente poderia ser considerado um monumento. Françoise Choay (2006) ao escrever seu livro “A alegoria do patrimônio”, expõe sobre a situação vivenciada e adotada pela França, com relação à preocupação com os bens materiais que se perderiam, e com as dúvidas que envolviam a definição dos monumentos. Vivência francesa que norteou a noção patrimonial, que evoluiu ao longo dos tempos e influenciou outras nações como o Brasil, que atualmente legisla nas mais diferentes escalas governamentais com relação ao tema.

É na escala local, ou seja, na área de abrangência do bem patrimonializado que a noção sobre o patrimônio deve ser constatada, verificando sobre sua representatividade e significância, pois não basta que este patrimônio seja oficializado, ele precisa possuir uma “ressonância” (GONÇALVES, 2005) com a sociedade local.

Neste sentido, é importante verificar se a comunidade da vila do distrito de Guaragi possui a noção sobre o que é um patrimônio histórico e cultural, se conhece ou se sabe da existência de algum existente na vila, para daí por diante, saber qual a representatividade deste para a comunidade local. Segundo Camargo (2002, p. 26), “o nexos da questão, está em conhecer o sentido da sua construção histórica para apreender o seu significado simbólico”. Mas vale lembrar que o patrimônio também pode estar envolvido por outras simbologias e significados mediados pela arquitetura, a potência e a grandeza representada pelos reis (CHOAY, 2006), a arte entre outros. E para apreender o significado simbólico é

necessário averiguar na comunidade local a noção que esta possui acerca de um bem patrimoniado, se sabe onde está sediado, quais significados este possui, como este é vinculado à memória e à história local considerando que o patrimônio cultural possui uma simbologia própria vinculada ao lugar onde se constituiu, que no caso da vila, é envolvido pela relação rural-urbana que enquanto identificação social é rural, mas normatizado através de um olhar urbano.

Com isso, na busca por responder estas questões, questionou-se sobre as relações que permeiam o patrimônio cultural local em sua ligação com a história, a memória e os símbolos que se constituem e advém de épocas de conquistas e de derrotas, de desenvolvimento e de perdas irreparáveis, de transformações e inovações vivenciadas pela comunidade do distrito. Pois é a partir destas ligações que a comunidade local tende a querer apagá-lo da memória ou não, vinculando-o ao que se quer perpetuar (CAMARGO, 2002).

Camargo (2002) fala sobre a escolha do que se quer perpetuar, pois conforme os vínculos atribuídos ao bem tombado pela comunidade, esta pode sentir necessidade de apagar da memória as situações que fazem parte da história do patrimônio, normalmente isso pode acontecer fundamentado em fatos que trazem lembranças ruins e negativas, contribuindo com isto para a destruição e abandono da edificação. É neste sentido que se faz prudente a verificação da ligação significativa da comunidade para com o bem patrimoniado, o que Gonçalves (2005), chama de “ressonância”. Além de que é pertinente ressaltar que bens materiais tombados e preservados intermediam e proporcionam a manutenção da história e da memória. Sendo que sua presença quando respaldada pela comunidade, fortalece os significados simbólicos que o consagram como patrimônio (CAMARGO, 2002), ao mesmo tempo em que o torna lugar de memória (NORA, 1993). Choay (2006) coloca que a essência do patrimônio advém de sua função antropológica que é baseada na relação com o tempo vivido e com a memória.

É a partir da relação com o tempo vivido, com a memória, junto às atribuições significativas experienciadas por um grupo social, que o patrimônio toma corpo como lugar, fixando-se neste e perpetuando-se simbolicamente. Pois o sentido de lugar pode ir além do conceito espacial segundo Tuan (1983). E uma vez inserido em um lugar, imutável e definitivo num conjunto objetivado e fixado pelo saber exige então, uma conservação incondicional (CHOAY, 2006).

É através da memória coletiva que as atribuições de valor simbólico são atribuídas aos objetos, sejam edificações ou não. Para Camargo (2002, p. 31) “é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento”.

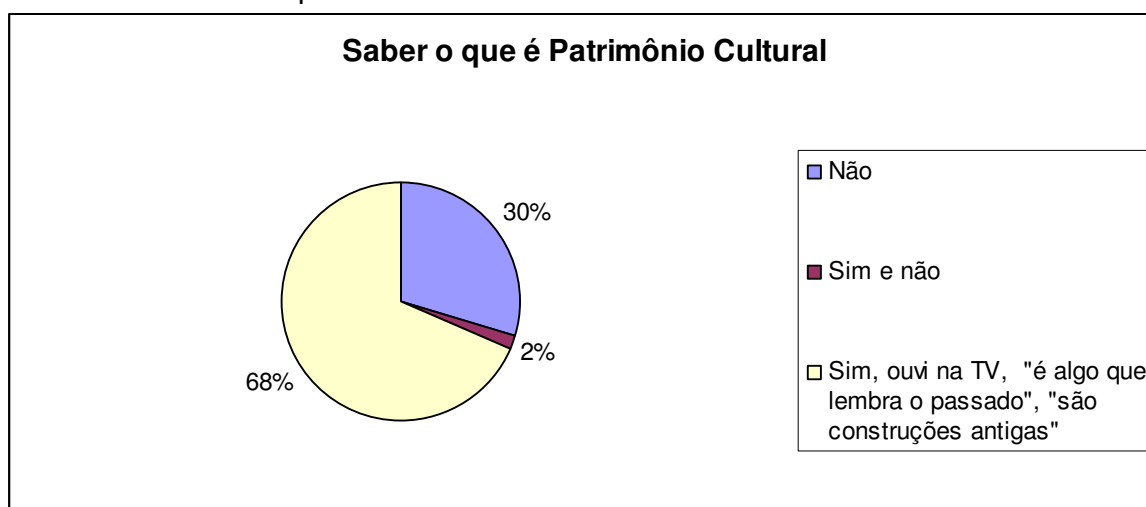
É na busca deste conhecimento prévio aqui demonstrado, enquanto noção do patrimônio e quanto ao patrimônio constituído para os moradores (pela história, vivência e memória), que esta pesquisa articula um segundo momento de análise dos questionários aplicados.

3.3.1 A noção sobre patrimônio histórico e cultural segundo os moradores

O conhecimento sobre um determinado assunto parte, tanto do interesse particular de cada pessoa, e de sua experiência de vida, como também, advém das relações sociais cotidianas. Esta construção acontece a partir das conversas com amigos, em eventos sociais, mediada pelo estudo ou através da mídia. Neste sentido, a noção sobre o patrimônio histórico e cultural não é diferente. Contudo, neste caso, esta noção vem permeada por uma relevância histórica que envolve tanto o objeto (patrimônio) como aqueles que estão próximos a ele. O que mesmo assim não garante o saber com relação ao termo. Isso pode ser constatado ao se questionar aos moradores e alunos da vila do distrito de Guaragi sobre o conhecimento em relação ao que é um patrimônio histórico e cultural¹² (gráfico 6), 68,75% responderam saber do que se trata, justificando terem visto “na TV”, outros como os alunos, responderam que “são as coisas que lembram o passado”, ou que “são construções antigas”, enquanto os demais responderam apenas “não”, às vezes indagando sobre o que se tratava como demonstra o gráfico abaixo.

¹² Este questionamento é referente a pergunta 4 para a comunidade e a pergunta 3 para os alunos.

Gráfico 6 – Saber o que é um Patrimônio Cultural.



Fonte: Questionário
Organização: GRILO, R. B. (2012)

Choay (2006) menciona que o patrimônio que se tornou palavra-chave da tribo midiática, numa sociedade cuja constante transformação é dada pela mobilidade e ubiquidade do presente. Esta situação vivenciada pela sociedade acarreta ao patrimônio ambiguidades em seu significado, o que faz a autora enfatizar a importância que este requer, ou seja, mais que uma aprovação, pois advém “de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra” (CHOAY, 2006, p. 12). Condição que é fruto de um processo histórico, econômico e cultural, cujo patrimônio faz parte, e como tal, se expressa visual e simbolicamente enquanto edificação. Visualmente por sua arquitetura e simbolicamente pelos elos afetivos e de vivências, constituído num momento particular ou coletivo, retratado pela memória e como um *lugar de memória* (NORA, 1993). Para Tomaz (2010) os lugares de memória se tornam importantes porque fazem parte da memória coletiva, de um passado e identidade social comum, que permite ao um grupo se sentir parte de um lugar, cujo espaço faz parte da história de todos.

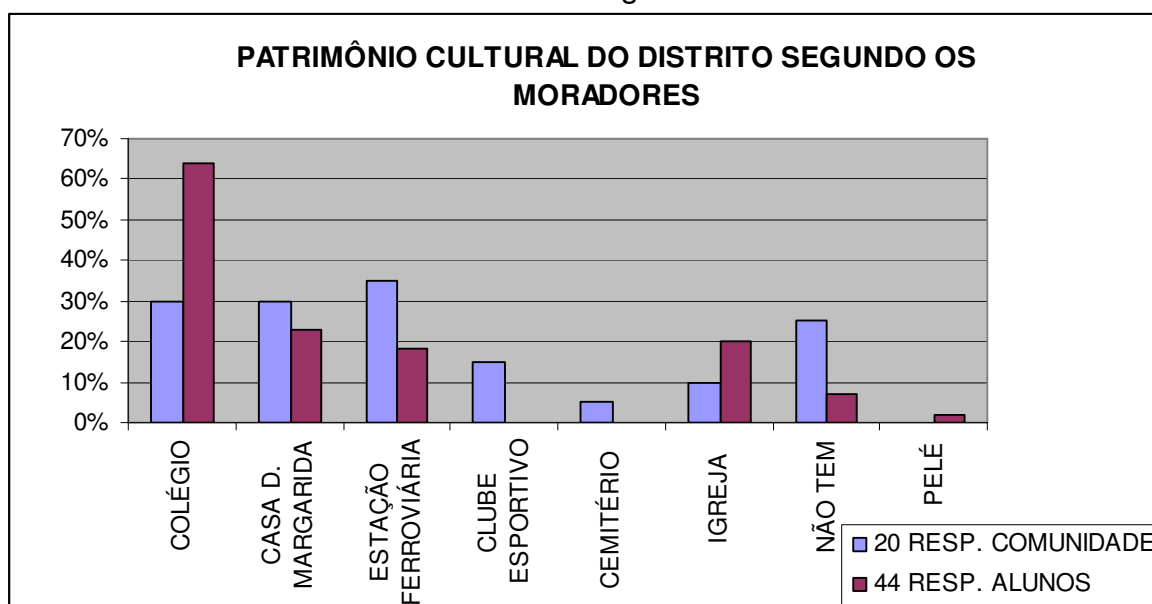
Continuando a busca na memória individual para o fortalecimento da constituição da memória coletiva da comunidade da vila do distrito de Guaragi, com relação ao patrimônio histórico e cultural que outras perguntas se seguem.

Como a maioria dos entrevistados respondeu ter ciência do que se trata o termo “patrimônio cultural”, a sequência foi saber se já haviam visitado algum. A maioria dos alunos, 75%, respondeu que sim, citando o próprio colégio onde estudam. Já os moradores da comunidade, apenas 5% mencionaram o colégio.

Dentre outras menções feitas, a estação ferroviária da vila do distrito (outro patrimônio cultural do local) foi citada em 20% pela comunidade e 6,8% pelos alunos. Essa diferença de porcentagem e foco com relação ao colégio, demonstrada entre a comunidade e os alunos, se dá por dois motivos: primeiro, pelo vínculo que os alunos possuem com o prédio, através do trabalho articulado pela equipe pedagógica, ex-direção e direção atual do estabelecimento de ensino sobre o patrimônio cultural onde estudam; segundo que a comunidade, não vivenciou o processo de tombamento, não houve uma consulta, sobre o interesse de tombamento, feita pelo COMPAC e, apenas no final, após a conclusão do processo, por iniciativa do ex-diretor e sua equipe técnica e disciplinar, houve “um grande evento cultural para a apresentação desse importante documento, onde homenageamos famílias tradicionais do Distrito”, como bem expôs o professor José Carlos das Neves, ex-diretor do colégio e que também se ratifica quando é perguntado a comunidade se sabiam que o colégio havia sido tornado patrimônio cultural em 2003, 57,81% de todos os entrevistados não sabiam.

Já ao questionar se sabiam da existência de algum patrimônio cultural no distrito 30% da comunidade informou que o colégio era um deles, a estação ferroviária (também patrimônio cultural) com 35%, a casa da “falecida” Margarida com 30%, locais que coincidiram com os apontamentos dos alunos conforme gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Patrimônio cultural do distrito segundo os moradores



Fonte: Questionário

Organização: GRILLO, R. B. (2012)

Este levantamento demonstrou que os moradores e os estudantes da vila e do entorno do distrito, possuem uma noção sobre o que é, e sobre a existência de bens patrimoniado na vila do distrito, pois houve praticamente a identificação dos mesmos objetos. O que segundo Pretto (2011) no caso da vila advém da cultura pela qual os sujeitos apropriaram-se do espaço estabelecendo sobre ele relações sentimentais e políticas, o que de dessa forma torna possível identificar a herança cultural que traz em si.

Elsa Peralta da Silva (2011) cita Ballart, quando este afirma que a noção de patrimônio surge "quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seu um *objecto* ou um conjunto de *objectos*" (BALLART, 1997, p. 17 *apud* SILVA, 2011, s/p.), pois demonstra ao objeto algo de valor. Segundo a mesma autora,

Valor que os seres humanos, tanto individual como socialmente, atribuem ao legado material do passado, valor no sentido do apreço individual ou social atribuído aos bens patrimoniais numa dada circunstância histórica e conforme o quadro de referências de então (SILVA, 2011, s/p.).

Esta análise considerou a noção sobre um bem patrimonial a partir do contexto atual, respeitando os apontamentos e indicações feitas pelos moradores do distrito, que convergiram suas respostas para as mesmas edificações. Coube então na sequência, verificar junto aos moradores e estudantes, qual a importância de se possuir um patrimônio cultural na vila do distrito.

3.3.2 Os elementos e fatores que aparecem vinculados à importância de se possuir um patrimônio cultural

Realizando uma breve introdução acerca da importância atribuída a um patrimônio cultural, esta, além de estar vinculada aos elos de afetividade, de significância, que o tornam lugar (TUAN, 1983) e lugar de memória (NORA, 1993), em alguns momentos encontra-se focado segundo a compreensão e interpretação dada por cada indivíduo, pelo viés de alguns fatores como a cultura, a economia, a política e a história, independente do fato do patrimônio se encontrar vinculado a todos esses elementos ao mesmo tempo. Essa condição de interpretação e compreensão se dá a partir percepção dos atributos que o bem patrimoniado recebe a partir destes fatores, onde cada qual condiciona ao patrimônio um valor respectivo.

Quando a importância se dá a partir do vínculo cultural, o patrimônio tem seu valor condicionado a uma construção social, numa idealização construída (PRATS, 1997, p. 19 *apud* SILVA, 2011), possuindo a capacidade de representar simbolicamente uma identidade, cuja transmissão se dá pelos símbolos que possui no estreito vínculo com o passado (SILVA, 2011). Símbolos, proeminente de elo afetivo e de sentimentos que o tornam lugar a partir de experiências íntimas (TUAN, 1983) e também coletivas. Símbolo constituído do contexto histórico, político e econômico do local, que enquanto patrimônio edificado dá suporte à memória social e é intermediado por esta, ou seja, um lugar de memória que para Nora (1993) surge a partir do momento em que a memória se torna o resultado de uma organização voluntária, intencional e seletiva. “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14). O que, segundo Gomes e Oliveira (2010, p. 42), “nasce do sentimento de que não há memória espontânea. Daí a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros daquilo que se foi”. Isto se dá enquanto suporte de uma identidade que se constitui pela memória, pela história, pelas relações sociais, que fomenta a cultura local, pois “as próprias sociedades apropriam factos históricos, monumentos de forma a justificarem o seu sentimento de pertença a determinada comunidade, e a sua identidade”. (MARTINS, 2011, p. 9).

Tratando do patrimônio a partir do vínculo econômico, o viés da discussão segue ao encontro ao turismo, pois o mesmo é interpretado como objeto que possibilita a atração de capital para a localidade onde está sediado.

Para Silva (2011), não se pode negar que o “relacionamento entre patrimônio e turismo se instalou de forma definitiva” (SILVA, 2011, s/p.). Esta afirmação feita pela autora tem aporte a partir das práticas governamentais que como aponta Sahaidak (2012) quando relata que o Estado utiliza-se do turismo enquanto segmento para o desenvolvimento econômico e social do país. Que é bem visualizado na mídia que enfatiza e “chama” a visitação em cidades turísticas constantemente. Porém Silva (2011) coloca que se devem estabelecer regras entre ambos para que haja tanto a rentabilidade econômica, quanto o desenvolvimento social.

Segundo Oliveira Junior (2007) o turismo é uma prática onde o indivíduo ou grupo se desloca para o lazer, para a saúde, e isto gera relação social,

econômica e cultural. O autor menciona que o turismo, segundo Smith (citado por Burns, 2002), possui uma perspectiva alternativa enquanto uma prática social e complementa que o “turismo é um fenômeno social complexo, diversificado e existe em vários tipos de segmentos” (OLIVEIRA JUNIOR, 2007, p. 14), como o turismo rural, da terceira idade, religioso, de pesca, de negócios, de conhecimento cultural, dentre outros tantos, o que para o lugar que sedia o patrimônio serve como forma de obter lucros, melhorias ao local e uma ampliação cultural.

No seu vínculo político, o patrimônio apresenta sua importância ligada à interpretação dada pelos órgãos públicos, cujo interesse pode contribuir ou não a favor de algo de relevância local. Lê-se em vários documentos sobre as posturas políticas adotadas com relação ao patrimônio, livros (CHOAY, 2006), (ABREU; CHAGAS, orgs, 2009), artigos (FONSECA, 2009), (GONÇALVES, 2005), dissertações (MARTINS, 2011), onde e como se posicionam(vam) os diferentes governantes. Posturas que evoluíram historicamente nos países, mas que se encontram delineadas segundo os domínios de cada nação a partir de suas instancias nacional, regional e local. Segundo Monastirsky (2009) o patrimônio obterá diferentes interpretações dadas por seus agentes interventores, e “as mais efetivas estão relacionadas ao poder público e com o poder do capital, associados na maioria dos casos” (MONASTIRSKY, 2009, p. 327).

Já a importância dada, segundo o vínculo histórico, o patrimônio articula a relação memória e história, onde a memória individual encontra na história e na memória coletiva a referência que norteia pertencimento cultural (MONASTIRSKY, 2009). Essa ligação histórica é produzida a partir do contexto local constituído ao longo anos, onde as relações sociais se fazem presentes e constroem objetos que subsidiam suas necessidades cotidianas, que segue adentrando outras gerações que podem, ou não, usufruir deste objeto edificado seguindo a mesma função dada originalmente, ou, modificá-lo, ou ainda destruí-lo conforme a necessidade e interesse atual. Porém se, os sentimentos de vínculos identitários se sobrepõe aos demais, as ligações históricas e afetivas ratificarão a existência e manutenção deste patrimônio.

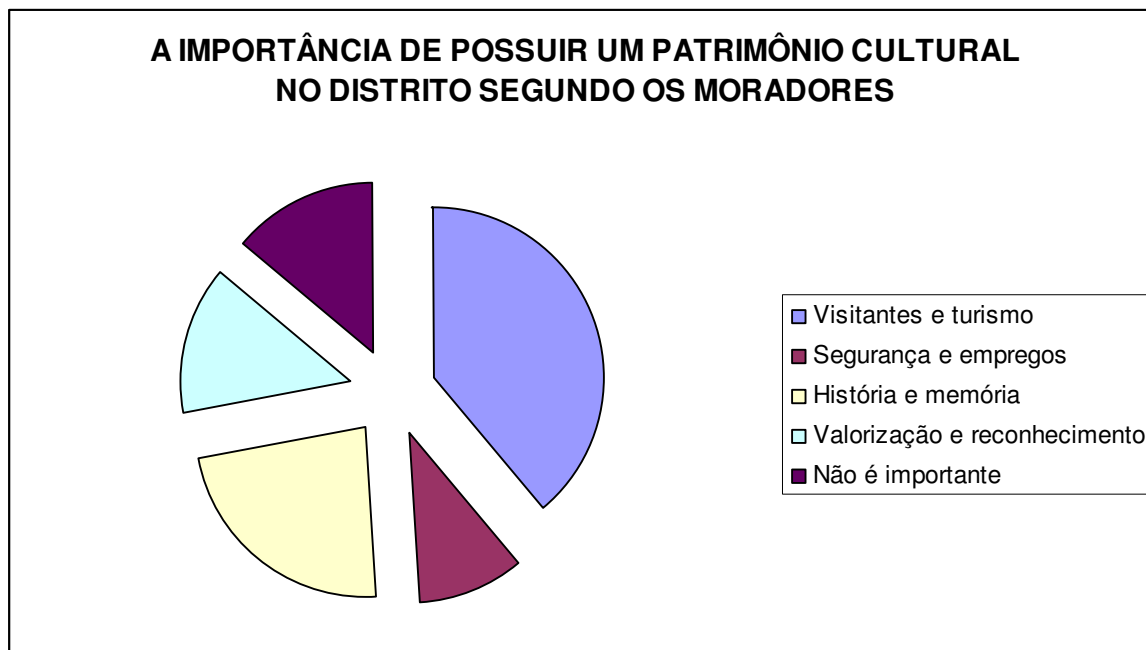
Todos esses elementos e fatores como a cultura, a história, a economia, política, os significados e percepções estão articulados entre si quando se trata do patrimônio, necessitando do respaldo, uns dos outros para que o patrimônio exista oficial e socialmente.

No que diz respeito à oficialidade do patrimônio, quando este já tem seu processo de tombamento efetivado, presume-se que sua representatividade perante a sociedade local já se faça efetiva. Contudo, cabe ainda verificar qual a interpretação, importância e representatividade são designadas pela sociedade local para, então, ratificar o procedimento burocrático, pois como bem colocou Gonçalves (2005) não basta que o governo efetive-o enquanto patrimônio se esse não possuir uma valorização atribuída pela comunidade da qual faz parte.

3.3.2.1 A importância de se possuir um patrimônio cultural, segundo a comunidade da vila e do entorno do distrito de Guaragi

A comunidade da vila e do entorno do distrito de Guaragi em suas respostas quanto à importância de possuir um patrimônio, expuseram vários elementos que fazem parte dos fatores, que vão desde o viés cultural, até o político, o que permite congrega as discussões teóricas ocorridas à pesquisa de campo. Estes apontamentos, vistos individualmente, fragmentam-se dentre os vários fatores, porém, enquanto coletivo social, se congregam em um predomínio, uma concentração de opinião que converge inicialmente para um anseio de melhoria para a comunidade, na sequência para história, memória e seus significados, para a valorização e reconhecimento local e em não achar importante possuir um patrimônio cultural (conforme gráfico abaixo).

Gráfico 08 - A importância de se possuir um patrimônio cultural no distrito segundo os moradores



Fonte: Questionário

Organização: GRILLO, R. B. (2012)

Este anseio inicial fica evidenciado quando a importância dada ao patrimônio vincula-se na maioria das entrevistas à questão econômica, pois 39,06% (gráfico 8) apontaram que possuir um patrimônio cultural atrairia mais visitantes ao distrito e fortaleceria o turismo. Segundo Elsa Peralta Silva (2011, s/p.) “o patrimônio tornou-se um componente essencial da indústria turística com implicações econômicas e sociais evidentes”. Essa relação econômica e social acontece principalmente pela necessidade de melhorias, que toda a sociedade e, principalmente, as pequenas comunidades buscam, “pois pode servir de referência como ponto turístico” responde um entrevistado do ensino médio, neste sentido, ter em seu lugar de morada, algo que possa usufruir e contribuir para expansão do desenvolvimento local é objetivo comum, tanto individual quanto coletivo.

Por outro lado, a tradição, a memória, o patrimônio, atestam sobre a “qualidade de vida” das localidades, fornecendo ainda as bases para uma retórica de desenvolvimento por via da captação de fluxos turísticos capazes de inverter a situação de debilidade econômica em que se encontram muitas localidades, cumprindo-se a promessa do adiado progresso por via do investimento na tradição (...) ao fixar uma imagem diferenciada do passado, o patrimônio fornece também uma prova de abertura ao exterior e à modernidade, permitindo quer o fortalecimento de identificações simbólicas específicas, quer a captação de visitantes e investimentos exteriores” (PERALTA, 2006, p. 78, *apud* MARTINS, 2011, p. 43).

Segundo Usher e Edward (1994), citado por Xavier (2007), é na pós-modernidade que uma nova ordem sócio-econômica se estabelece, principalmente, associada ao setor de serviços e às formações sociais, nas quais o consumo se volta para atividades como o turismo que segundo o autor cresce ano após ano. Silva (2011) aponta que a expansão do turismo para o interior, e para as pequenas cidades, contribui para uma “distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como factor de criação de emprego e de revitalização das economias locais” (SILVA, 2011, s/p.), o que para os moradores da vila urbana isolada que foi a sede do ex-município de Entre Rios, o anseio pelas modernidades, mencionadas nos estudos de Pretto (2011), fica ainda mais evidente quando expõe esta condição, à agora vila, de um distrito rural. Isto ao mesmo tempo que colabora para manutenção da preservação do patrimônio, que nem sempre consegue ser feita pelos grupos locais. Ela também alerta que o turismo massificado ameaça as identidades locais (SILVA, 2011) o que vai ao encontro das colocações feitas por Xavier (2007) quando este relata que o turismo vem gerando impactos de ordem social e cultural. O que implica numa relação entre várias culturas e identidades, que segundo Hall (2006) propicia uma “crise de identidade”, na sociedade pós-moderna. Porém, é necessário considerar que a cultura é dinâmica e está em constante processo de (re)constituição apesar de possuir traços que lhe são marcantes e característicos. Silva (2011) faz outra colocação pertinente de ser pensada pela comunidade que possui patrimônio cultural, material e imaterial, ela propõe uma reflexão sobre a importância de se usufruir de um patrimônio economicamente ao mesmo tempo que se cuide do social, estipulando “critérios de qualidade para que os seus benefícios resultem numa efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem” (SILVA, 2011, s/p.), isso, sem (re)criar pseudo-eventos históricos, que vendem a ilusão do passado através de “*modelos de um real sem origem nem realidade*” (BRAUDRILLARD, 1991, p. 8 *apud* SILVA, 2011, s/p.) (grifo da autora).

Seguindo ainda pelos anseios da comunidade, esta apresenta em 10,93% das respostas (gráfico 8) a perspectiva gerada pela possibilidade de possuir um patrimônio cultural, que envolve o fator político, no qual a importância se dá no intuito de “ter mais turistas e segurança”, responde uma entrevistada, isso porque o policiamento da vila e do distrito como um todo atualmente precisa vir da sede distrital, em consequência do posto policial estar desativado (fotografia 29) outra

menção “para atrair fábrica para dar emprego”, algo que depende do governo municipal e de mobilização dos representantes locais.



Fotografia 29: Guaragi – Posto policial (desativado)
Autora: GRILO, R. B. 2012

Contudo é importante salientar que este vínculo político, atribuído nas respostas, é de fórum distinto ao vínculo a ser considerado relevante ao patrimônio, que é o de assegurar a comunidade o direito a resguardar para gerações futuras a existência e permanência de um bem que foi constituído pelo interesse cultural, cuja relevância se dá pela expressividade que o bem material dispõe como garantia da memória cultural da população local, princípio muito bem explicitado pelo COMPAC, que tem respaldo no Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no Decreto-Lei nº 25 de 1937. Contudo, diante da realidade estrutural da vila do distrito e suas necessidades aparentes, têm relevância as respostas fornecidas, devendo as mesmas ser consideradas como anseios locais de melhorias no comércio, segurança, desenvolvimento, emprego e principalmente “aumento da circulação de capital” (resposta dada por um entrevistado do ensino

médio) a ser articulada pela intervenção do governo, visto que, noutro momento histórico do distrito, este já foi local de atração de mão de obra e oferta de emprego que por questões econômicas e principalmente política o deixou de ser¹³.

Num segundo momento da questão posta à comunidade, a relação da importância apareceu vinculada à história e a memória do lugar, representando respectivamente 14,06% e 9,37% das respostas (gráfico 8), “porque patrimônios lembram o passado e traz a história do município” (entrevistado do EM), o que segundo Choay (2006) significa a especificidade do monumento em relação à memória, pois ele trabalha e mobiliza pela mediação afetiva, como forma de lembrar o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. “Passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais” (CHOAY, 2006, p. 18). Este passado reforça a história em seus fatos concretos que se misturam as memórias particulares de cada indivíduo, (re)criam os elos entre a memória e a história, na sua relação tênue, onde uma se diferencia da outra (MONASTIRSKY, 2006) (NORA, 1993), e ao mesmo tempo que complementam-se no momento em que a história permite sistematizar o passado e a memória permite a compreensão deste (MONASTIRSKY, 2006). “Para lembrar os mais novos como era antigamente” (entrevistado da comunidade), “para os filhos conhecerem a história de Entre Rios” (entrevistado da comunidade), relembando que Entre Rios é o ex-município que se tornou o distrito de Guaragi. As respostas demonstram o respaldo fornecido por âncoras, como o patrimônio edificado, onde a construção do conhecimento histórico apoia-se em objetos concretos, cuja compreensão tem como suporte a edificação presente. A história segundo Nora (1993, p. 9) trabalha “um criticismo destrutor de memória espontânea”, pois esta é considerada sempre suspeita. Neste sentido, articular um patrimônio como fonte concreta do passado histórico, respalda o conhecimento da história local sem divagações. O mesmo autor aponta que “a necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 14) e que a memória se “apóia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem” (NORA, 1993, p. 14), “para que possamos mostrar e contar a história a nossos filhos” (entrevistado do EF)

¹³ Ver a história do distrito em ANTONIACOMI, A. A.; KUTAH, G.do R. A.. **Entre Rios: terra, história e memória**. TCC, UEPG, Ponta Grossa, 1999.

essa resposta foi ao encontro das colocações de Nora (1993), o que faz do patrimônio algo fundamental tanto para a história quanto para a memória. “Para relembrar o passado do distrito e para mostrar o que marcou antigamente” (entrevistado do EM), segundo Choay (2006, p. 18) para “aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança”. Isso acontece porque o patrimônio dá a segurança da manutenção das origens, intermediando a ligação entre os diferentes tempos históricos, conduz a ligação passado presente e fortalece os elos de identidade construídos durante gerações, mesmo que estas se encontrem envolvidas pelas modernidades atuais, que propiciam interferências e reconstruções culturais, “fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p. 7). Mesmo que haja interferência é relevante considerar que a cultura segundo Geertz (1978), citado por Panis (2009) é

representada por um sistema de signos e significados criados e reproduzidos por um grupo social, nesta medida, interpretar as culturas significaria interpretar os símbolos, mitos e ritos, portanto, identificá-los como representantes de uma cultura, mesmo quando na construção cotidiana da identidade existam mudanças sociais (PANIS, 2009, p. 81).

Mudanças pertinentes enquanto adaptações à realidade atual da sociedade, mas que não retiram do ser humano a essência, a raiz identitária que se faz presente e que foi constituída por gerações, fortalecida no presente por elos que advém e reavivam o passado, através dos familiares, de convívio social e de monumentos edificados e tornados patrimônio cultural. “porque vai ter muitas gerações, lembranças”, “para a memória do lugar”, Martins (2011) aponta que a memória de um grupo é construída com base na identidade e capacidade de recordação do todo, e essa recordação recorre àquilo que se constituiu ao longo de anos, objetos, hábitos pertencentes a uma comunidade. Neste sentido, Silva (2011) coloca que um objeto confere a um grupo um sentimento coletivo de identidade se este é considerado digno de ser um legado a outras gerações, pois passa por um processo simbólico de legitimação social e cultural.

O património será, portanto, a manifestação exterior de uma memória e de uma identidade socialmente construídas. Nesta medida, tal como a memória o património também é socialmente construído de forma a validar determinado momento da história ou determinado acontecimento considerado simbolicamente significativo para validar determinada identidade colectiva. Esta activação do património com recurso à manipulação da memória social visa a legitimação das ideologias políticas

presentes e favorece a identidade colectiva do grupo que é objecto desta acção. A memória permite legitimar a identidade de um grupo muitas vezes recorrendo ao património, o que o torna porventura uma mercadoria para reivindicações regionais ou nacionais (MARTINS, 2011, p. 9).

E, é desta forma, mediada pelos símbolos e significados atribuídos ao património, a partir da memória, história e da identidade pertencente a cultura local, que este se fixa, se torna valorizado, constrói a “ressonância” (GONÇALVES, 2005) necessária para perpetuação enquanto bem patrimonial representante de um grupo social, de uma comunidade espacialmente delimitada, e para além do seu território. Segundo Mesentier (1992), a memória social e a identidade social são construídas num processo que envolve ao mesmo tempo retórica e possibilidade de autoconhecimento, onde “a presença do suporte material constitui uma base de referência importante enquanto testemunho da trajetória histórica dos atores sociais” (MESENTIER, 1992, p. 9).

Assim, a valorização e reconhecimento do património que nas respostas dadas aparece com 14% (além dos outros fatores elencados que não são específicos enquanto resposta [gráfico 8]), é necessária, pois nem todos são favoráveis à bens patrimonializados. Segundo Tomaz (2010, p. 4), “a tendência natural do homem moderno é olhar com desprezo as construções antigas, vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados”, essa concepção se fez presente em 14,06% dos entrevistados (gráfico 8), que se colocaram em contrário a importância de se possuir um património cultural no distrito, respondendo que “não há nada de bom em coisa velha”, ou “porque quem vive de passado é museu”, ou ainda, “porque é mais bonito construções modernas”. A partir desta respostas vê-se pouca utilidade destes bens para alguns, pois estes não conseguem se sentir participantes, ligados ao património por sua história, memória e ou função. Estes sujeitos estão voltados à valorização de “edificações mais modernas e arrojadas, mais úteis ao desenvolvimento da cidade” (TOMAZ, 2010, p. 4). Contudo, é importante ressaltar que mesmo não havendo por parte destes indivíduos os vínculos ao património, estes devem obedecer à legislação, a partir do código de conduta. Tomaz (2010) relata que “não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver” (TOMAZ, 2010, p. 4). Com isso, respaldado o direito a opinião, deve-se articular junto a comunidade como um todo, aspectos positivos em favor a manutenção e

existência de um patrimônio local, para que este bem não sofra rejeições e, conseqüentemente, danos materiais que ocasionariam um prejuízo a toda a história da comunidade.

Estas opiniões devem ser respeitadas e, ao mesmo tempo, acompanhadas no intuito de proteger o patrimônio cultural, pois como já ocorreu em outros momentos na história do distrito, atos de vandalismos ocasionaram perdas para a comunidade. Seguindo o caminho da proteção, tem-se em seu percurso a preservação do bem que deve ir além das reformas e manutenções já previstas pelas leis.

A preservação do patrimônio histórico deve-se ao fato de que a vida de uma comunidade, de um povo, está relacionada ao seu passado, à sua vivência, às transformações ocorridas na sua história. A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Torna-se também imprescindível relacionar os indivíduos e a comunidade com o edifício a ser preservado, visto que uma cidade, no seu viver cotidiano, tem sua identidade refletida nos lugares cuja memória os indivíduos constroem no dia-a-dia. Preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas (TOMAZ, 2010, p. 6).

Neste sentido a preservação deve ser feita de forma preventiva junto à comunidade, como forma de modificar opiniões, pois se não houver a modificação, que pelo menos se crie, junto aos contrários a proteção, um sentimento de importância enquanto benefício aos mesmos. Isso pode ocorrer a partir da ação e aproximação da comunidade ao bem patrimonial, para que estes membros da comunidade se sintam ligados ao patrimônio, como partícipes da história do bem, cuja memória se fará presente por muitas gerações. Afinal estes sujeitos também são integrantes da comunidade e nela deixam sua passagem.

Este momento da análise permitiu visualizar categorias explicitadas e enfatizadas pela comunidade no que diz respeito à representatividade de um bem patrimonial para os mesmos. Os enfoques se voltaram ao turismo, à memória e a história. Isto é muito relevante, pois no quesito patrimônio, a categoria mais importante é a memória e a história, que se encontra em todas as discussões e definições teórico-científicas sobre o bem edificado.

3.3.3 O Colégio, a memória, a história, o patrimônio cultural edificado

A análise da representatividade do patrimônio cultural para a comunidade da vila e do entorno do distrito de Guaragi, trilhou até o presente

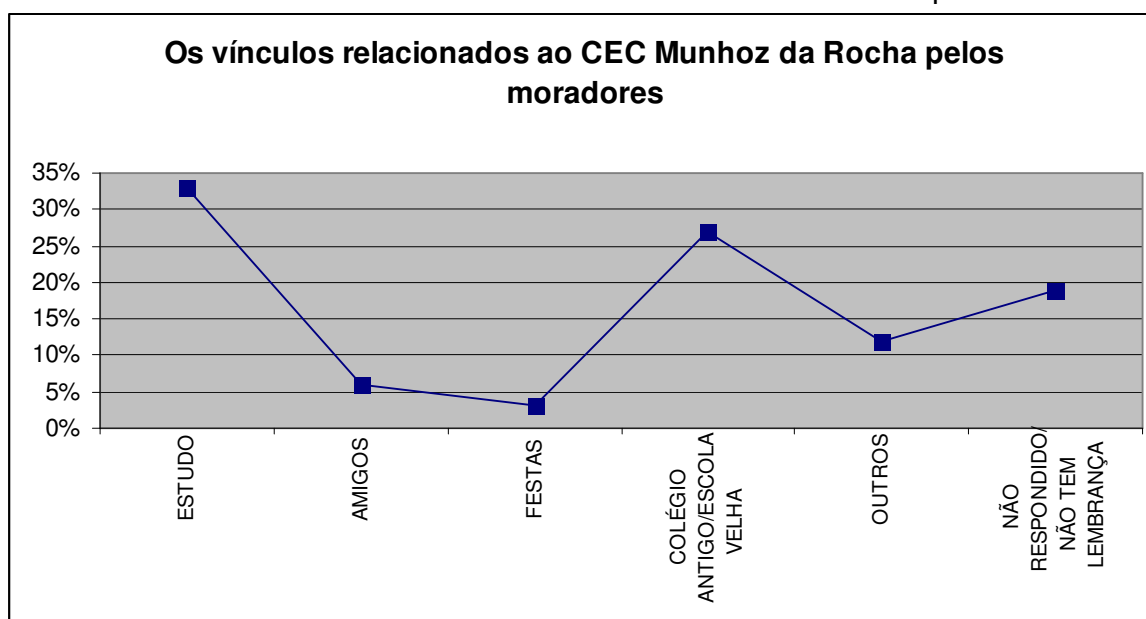
momento a verificação sem o direcionamento a um bem patrimoniado específico no distrito. Diante disto, as respostas apontaram algumas edificações que são patrimônios culturais e outras que podem vir a ser. Contudo, a partir deste momento, para dar seguimento a pesquisa utilizar-se-á o Colégio Estadual do Campo Dr. Munhoz da Rocha como instrumento que colabora com a análise para verificar como este patrimônio cultural se apresenta aos moradores da vila e seus estudantes. Este percurso visa complementar o estudo, saindo da abstração e generalização para algo específico e concreto. Porém, vale ressaltar que o colégio em questão, está em atividade, e como tal, é impossível desvincular a ligação à educação (função destinada à edificação) durante a análise. Porém, mesmo existindo esta ligação, busca-se nas entrevistas os elementos que convergem para a memória e a história enquanto elementos fundamentais a um patrimônio cultural.

3.3.3.1 Os elos, a história e a memória

Enquanto complementares, a memória e a história são fundamentais para a existência de um patrimônio cultural. Isso não somente para a existência, mas, também, para a consagração do bem. Ambas precisam estar presentes na relação existente entre o patrimônio e a comunidade, do indivíduo ao coletivo social.

É seguindo esta busca nesta reta final da análise da pesquisa de campo que a verificação se volta ao colégio demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 09 - Os vínculos relacionados ao CEC Munhoz da Rocha pelos moradores



Fonte: Questionário

Organização: GRILLO, R. B. (2012)

No que diz respeito à memória com relação ao Colégio (ver gráfico 8) dos entrevistados relacionaram suas memórias com o estudo, fato que, inicialmente, na pesquisa não havia sido cogitado devido à pesquisa estar voltada ao patrimônio, porém, pertinente diante a função do bem patrimonializado “o Colégio que minha mãe e meus tios estudaram”, “lugar onde meu pai estudou e agora eu estudo”, “meus avós estudaram nele”, estas respostas demonstram um sentimento de pertencimento deste que é um lugar de memória, a partir da passagem de várias gerações pelo estabelecimento. Nele, as experiências do passado e presente se misturam, dando ao espaço do colégio algo mais em sua significância, pois reporta o vínculo familiar. 26,56% das respostas relacionam suas memórias ao fato do Colégio ser antigo, “a nossa velha escola” como é conhecido o Colégio no distrito. Este foi um termo muito citado nesta porcentagem das respostas demonstrando a noção de tempo vinculada ao colégio. Tempo de registra fatos, memória e histórias. “Lembro da escola, dos momentos, dos professores, dos amigos que ela pode me proporcionar”, ou seja, o Colégio, foi mais que um local de ensino, foi também espaço de vivência sentimentais, de ocasiões das quais um sentimento nostálgico que acarreta vínculos com o presente.

A noção temporal que a comunidade e alunos têm, em relação ao Colégio, é evidenciada em 75% pois mesmo quando não sabiam quantos anos o

Colégio possuía, complementavam suas respostas dizendo que é antigo, justificando a noção temporal utilizando-se do fato de avós, pais, tios, primos mais velhos já terem realizados seus estudos no Colégio. Apontam, também, que tanto do passado como do presente pessoas que se tornaram ilustres para a comunidade estudaram no colégio e citam o pai do ator Ary Fontoura, Orlando Carbonar (embaixador) e, de período mais recente, o falecido vereador Geraldo Wojciechowski. Isso como forma de valorizar e fortalecer o reconhecimento que possuem com relação ao colégio. Dando a este estabelecimento elementos que o tornem mais significativo, tanto para si próprios, enquanto indivíduos, quanto para expressar aqueles que ainda não conhecem a história, elementos considerados importantes.

Esta forma de enfatizar elementos que contribuem para a valorização do Colégio demonstra que os elos existentes seguem rumo à consagração do patrimônio cultural que o colégio representa, contudo nas entrevistas com a comunidade, 60% não sabiam que este já era patrimônio cultural, o que caracteriza falta de informação. Não vincularei esta porcentagem à falta de memória pelo fato de que a comunidade não participou do processo de tombamento. Ato falho, no que diz respeito ao tombamento de um patrimônio cultural, visto que é imprescindível a participação da comunidade, pois é ela que dará o respaldo e o reconhecimento ao bem patrimoniado.

Neste momento em que a análise da pesquisa de campo se voltou a uma edificação cujo funcionamento ainda está presente, ou seja, ainda é ativo na prestação de serviço a comunidade local, percebe-se que apesar das respostas se voltarem ao estudo, os entrevistado ainda assim demonstram a partir da memória e de situações do passado, na história de cada um, as ligações afetivas e vivenciadas repletas de significações, que são reforçadas a partir da busca por demonstrar e elencar elementos que dão ao bem patrimoniado importância e respeito, no intuito de valorizar o patrimônio cultural que possuem.

Considerações finais

Na busca por analisar qual representatividade é designada ao patrimônio cultural pelos moradores da vila e do entorno do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR, esta pesquisa se deparou com a necessidade de conhecer,

analisar os elementos condicionantes da realidade vivenciada pelos atores sociais locais.

Estes elementos condicionantes que necessitaram de análise foram o contexto geográfico na relação rural e urbana existente no recorte espacial, a vila; os aspectos culturais que se destacam localmente; os fatores histórico-econômicos que conduziram a realidade atual e principalmente como estes (os moradores) se relacionavam com os patrimônios culturais existentes, qual noção possuíam, quais significados e importância vinculavam, iniciando pelo âmbito abstrato e findando com o instrumento que colaborou para a análise o C.E.C. Dr. Munhoz da Rocha.

O contexto geográfico presente na vila do distrito é complexo, pois está envolvido pela relação rural-urbana tanto na sua estrutura quanto nos aspectos culturais no que diz respeito aos moradores locais.

Neste sentido, foram fundamentais os momentos de convívio e vivência com o local para ir além do que se encontra na literatura e na legislação. Foi a partir desta ação, juntamente com a análise do questionário, que se tornou possível a compreensão da influência dos condicionantes locais em relação aos moradores.

Partindo da análise do contexto rural-urbano que se apresenta na vila do distrito de Guaragi, levou-se em consideração não somente as questões teóricas que norteiam as discussões sobre o rural e o urbano, mas também e, principalmente, o que se vislumbra no espaço como um todo. Neste sentido, foi verificado a noção espacial dos moradores e como estes se relacionam com a vila. A análise demonstrou que os mesmos possuem a noção espacial condicionada principalmente as vivências e necessidades cotidianas, ao mesmo tempo em que está vinculada por elos afetivos que contribuem para a maior significância na relação com o lugar, sendo importante considerar que esta noção espacial contribui para com a cultura local. É pertinente colocar que, mesmo a vila sendo classificada como urbana, tanto pelo IBGE, quanto pela Prefeitura Municipal (por facilitar a administração), esta apresenta um contínuo, um lugar de transição entre o urbano e o rural, pois estes se misturam em características físicas e sociais.

A posição que aqui foi definida se justifica pelos elementos que foram apresentados ao longo do primeiro capítulo, a partir da pesquisa de campo e de outras já realizadas na vila do distrito. Tendo em vista sua estrutura física, a vila

deixa explicitada elementos que congregam da urbanidade, ao mesmo tempo em que se apresentam a partir da ruralidade.

A urbanidade presente na vila do distrito de Guaragi tem sua origem e continuidade respaldada pela condição histórica e econômica local, pois se relembrarmos, o distrito de Guaragi foi o município de Entre Rios, que era economicamente importante na área madeireira e cujo crescimento populacional da época exigiu a constituição da estrutura urbana local, ou seja, hotel, teatro, delegacia, cartório, prefeitura, clube social esportivo, escolas, comércio etc., também alavancado pela passagem da ferrovia, além da relação existente atualmente com a sede distrital e outros municípios próximos devido à necessidade de trabalho, estudo, saúde, complementação alimentar, dentre outros.

Já a ruralidade presente tem respaldo a partir do aspecto social, pois a matriz populacional da vila, mesmo que heterogênea diante da diversidade existente em que a base é rural e semi-rural, teve e tem como ocupação básica a atribuição rural em sua maioria (demonstrada nas imagens do cotidiano vivenciado pelos moradores), que colabora para a presença e inclusão de estruturas de aspectos rurais na vila. Outro fator que colabora para a ruralidade é a idiossincrasia da matriz populacional que proporciona a permanência e existência dos aspectos rurais principalmente quando reforça traços culturais e práticas cotidianas advindas das primeiras gerações ali presentes.

Para que a compreensão sobre a realidade se faça, é importante respeitar o recorte da vila para respaldar tal posição, pois é nela que se concentram os aspectos urbanos e é nela que se fazem presentes também os rurais. A partir destes elementos, definir se a vila é rural ou urbana, fere a fluidez que acontece entre ambas as categorias.

Sendo assim, no que dizem respeito aos atores sociais do local, alguns pontos importantes respaldam o fato de que estes podem ser considerados com predomínio rural, pois mesmo que haja heterogeneidade na matriz populacional, esta é homogênea nos traços culturais, que deve ser levado em conta, pois é de grande influência na relação com o espaço geográfico. Outro ponto é na cultura que, a partir do contato com outra, pode ou não ter incorporado novas informações, contudo, não descaracterizou os traços rurais, ou seja, há uma identidade rural em relação a uma identidade não-rural (BARRETO, 2011), ratificada pela autoidentificação dos moradores com 64,7% (conforme pesquisa), em que as

relações sociais são duradouras e integradas. Mais um ponto é que a vila, mesmo com mobilidade, ainda assim é sossegada, bucólica e atrativa ao olhar de cidadãos que buscam traços rurais para morar, passar suas férias, folgas ou finais de semana. Os moradores, mesmo usufruindo dos aparatos oriundos do espaço urbano, em busca de complementar suas necessidades, têm interações com as modernidades, com outras culturas, com a diversidade de possibilidades oportunizadas pela sociedade atual, ainda sim, mantêm em seu meio de vivência, o modo de vida rural com características únicas independentes se comum a outros grupos sociais enquanto fragmentos.

Depois de delineado os traços principais existentes, a partir da relação rural-urbana dos moradores da vila e do entorno do distrito, outro fator que contribuiu para as considerações e apontamentos finais foi a análise acerca da noção, compreensão e significação com relação ao patrimônio cultural. Neste momento, após a construção teórica do contexto histórico mundial, nacional e regional sobre o patrimônio, seguiu-se na busca pelos elementos que fundamentam a construção do patrimônio cultural.

Sendo o patrimônio cultural possuidor de uma simbologia própria e normatizado, através do olhar urbano foi fundamental verificar e conhecer como este é compreendido e interpretado por uma comunidade rural-urbana com características sociais de predomínio rural para, então, analisar e responder qual a representatividade é designada ao patrimônio cultural na realidade posta.

Nesta fase da análise, a literatura sobre o patrimônio cultural foi esclarecedora na compreensão dos elementos fundamentais que compõem um patrimônio cultural edificado, pois demonstrou que para tal bem existir é necessário que o mesmo esteja envolvido por significados, simbologias, memórias, identificações sociais e também ligado à história. Estes elementos, fundamentais quando existentes, configuram o patrimônio, contudo, precisam estar ratificados pela sociedade e, principalmente, pela comunidade local que apresenta a partir das respostas a questionamentos o grau de importância e o tipo de representatividade que este bem patrimonial possui.

O estudo sobre o patrimônio cultural mostrou que o mesmo possui, além dos elementos fundamentais que o compõe, associações ao significado do termo, diferentes formas de simbologia ao longo do tempo histórico e uma legislação constituinte em diferentes instâncias governamentais (apresentados no segundo

capítulo), e fatores que influenciam os vínculos de importância e representatividade na comunidade local (apresentados no terceiro capítulo).

No que se refere em atender o objetivo principal desta pesquisa, foi inicialmente constatado que a realidade rural-urbana apresentada pela vila não interfere na noção, compreensão e afinidades que ligam a comunidade ao patrimônio cultural, pois a análise das respostas demonstrou que os moradores e os estudantes da vila e do entorno do distrito possuem uma noção sobre o que é, e sobre a existência de bens patrimoniados na vila do distrito, pois identificaram os mesmos objetos, que foram o Colégio e a estação ferroviária (que de fato são patrimônios culturais tombados localmente) e que mesmo não sendo patrimônios, mas, que aqui faço a indicação devido à consideração de importância e afetividade demonstrada, a Igreja católica Nossa Senhora da Luz, com 122 anos de existência e a casa da já falecida D. Margarida, que fica ao lado do Colégio Estadual.

Outro ponto verificado nesta análise foram os elementos e fatores ligados ao patrimônio segundo a comunidade local. Neste momento os dados levantados a partir da tabulação do questionário foram fundamentais para demonstrar os anseios da comunidade, ao mesmo tempo em que se afirmaram os vínculos que são fundamentais para a confirmação do patrimônio cultural.

A comunidade apontou que, tanto os patrimônios existentes e aqueles que podem vir a se constituir como tal pelas vias legais, possuem elos afetivos, de significância, de identificação social, estão presentes na memória individual e coletiva e são considerados integrantes da história local. As respostas perpassaram pelos fatores culturais, políticos, históricos e econômicos, sendo 9,37% vinculados à memória, 14,06% ligados à história, 10,93% à necessidade de melhorias locais, e 39,06% ao turismo e a atração de visitantes. A história e memória presentes nas respostas demonstram o quanto o patrimônio edificado mobiliza e trabalha os significados simbólicos (a partir da afetividade que é transmitida pela comunidade), como forma de lembrar o passado com ênfase no presente. Passado que reforça a história em seus fatos concretos que se misturam às memórias particulares de cada indivíduo, que (re)criam os elos entre a memória e a história, na sua relação tênue, onde uma se diferencia da outra (MONASTIRSKY, 2006). As respostas que apontam a necessidade de melhorias estão diretamente ligadas aos fatores políticos, pois repercutem (como forma de apelo) o descontentamento com a administração pública e a política local que deixa a desejar no amparo a localidade,

em situações como a oferta de segurança e emprego por exemplo. Já na resposta de maior percentagem a de fator econômico, neste quesito, a comunidade se apega às possibilidades que o patrimônio cultural pode proporcionar localmente, vendo no turismo uma forma de dar ao local novamente o auge vivido no passado, projetando-o para o futuro.

Quando a análise seguiu, especificamente, para o Colégio que devido ao mesmo estar ativo e configurar algo que supre a necessidade da comunidade local, esta situação interferiu, pois as respostas demonstraram que a valorização está principalmente vinculada ao estudo. Porém, também foi possível notar que há elos de afetividade, de significância e de ligação histórica que se fazem presentes, mas que ainda sim precisam ser reforçados no que diz respeito ao colégio enquanto patrimônio cultural.

Diante de todos estes apontamentos e análises, esta pesquisa cumpriu com o seu objetivo de responder qual representatividade pode ser designada ao patrimônio cultural pela comunidade rural-urbana da vila do distrito de Guaragi, Ponta Grossa/PR, além de abrir nova frente de análise sobre o contexto geográfico de transição cultural entre o rural e o urbano, e chega à conclusão final de que o patrimônio cultural pode possuir várias formas de representatividades quando a análise se restringe a um determinado recorte espacial como no caso da vila do distrito.

Neste local específico a realidade físico-estrutural foi influenciadora da representatividade destacada, a da atração de visitantes e do turismo, esta indicação foi evidenciada devido a vila necessitar de melhorias segundo a interpretação feita a partir das respostas dos moradores. Porém, cabe ressaltar que não é a única forma de representatividade apontada, pois as questões culturais-identitárias, históricas e políticas também estão presentes.

Com isso, é importante fortalecer o conhecimento e o reconhecimento por parte dos alunos e da comunidade sobre o Colégio enquanto patrimônio e das demais edificações presentes na vila, pois os alunos se tornaram adultos que mais bem trabalharam em prol da valorização e manutenção dos bens patrimoniais edificados e a comunidade, a partir de uma política de sensibilização, poderá agir de forma mais concisa em prol da manutenção da sua história, memória e cultura. Neste sentido, a ratificação do bem a ser patrimoniado deve ocorrer durante o processo de tombamento, para que o patrimônio cultural constituído não

se torne apenas mais um na lista dos patrimônios tombados pelas instituições públicas. Incluindo esta mudança no decorrer do processo, consequentemente favorecerá a valorização do bem e aos interesses para além da comunidade distrital em expandir-se e conseguir o retorno político e econômico para o espaço local. Isso porque são os habitantes da localidade e do entorno imediato os que primeiro devem ser sensibilizados, com apoio na afetividade que estes já atribuem ao patrimônio para valorizar o mesmo. Assim, a comunidade e grupos locais podem e devem utilizar-se formalmente das escolas ou informalmente por intermédio do lazer para perpetuarem seus patrimônios culturais. Sendo que para que atinjam seu objetivo precisam se organizar e mobilizar em ações locais e junto a seu representante político para com a administração pública.

Fica ainda um questionamento que surgiu e precisa ser respondido. Se para uma pequena comunidade rural-urbana a principal forma de representatividade designada ao patrimônio cultural foi a do turismo, devido à busca por melhoria local, qual será para uma comunidade urbana pertencente a uma grande cidade, ou até mesmo a sede distrital de Ponta Grossa?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade nodesenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão IPEA n.702 – 2000.

_____. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 149p.

ABREU, R.; CHAGAS, M.. (orgs) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

ANDRADE, M. C. de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 3-13, 1995.

ANTONIACOMI, A. A.; KUTAH, G. do R. A.. **Entre Rios: terra, história e memória**. TCC, UEPG, Ponta Grossa, 1999.

ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R.. **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BALSADI, O. V. **Emprego agrícola no Brasil e no Estado de São Paulo nos anos 90**. Ops, 1997, p. 15-23.

BARRETO, V. M.. **As especificidades do processo de formação Histórico-Geográfico do distrito de Guaragi - Ponta Grossa (PR)**. Ponta Grossa – Dissertação (Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011.

BAUCHROWITZ, L.. **Caracterização dos distritos de Guaragi e Uvaia: uma contribuição para o planejamento distrital do poder público do Município de Ponta Grossa (PR)**. Ponta Grossa, 2009 – Monografia (Geografia – Bacharelado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERNADELLI, M. L. F. da H.. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In.: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.33-52.

BERNARDI, J. L.. **Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos**. Dissertação de Mestrado. PUC-PR, 2006. Disponível em: http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2006-07-06T120818Z-356/Publico/jorge.pdf Acessado em: 24/05/2012.

BEZERRA, A. C. A.. **Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades**. Artigo. Disponível em: [http://www.nepec.com.br/BEZERRA Espaco e cultura23.pdf](http://www.nepec.com.br/BEZERRA_Espaco_e_cultura23.pdf) Acessado em 25/04/2012

BOURDIEU, P.. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

BLUME, R. **Território e ruralidade: A desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre: FCE, 2004.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292 p.

CAMARGO, H. L.. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K.. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>, acesso em: 18/04/2012

CARLOS, A. F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARNEIRO, M. J.. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudo, Sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, n. 1, p. 53-75. out 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>
Acessado em: 21/05/2012

_____. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). **Seminário sobre o rural brasileiro: a dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro**. 1., Campinas: NEA/Instituto de Economia da UNICAMP, 2001, 16p.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **A sociedade em rede**. 6ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHAMMA, G. V. F.. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa, 1988.

_____. Guaragi: Um esboço Histórico. In.: **Uniletras – UEPG – Departamento de Letras**, nº 3, dez. 1981, p. 85 – 91.

_____. Guaragi. In: **Os Campos Gerais: uma outra história**. Ponta Grossa, 2007, p. 155-166.

CLAVAL, P.. **A Geografia Cultural**. 3ª ed.. Florianópolis: UFSC, 2007.

CHOAY, F.. **A ALEGORIA DO PATRIMÔNIO**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006. 288 p.

COORDENAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (CPC). Secretaria De Estado Da Cultura (SEEC). Paraná. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>
Acessado em: 01/08/2012.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª ed.. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de;

GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 15-47.

CUCHE, D.. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ª Ed. Bauru: EDUSC, 2002. Tradução Viviane Ribeiro
Distrito de Guaragi. Por Lauri Dias de Oliveira Junior.
<http://www.guaragi.com/historia/> Acesso em: 17 de dezembro de 2011.
Decreto-Lei nº 311, de 2 de Março de 1938. Disponível em:
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 04 de janeiro de 2012

DUARTE, F.. **Crise das Matrizes Espaciais**. São Paulo: Perspectivas, FAPESP, 2002.

DUARTE, L. F. D.. Memória e reflexividade na cultura ocidental. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 305-316.

ENDLICH, Â. M.. Perspectivas sobre o urbano e o Rural. In.: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.9-31.

FEIBER, S. D.. **O PAPEL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CONSTRUÇÃO DO LUGAR: A Igreja Nossa Senhora de Fátima em Cascavel - PR**. 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Ciências Da Terra, Universidade Federal Do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/25735>>. Acesso em: 10 maio 2011.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória Social**. Lisboa, Teorema, 1992.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, L. F.. **Acepções Recentes do Conceito de Lugar e sua Importância para o Mundo Contemporâneo**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V., nº 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000.

FERREIRA, R. J. **Contabilidade Básica**- Edição Especial. 10 ed. Rio de Janeiro, Cap. 2, pp10-19, Ferreira, 2013.

FONSECA, M. C. L.. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M.. (orgs) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A.. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução Antonio Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

GOMES, A. O.; OLIVEIRA, A. A. R. de. A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico. **Revista Museologia e Patrimônio**. v.3, n. 2, - jul/dez de 2010. p. 42-55.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GONÇALVES, R.. Patrimônio como categoria de pensamento. In: Abreu, Regina e Chagas, Mario (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

GONÇALVES, M. A. C.; PINTO, E. A. **1823-1923 Ponta Grossa um século de vida**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1983.

GOOGLE Mapas. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>
Acesso em 17 de dezembro de 2011.

GRAZIANO, J. da S.. **O novo rural brasileiro**. Revista Nova Economia. Belo Horizonte, mai.1997. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf Acessado em: 12/06/2012.

HALBWACHS, M.. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S.. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLZMANN, G.V.F.; SOARES, O; REQUIÃO, R. Publicação Comemorativa do 152º Aniversário de Ponta Grossa, em 15 de setembro de 1975.

IANNI, O.. O mundo agrário. In: **A era do globalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.43-63, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2001. vol.7. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf Acesso em: 25 nov 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Banco de dados agregados – População**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1378&z=cd&o=5&i=P> Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Banco de dados agregados – Domicílios**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1211&z=cd&o=5&i=P> Acesso em: 16 de dezembro de 2011.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. **Perfil dos Municípios**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=84000 Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, BRASIL. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do?jsessionid=36A24FBDF01995E2F5CB0DFB372479A3> Acessado em: 29/06/2012.

JELIN, E.. Historia y memoria social. En: JELIN, E.. **Los trabajos de la memoria**. Cap. 4, Siglo Veintiuno: Memórias de la represión. España. 2002. p. 63-78. Disponível em: www.cholonautas.edu.pe Acesso em: 30 jul. 2012

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes Ltda, 1991.

_____, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. Moraes Ltda, 1999a.

_____, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

Lei Ordinária de Ponta Grossa, nº 8799 de 26 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form_vig.pl Acesso em 04 de janeiro de 2012.

Lei orgânica de Ponta Grossa – 2005. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/pontagrossa.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2012.

LINDNER, M.; ALVES, F. D.; FERREIRA, E.. **Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins, RS**. Artigo. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Lindner_M.pdf Acessado em 16/04/2012.

LIMONAD, E.. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização**. GEOgrafia, Rio de Janeiro, n. 1, p. 71-91. 1999.

LOWEN, C. S.. **Favelas: um aspecto da Expansão Urbana de Ponta Grossa – PR**. 1990, 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), 1990 – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro – SP.

LUDKE, M. & ANDRÉ, M.. **Pesquisas em educação**: abordagens qualitativas: EPU, 1986.

LYNCH, K.. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MEC. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, n.31, 1980. Disponível em: portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531 Acessado em: 18/07/2012.

MARTINS, S. D. T.. **A Memória de um Lugar: discursos e práticas identitárias na Freguesia do Castelo em Lisboa**. 2011, Dissertação de mestrado em Antropologia. ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa.

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. Dissertação de Doutorado em Ciências Econômicas. SP. Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

MESSENTIER, L. M. de. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. 1992. Disponível em: http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1151514709_69.pdf Acessado em: 27/05/2012

MICELI, J. C.. **Construção do espaço dos vileiros: a subjetividade do agricultor familiar nas Vilas Rurais do Paraná**. Curitiba, 2005 – Dissertação (Mestrado Geografia) – Universidade Federal do Paraná, 2005.

MINAYO, M. C. de S.. Ciência, Técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ, Ed. Vozes, 1993.

MONASTIRSKY, L. B. **FERROVIA: PATRIMÔNIO CULTURAL Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR)**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006.

_____. Espaço Urbano: memorial social e patrimônio cultural. **Revista Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 3, p.323-333, jul./dez 2009. Semestral.

MONTES, S. R.; SOARES, B. R.. **Interação campo e cidade: algumas considerações sobre a realidade sócioespacial do município de Uberlândia (MG) e seus distritos**. Artigo. Disponível em: www.ufsm.br/gpet/engrup/iengrup/Pdf/artigo_silmaebeatriz.pdf Acesso em: 11 abr 2012

_____. **ENTRE O CAMPO E A CIDADE**: As territorialidades do distrito de Tapuira (Uberlândia – MG) – 1975 a 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia – MG, 2006.

MOREIRA, R. J.; GAVIRIA, M. R.. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. p. 47-721, abril 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/roberto18> Acessado em: 18/06/2012.

NORA, P.. **Entre a memória e a história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, 1993. _____. *Lês lieux de mémoire*. Tradução de Yara Aun Khoury. Paris: Gallimard, 1984.

_____. A problemática dos lugares. In: **PROJETO HISTÓRIA**. Tradução: KHOURY, Yara A.. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). nº 10, São Paulo, 1993.

(OLIVEIRA, JR. L. D., 2004). Folheto Guaragi.

OLIVEIRA, JR. L. D. **A importância da festa do colono para o desenvolvimento da comunidade de Guaragi – Ponta Grossa/Paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso, 2007. Faculdade Santa Amélia, Ponta Grossa, 2007.

OLIVEIRA, I. A. de. **Espaço Escolar – Território de Construção de Representações e Identidades.** Trilhas, Belém, v.1, n.2, p. 56-65, nov, 2000.

PANIS, M.. O patrimônio cultural e as novas territorialidades turísticas em comunidades rurais: uma realidade emergente no distrito de rincão da cruz – município de pelotas/RS. Artigo. **R. RA'E GA.** Editora UFPR, Curitiba, n. 17, p 77-92, 2009.

PINTO, G. J.. **Do sonho à realidade.** Córrego Fundo – MG: Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PRETTO, F. M.. **Reflexões sobre os conflitos entre a manutenção da cultura local rural e o anseio por “modernidades” na vila do distrito de Guaragi - Ponta Grossa (PR).** Trabalho de Conclusão de Curso, 2011. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

PONTE, K. F. (Re) Pensando o conceito de rural. **REVISTA NERA.** Ano 7, n. 4, p. 20-28 – jan/jul de 2004

REIS, D. S. dos. **O rural e o urbano no Brasil.** Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

RODRIGUES, D.. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade:: uma abordagem antropológica. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior,** Lisboa, n. 01, p.45-52, 01 maio 2012. Anual. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/artigos.html>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

RUA, J.. Urbanidades no rural em um trecho da região serrana fluminense – a rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: **I ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA - AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS.** RIO DE JANEIRO. I ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2005. Artigo. Disponível em: http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iengrup/Pdf/artigo_joaorua.pdf Acessado em: 19/05/2012.

_____. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J; RIBEIRO, M. F. (orgs) **Estudos de Geografia fluminense.** UERJ, Rio de Janeiro: Editora Infobook, 2002, p. 27-42.

SAHAIDAK, A. **Políticas públicas para o desenvolvimento turístico: Carambeí (PR) no projeto Rota dos Tropeiros**. Anais. III CEPIAL. Curitiba: 2012. Disponível em: www.cepiat.org.br Acessado em: 19 nov 2012

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, RS, 1999.

SILVA, A. C. da. **Geografia e Lugar Social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, E. P. da.. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. 2011. Disponível em: <http://patrimonio-thamar-1sem2011.spaceblog.com.br/1194727/Patrimonio-e-identidade-Os-desafios-do-turismo-cultural/> Acesso em: 03 ago 2012.

SILVA, L.. **A Trajetória de um Conceito: Patrimônio, entre a Memória e a História**. Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 1, n. 1, p. 36-42, jan./jun., 2010.

SILVA, N. do V.; BARBOSA, M. L. de O.. População e Estatísticas vitais. In: **Estatísticas do século XX**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, 2006, p.48-49

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S. et al (orgs.) **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro**. Uberlândia, MG, 1997, p. 75-100.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R.. O conceito de Rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acessado em: 18/04/2012

SOBARZO, O.. O urbano e o Rural em Henri Lefebvre. In.: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.53 - 64.

SOLARI, A. B.. O objeto da sociologia rural. In: SZWRESCSANYI, T.; UEDA, O. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1979. p. 03-14.

SOUZA, M. L. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um “conceito”-problema. **Território/LAGET/UFRJ**. Rio de Janeiro, n.5 jul/dez. 1998.

SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TOMAZ, P. C.. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix – Revista de história e estudos culturais**. maio/junho/julho/agosto de 2010. vol. 7, ano VII, nº 2. Disponível em www.revistafenix.pro.br Acesso em: 11 set 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de OLIVEIRA, Livia de. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. p. 1-20

UNESCO Brasil. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/>. Acessado: 01/05/2012.

VEIGA, J. E. da. A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional. CADERNOS DO CEAM Vol. 17, Fevereiro 2005, pp. 9- 22. (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UnB). II Seminário Internacional sobre desenvolvimento Regional. Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/A_Relacao_Rural-Urbano_no_Developolvimento_Regional.pdf. Acessado em: 05 fev 2012.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, 2004, p. 51-67.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico**. 2003. Artigo. Acessado em 16/04/2012. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/educ_campo/desenv_territorial_do_brasil.pdf

VIÑAO, A.. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org) **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

XAVIER, H.. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007. p. 1-49.

WANDERLEY, M. de N. B.. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, outubro 2000: 87-145

_____. (2002) Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In Sabourin E, Teixeira, O A (ed.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conflitos, controvérsias e experiências**. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília: 39-52.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>.
18/04/2012

Acessado em:

APÊNDICE

APÊNDICE A - Fotografias complementares

Fotografia 01 – Templos religiosos



Fotografias: Guaragi: as religiosidades presentes atualmente

Autora: BARRETO, V. M. (2010). Org GRILO, R. B. (2012)

Fotografia 02 – o Cartório atual



Fotografia: Guaragi – Cartório

Autora: GRILO, R. B. 2012

Fotografia 03 – Guaragi - residência antiga



Fotografia: Guaragi – residência antiga

Autora: GRILO, R. B. 2012

Fotografia 04 – Guaragi - Posto policial (desativado)



Fotografia: Guaragi – Posto policial (desativado)

Autora: GRILO, R. B. 2012

Fotografia 05 – Guaragi – Sub prefeitura (desativada)



Fotografia: Guaragi – subprefeitura (desativada)

Autora: BARRETO, V. M. (2010)

Fotografia 06 – Guaragi: posto de combustível



Fotografia: Guaragi: posto de combustível

Autora: GRILO, R. B. 2012

Fotografia 07 – Guaragi: Restaurante Saborear



Fotografia: Guaragi: restaurante e lanchonete

Autora: GRILO, R. B. 2012

Fotografias 08 – Guaragi: Mercearia



Fotografia: Guaragi: mercearia

Autora: GRILO, R. B. 2012

Fotografias 09 – Guaragi: Mercearia e bar



Fotografia: Guaragi: mercearia conhecida como Bar do Pelé

Autora: BARRETO, V. M. (2010)

Fotografia 10a – mudanças no CEC Dr. Munhoz da Rocha



Fotografia: Guaragi: CEC Dr. Munhoz da Rocha - década de 90

Fonte: Acervo do colégio

Autor: desconhecido

Fotografia 10b – mudanças no CEC Dr. Munhoz da Rocha



Fotografia: Guaragi: CEC Dr. Munhoz da Rocha – 2010

Fonte: <http://www.gis.seed.pr.gov.br/gis/exibirFoto.jpg?codFoto=550173>

Fotografia 10c – mudanças no CEC Dr. Munhoz da Rocha



Fotografia: Guaragi: CEC Dr. Munhoz da Rocha

Autora: GRILO, R. B. 2011

Fotografia 10 d: Guaragi: C.E.C. Munhoz da Rocha



Fotografia: Guaragi: C.E.C. Munhoz da Rocha

Fonte: <http://www.guaragi.com/album/galeria-de-fotos/#dsc01174-jpg>

Fotografia 11 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – Biblioteca



Fotografia 11 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – Biblioteca
Autora: GRILO, R.B. (2011)

Fotografia 12 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha - cozinha



Fotografia 12 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha - cozinha
Autora: GRILO, R.B. (2011)

Fotografia 13 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – Depósito



Fotografia 13 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – Depósito
Autora: GRILO, R.B. (2011)

Fotografia 14 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – refeitório e sala da comunidade.



Fotografia 14 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – refeitório e sala da comunidade. Atualmente (2012) utilizada como sala de aula devido a reforma
Autora: GRILO, R.B. (2011)

Fotografia 15 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – sanitários alunos



Fotografia 15 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – sanitários alunos
Autora: GRILO, R.B. (2011)

Fotografia 16 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – quadra poliesportiva



Fotografia 16 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – quadra poliesportiva
Autora: GRILO, R.B. (2011)

Fotografia 17 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – fundos



Fotografia 17 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – fundos
Autora: GRILO, R.B. (2011)

Fotografia 18 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – sala de aula



Fotografia 18 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – sala de aula
Autora: GRILO, R.B. (2011)

Fotografia 19 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – Laboratório de informática



Fotografia 19 – Guaragi: CE Munhoz da Rocha – Laboratório
Autora: GRILO, R.B. (2011)

APÊNDICE B - Questionários de coleta de dados



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
 PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: MESTRADO EM
 GESTÃO DO TERRITÓRIO – SOCIEDADE E NATUREZA

PARA A COMUNIDADE

1. Há quanto tempo você é morador da Vila do Distrito?

2. Aqui no distrito, existe algum local especial que te faz lembrar do seu passado?
Comente.

3. Se você fosse explicar ou desenhar como é a vila do distrito (o que ela tem), que locais colocaria como referência? (dar folha em branco para as pessoas que aceitarem)

4. Você já ouviu falar ou sabe o que é patrimônio histórico-cultural?

5. Você conhece ou já visitou algum patrimônio histórico-cultural? (caso sim) Qual foi?

6. Você sabe se na vila do distrito de Guaragi existe(m) algum(ns) patrimônio(s) histórico-cultural(is)?

7. Você acha que é/seria importante para a vila do distrito ter um patrimônio histórico-cultural? Por quê?

8. Quando menciono: CEC Dr. Munhoz da Rocha. O que lhe vem à memória (lembrança)? (seja pessoal ou algo sobre a história do colégio)

9. Sobre o colégio:
 - a) foi aluno do colégio: () sim () não
 - b) tem filhos que estudam(ram) no colégio () sim quantos _____ () não
 - c) sabe quantos anos o colégio tem? () sim _____ () não
 - d) sabia que o colégio é um patrimônio desde 2003? () sim () não
 - e) acha que o colégio é importante para o Guaragi? () sim () não
por quê? _____
 - f) quantas gerações da sua família (avós, pais, filhos, netos) estudaram no colégio
() sim _____ () não
10. Você sabe de alguém que se tornou importante (na política, como artista, etc) que foi aluno do colégio?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
 PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: MESTRADO EM
 GESTÃO DO TERRITÓRIO – SOCIEDADE E NATUREZA

PARA OS ALUNOS DO 3º EM

1. Você mora na vila do distrito () sim () não
2. Se você fosse explicar ou desenhar como é a vila do distrito (o que ela tem), que locais colocaria como referência?

3. Você já ouviu falar ou sabe o que é patrimônio histórico-cultural?

4. Você conhece ou já visitou um patrimônio histórico-cultural? Qual foi?

5. Você sabe se no distrito de Guaragi existe(m) algum(ns) patrimônio(s) histórico-cultural(is)?

6. Você acha que seria importante para o distrito ter um patrimônio histórico-cultural? Por quê?

7. Quando menciono: CEC Dr. Munhoz da Rocha. O que lhe vem à memória (do que se lembra)? (pode ser pessoal ou algo sobre a história do colégio)

8. Sobre o colégio:
 - a) sabe quantos anos o colégio tem? () sim _____ () não
 - b) conhece a história do colégio? () sim () não
 o que sabe _____
 - c) sabia que o colégio é um patrimônio desde 2003? () sim () não
 - d) acha que o colégio é importante para o Guaragi? () sim () não
 por quê? _____
9. Houve alguma mudança no prédio do colégio nestes últimos anos?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: MESTRADO EM
GESTÃO DO TERRITÓRIO – SOCIEDADE E NATUREZA

PERGUNTAS PARA O SITE : www.guaragi.com

1. Se você fosse explicar como é a vila do distrito (o que ela tem), que locais colocaria como referência?
2. Há na vila do distrito de Guaragi algum lugar, ponto ou coisa que julga importante?
3. Você sabe se existe algum patrimônio histórico-cultural na vila do distrito de Guaragi?
4. Quando menciono: CEC Dr. Munhoz da Rocha. O que lhe vem à memória? (seja pessoal ou algo sobre a história do colégio)
5. Você sabia que o CEC Dr. Munhoz da Rocha é um patrimônio histórico desde 2003?
6. Você acha que o colégio como patrimônio histórico de Guaragi, pode colaborar para o distrito de alguma forma? Qual seria na sua opinião?
7. Você sabe de alguém que se tornou importante (na política, como artista, etc) que foi aluno do colégio?



*UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: MESTRADO EM
GESTÃO DO TERRITÓRIO – SOCIEDADE E NATUREZA*

QUESTIONÁRIO - Prof José Carlos das Neves (ex-diretor do CEC Dr. Munhoz da Rocha)

1. Qual sua relação com o distrito?
2. Como surgiu a idéias de tornar o colégio um patrimônio histórico-cultural ?
3. Como foi sua participação no processo?
4. Foi feito pesquisa junto a comunidade?
5. Foi informada a comunidade do tombamento durante o processo ou após o encerramento do mesmo?
6. Foi solicitado o registro e tombamento no Estado também?
7. Na sua opinião o colégio teve algum retorno, após o tombamento?
8. Na sua opinião existe ainda algo mais a ser feito depois do tombamento? (como deixar de atender alunos e se tornar um museu, algo assim?)

Apêndice C – Síntese das respostas transcritas

APÊNDICE – Síntese das respostas transcritas

A aplicação dos questionários foi realizada de casa em casa de forma aleatória e também no posto de saúde e no próprio colégio nos dias 09 e 10 de agosto de 2012 durante o período da manhã, tarde e noite. Foram entrevistados 20 moradores (considerando a saturação das respostas), 17 alunos do 8º ano do Ensino Fundamental e 27 alunos do 3º ano do Ensino Médio, os quais responderam a um questionário elaborado com 10 e 9 questões semi-estruturas respectivamente, relacionadas à moradia, a noção espacial do distrito com pontos de referências (alguns desenharam), a noção sobre patrimônio (se conhecem e sabem da existência de algum no distrito), entre outras (Apêndice)

No que diz respeito a pesquisa qualitativa, foi considerado o ponto de saturação para todas as questões do questionário-entrevista (BAUER; GASKELL, 2002).

Síntese das respostas transcritas

(*) pouco citada

() citadas com alguma frequência e/ou com alguma ênfase**

(*) citadas com muita frequência e/ou com muita ênfase**

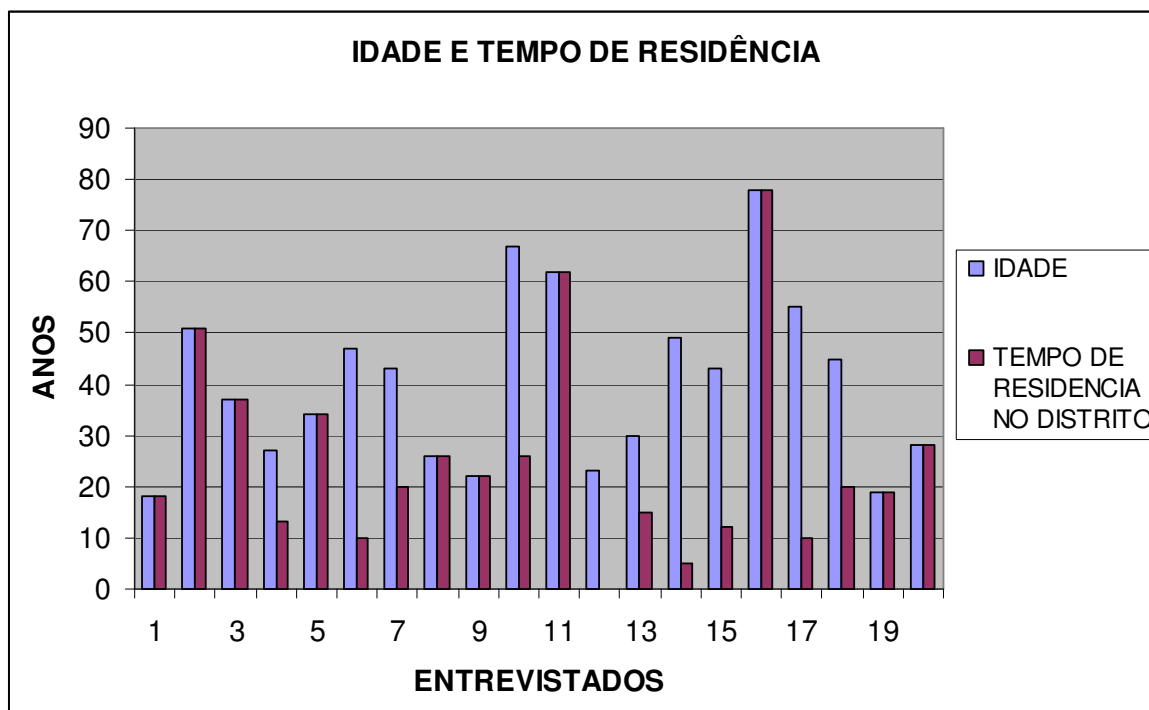
Há na síntese, respostas que foram elaboradas exclusivamente para a comunidade e ou para os estudantes. Com isso durante a transcrição evidenciar-se-á tal situação para melhor compreensão dos resultados.

Apenas para a comunidade

- Há quanto tempo você é morador da vila do distrito? E qual sua idade?

Aqui as resposta resultaram num gráfico para melhor visualização.

Gráfico 03 – Idade e tempo de residência dos entrevistados da comunidade



Fonte: Questionário

Organização: GRILO, R. B. (2012)

- Aqui no distrito, existe algum local especial que te faz lembrar do seu passado?

Comente.

Não ***

A Igreja, ***

A Escola ou C Munhoz **

Clube de dança - Aero Clube *

Casa dos Avós *

A Vila, Sossegada *

A cantina da Estação Ferroviária **

A Fonte do Bicão *

Tudo da Vila é especial *

A casa da D. Margarida (falecida) *

Apenas para os alunos

- Você mora na vila do distrito?

(31) sim

(13) não, Vila Rural, Roxo Roiz, Tabuleiro, Cidade dos Meninos,

Chácara Sant'Ana

Para a comunidade e para os alunos

- Se você fosse explicar ou desenhar como é a vila do distrito (o que ela tem), que locais colocaria como referência?

*Bar ***

*Bar do Pelé ****

*Cachoeira **

*Campo de esporte **

*Capela Mortuária **

*Cartório **

*Centro Espírita **

*Cerâmica **

*Clube**

*Colégio/escola ****

*Delegacia**

*Escola Municipal**

*Estação Ferroviária ***

*Fazendeiros**

*Ginásio**

*Igreja****

*Mercearia***

*Posto de Gasolina****

*Posto de Saúde****

*Praça**

*Quadra**

*Rio Guaraúna**

*Serraria**

Também há 4 desenhos no capítulo 3.

- Você já ouviu falar ou sabe o que é patrimônio histórico-cultural?

(44) sim, vi na TV, são todas as coisas que lembram o passado, são construções antigas, são as construções antigas que não podem ser demolidas

(20) não

- Você conhece ou já visitou algum patrimônio histórico-cultural? (caso sim) qual foi?

*Casa da D. Margarida**

*A Estação Ferroviária em Guaragi ***

*O C. Munhoz ****

*A Capela (Igreja católica) **

*Não ***

*A Antiga Olaria Bernech**

*A Festa Do Colono**

*Buraco do Padre em Ponta Grossa**

*Em Curitiba**

*Mansão Vila Hilda em Ponta Grossa **

*A Estação Ferroviária do Cará-Cará**

*O clube incendiado**

- Você sabe se na vila do distrito de Guaragi existe(m) algum(ns) patrimônio(s) histórico-cultural(is)?

*Não***

*Sim***

*Casa da D. Margarida****

*A Estação Ferroviária ****

*O C. Munhoz, Minha escola, Nossa escola****

*A Capela, a igreja católica ****

*O Clube Incendiado***

*Cemitério**

*Posto De Saúde**

*Considerado Na Região, Sim**

*O Pelé **

- Você acha que é/seria importante para a vila do distrito ter um patrimônio histórico-cultural? Por quê?

(54) sim

(10) não

Respostas categorizadas em memória/história, valorização/reconhecimento, Turismo/melhorias ao distrito e não há importância.

Turismo/melhorias ao distrito

*Sim, aumentaria os visitantes****

*Sim, atrair fábrica para dar emprego***

*Sim, para o distrito crescer mais***

*Bom, para o comércio***

*Melhorias para o distrito***

*Para trazer turistas***

*Vai ser melhor para o distrito***

*Sim pode trazer pessoas para guaragi****

*Sim, para ter turistas e segurança***

*Sim, porque traria mais movimento****

*Sim, para ter mais turistas e aumento da circulação de capital***

*Sim, pois pode servir de referencia como ponto turístico***

Memória e história

*Sim, para a memória do lugar***

*Sim, para lembrar os mais novos como era antigamente****

*Bom para os mais novos saberem da história***

*Bom para a história**

*Bom para os filhos conhecerem a história de entre rios**

*Para lembrar a história***

*Sim, para que possamos mostrar e contar a história a nossos filhos***

*Sim, porque vai ter muitas gerações, lembranças***

*Sim, para relemburar o passado do distrito e para mostrar o que marcou antigamente****

*Sim, porque patrimônios lembram o passado e traz a história do município***

Valorização/reconhecimento

*Sim, porque daí as pessoas teriam lugar para passear e visitar e explicar para as crianças o que significa***

*Sim, para as pessoas conhecerem melhor o distrito***

*Sim, porque vem gente pra conhecer**

*Sim, poderia receber visitantes para conhecê-los**

*Sim, porque cultural não tem nenhum**

*Sim, porque assim guaragi fica mais conhecido***

*Sim, porque assim o guaragi fica reconhecido***

*Sim, porque guaragi seria ser olhado com bons olhos***

Não há importância

*Não, porque só tem coisa velha***

*Não tem nada de bom em coisa velha***

*Não porque é velho**

*Não, porque é mais bonito construções modernas**

*Porque não tem nenhum lugar de lazer aqui**

*Não, passado só leva passado**

*Não, porque quem vive de passado é museu***

- Quando menciono: C.E.C. Dr. Munhoz da Rocha. O que lhe vem à memória (lembrança)? (seja algo pessoal ou algo sobre a história do colégio)

*Bom para estudar e pelos cursos ****

*Base para a informação pessoal e da comunidade**

*A época de estudo porque era bom***

*Aprende bastante coisas e fez amizades***

*Não, pois não estudou**

*Lembranças da época de estudo***

*Não***

*Colégio antigo/escola velha****

*A fogueira da festa, quando ainda era tudo de terra, sua 1ª aula de educação física na terra batida, era diferente ***

*A história diz que aqui era cemitério***

*Me lembro que é tudo caído, não gosto de estudar aqui**

*Gosto dos professores***

*Me lembra filme de faroeste, só tem mato***

*As aulas de ed física***

*Meus avós estudaram nele**

*Da escola****

*Lugar onde meus parentes estudaram e outros virão****

*Lembro da escola, dos momentos, dos professores, dos amigos que ela pode me proporcionar***

Apenas para a comunidade

- Sobre o colégio:

- Foi aluno(a) do colégio?

(11) Sim

(09) Não

- Tem filhos que estudam(ram) no colégio?

(09) Sim

(11) Não

- Quantas gerações da sua família estudaram no colégio?

*Irmão****

*Tio****

*Primo***

*Filhos***

*Pais(pai e mãe)***

*Não***

*Enteado**

*Não**

*Avô trabalhou**

*Netos**

*Sobrinhos**

*Sogros**

- Você sabe de alguém que se tornou importante (na política, como artista, etc) que foi aluno do colégio?

*Edina (arquiteta)***

*Geraldo (vereador)****

*Orlando Carbonar (embaixador)***

Ary Fontoura ** (o pai do ator Ary B. Fontoura trabalhou no colégio)

*Não****

Para a comunidade e para os alunos

- Sabe quantos anos o colégio tem?

(48) Sim

(16) Não

- Sabia que o colégio é um patrimônio desde 2003?

Esta pergunta foi desprezada por induzir a resposta.

- Acha que o colégio é importante para o Guaragi? Por quê?

*Sem ele teríamos que estudar em ponta grossa****

*Para que os alunos possam estudar e se tornar alguém no futuro**

*Para que todos possam estudar****

*Porque é o único colégio estadual do município e perto de tudo****

*Porque é o único lugar para estudar***

*Pois é um patrimônio e o único colégio do município***

*Para aumentar a oportunidade para as pessoas do distrito***

Apenas para os alunos

- Houve alguma mudança no prédio do colégio nos últimos anos?

*Escoras para segurar****

*Mudança que não adiantou****

*Sim, muros, portão, bebedouros, pintura, reformas nas salas, arrumaram as rachaduras****

*Esta caindo tudo é velho pra caramba***

*Houve mudanças, mas esta caindo do mesmo jeito***

*Não**

Apêndice D – Autorização de uso do direito de imagem

Autorização de uso de imagem, som de voz, nome, dados biográficos, informações, opiniões e conceitos

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz, nome e dados biográficos, informações, opiniões e conceitos por mim revelados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor **obras acadêmicas** que venha a ser planejadas, criadas e/ou produzidas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, com sede na Av Carlos Cavalcanti, 4748; sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo acadêmico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, "home video", DVD ("digital video disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e **formação de acervo acadêmico**, sem qualquer ônus a UEPG ou terceiros por essa expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada a **preservação da memória histórica**, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Ponta Grossa, 09 de agosto de 2012.

Lauri Junior

Assinatura

Nome:	LAURI DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR
Endereço:	RUA BENJAMIN CONSTANT
Cidade:	PONTA GROSSA
RG Nº:	85723154
CPF Nº:	049 857 069 06
Telefone para contato:	3270 3351
Nome do Representante Legal (se menor):	

Autorização de uso de imagem, som de voz, nome, dados biográficos, informações, opiniões e conceitos

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz, nome e dados biográficos, informações, opiniões e conceitos por mim revelados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor **obras acadêmicas** que venha a ser planejadas, criadas e/ou produzidas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, com sede na Av Carlos Cavalcanti, 4748; sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo acadêmico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, "home video", DVD ("digital video disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e **formação de acervo acadêmico**, sem qualquer ônus a UEPG ou terceiros por essa expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada a **preservação da memória histórica**, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Ponta Grossa, 09 de agosto de 2012.



Assinatura

Nome:	Luciana Dias de Oliveira
Endereço:	Rua Benjamim Constant - Distrito de Guaragi
Cidade:	Ponta Grossa
RG Nº:	3.393.022-4
CPF Nº:	434 896 649 - 49
Telefone para contato:	(42) 3270-1151
Nome do Representante Legal (se menor):	

Autorização de uso de imagem, som de voz, nome, dados biográficos, informações, opiniões e conceitos

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz, nome e dados biográficos, informações, opiniões e conceitos por mim revelados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor **obras acadêmicas** que venha a ser planejadas, criadas e/ou produzidas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, com sede na Av Carlos Cavalcanti, 4748; sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo acadêmico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, "home video", DVD ("digital video disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e **formação de acervo acadêmico**, sem qualquer ônus a UEPG ou terceiros por essa expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada a **preservação da memória histórica**, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Ponta Grossa, 09 de agosto de 2012.

Danielle B. Dias de Oliveira

Assinatura

Nome:	Danielle Beki Dias de Oliveira
Endereço:	Chacara Ricanto - Roca Rois
Cidade:	Ponta Grossa
RG Nº:	9495733-8
CPF Nº:	060 109 589-89
Telefone para contato:	8805 64 89
Nome do Representante Legal (se menor):	

ANEXOS

ANEXO A - Fotocópia da capa do Estatuto do Instituto Profissional de Comercio e
Agronomia

ESTATUTOS

— DO —

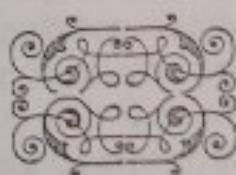
INSTITUTO PROFISSIONAL DE COMMERCIO E AGRONOMIA

DIRECTOR :

Antonio Gomes

(Engenheiro agronomo, guarda-livros e ex-
chefe de escriptorio de diversas empresas
commerciaes e industriaes de alta impor-
tancia.)

Entre-Rios—Paraná—Brazil



LIVRARIA ECONOMICA
RUA 15 DE NOV. 53
Curityba—1913

ANEXO B – Fotocópia da primeira página do semanário “Vida Nova”

<i>Luciana</i> Ide e pregui a palavra divina. É chegada a hora em que deveis sacrificar a sua propagação os vossos hábitos, os vossos trabalhos, as vossa ocupações fúteis. Ide, pois, e levai a palavra divina; aos grandes que a desprezaram, aos eruditos que exigiram provas, aos pequenos e simples que a aceitaram, porque, principalmente entre os mártires do trabalho, desta provação terrena, encontrareis fervor e fé. (Erasto. De O Evangelho Segundo o Espiritismo)	 VIDA NOVA Mensageiro espírita da Fundação Educacional Pestalozzi - FUNEPE ANO I - Nº 1 2ª fase Distrito de Guaragi, Ponta Grossa - Março de 1987
Fundador - Antonio Gomes 1912 - 1914	Diretor Responsável - Lycurgo Negrão Redator - José Ramatis
<u>APRESENTAÇÃO</u> A Fundação Educacional Pestalozzi apresenta a Comunidade Espírita de Guaragi, o antigo periódico VIDA NOVA, que retorna numa longa ausência de 73 anos. Fundado e dirigido pelo educador espírita entre-riense Antonio Gomes, VIDA NOVA nasceu promissora no dia 1º de março de 1912, no antigo município de Entre Rios, atual distrito pontagrossense de Guaragi. Órgão do famoso Instituto Profissional de Comércio e Agronomia, criado naquele florescente município em 1909, VIDA NOVA propugnou com tenacidade	<u>PIONEIROS DO ESPIRITISMO EM GUARAGI</u> Foram pioneiros do Espiritismo no antigo município de Entre Rios, atual distrito de Guaragi, os ilustres cidadãos entre-rienses Salvador Ribeiro de Souza, Antonio Gomes, Arthur Oberg, Francisco Dias da Silva, José Tern, Jorge de França, José Aristoteles Dias, José Bahls, João Arvi Larsson e Edmundo Oberg, fundadores do CENTRO ESPIRITA FÉ, ESPERANÇA E CARIDADE em 1912. Com a extinção do município em 1937, a

ANEXO C - Divisão Territorial dos Municípios de Ponta Grossa e Palmeira (IBGE)

Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/pontagrossa.pdf> e
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/palmeira.pdf>

Ponta Grossa
Paraná - PR

Histórico

As primeiras incursões de civilizados no território em que se situa atualmente o Município de Ponta Grossa teriam sido a da bandeira de Aleixo Garcia, em 1526, e a de Pero Lôbo e Francisco Chaves, em 1531. Em 1541, Álvares Nuñez Cabeza de Vacca, a caminho de Assunção, percorreu os Campos Gerais e tomou contato com os silvícolas que habitavam as margens do Tibagi. Onze anos mais tarde, Ulrich Schniedel, com quatro soldados alemães e vinte índios paraguaios, atravessava essas paragens vindo de Assunção para São Vicente. Mas só em princípios do século XVIII teve início o povoamento, quando alguns paulistas, atraídos pela beleza da região e excelência das pastagens, estabeleceram suas fazendas de criação próximo aos rios Verde e Pitangui. O pioneiro teria sido o Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida, que, tendo obtido a sesmaria da Conceição, aí construiu os primeiros currais, que passaram depois a pertencer a seu filho, o Capitão-Mor José de Góis e Moraes.

Logo após, o Tenente-Coronel Domingos Teixeira de Azevedo fundou as fazendas de Santana de Itaiacoca e Botuquara. Os jesuítas, com a doação dos campos de Pitangui, erigiram uma capela sob a invocação de Santa Bárbara do Pitangui e iniciaram uma povoação, que progrediu até a época em que foram expulsos, entrando em decadência desde que as terras passaram para o domínio dos beneditinos do convento de Santos.

Então começaram a surgir propriedades que serviam de pouso às tropas que do Sul se destinavam a São Paulo, principalmente à grande feira de Sorocaba. Construíram os tropeiros um tóscico barracão, a que denominaram "casa-de-telhas", onde eram ministrados sacramentos e celebradas festas religiosas.

Prevendo o futuro da região, o Sargento-Mor Miguel da Rocha Ferreira Carvalhais propôs a fundação de um povoado. Sua proposta foi aceita, só divergindo as opiniões quanto à sede da povoação. Carvalhais então sugeriu a intervenção oracular de um casal de pombos, o qual, solto com uma laçada encarnada nos pés, veio pousar em uma cruz de madeira existente no alto do outeiro onde hoje se situa a catedral. Esse local, devido talvez à vegetação densa que o cobria, era chamado de Ponta Grossa.

O novo povoado tomou o nome de Estrela, mas a 15 de setembro de 1823 foi criada a freguesia, com a denominação de Ponta Grossa e sob a invocação de Santana.

Gentílico: ponta-grossense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Ponta Grossa, por alvará de 15-09-1823, subordinado a vila de Castro.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Ponta Grossa, pela lei provincial n.º 34, de 07-04-1855, desmembrado de Castro. Sede na antiga povoação de Nossa Senhora de Santana. Constituído do distrito sede. Instalado em 06-12-1855.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Ponta Grossa, pela lei provincial n.º 82, de 24-03-1862.

Pela lei provincial n.º 281, de 15-04-1871, o município de Ponta Grossa tomou a denominação de Pitangui.

Pela lei provincial n.º 309, de 15-04-1872, foi restabelecido o nome de Ponta Grossa.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Ponta Grossa (ex-Pitangui) é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920.

Pelo decreto nº 2439, de 05-12-1931, o município de Ponta Grossa adquiriu o território do extinto município de Conchas, como simples distrito.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 2 distritos: Ponta Grossa e Conchas.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município aparece constituído de 3 distritos: Ponta Grossa, Conchas e Itaiacoca.

Pelo decreto-lei estadual nº 6667, de 31-03-1938, o distrito de Itaiacoca tomou o nome de Cerrado.

Pelo decreto-lei estadual nº 7573, de 20-10-1938, o de Cerrado voltou a chamar-se Itaiacoca.

No de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Ponta Grossa, Conchas e Itaiacoca (ex-Cerrado) quadro fixado para vigorar no período. Pelo decreto-lei estadual nº 199, de 30-12-1943, o distrito Conchas passou a denominar-se Uvaia. Cerrado voltou a chamar-se Itaiacoca.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 3 distritos: Ponta Grossa, Itaiacoca e Uvaia (ex-Conchas).

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955.

Pela lei estadual nº 3315, de 11-09-1957, Ponta Grossa adquiriu do município de Palmeira o distrito de Guaragi (ex-Entre Rios).

Pela lei estadual nº 4556, de 13-03-1962, é criado o distrito de PiriQUITOS e anexado ao município de Ponta Grossa.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 5 distritos: Ponta Grossa, Guaragi, Itaiacoca, PiriQUITOS e Uvaia.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1999.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 4 distritos: Ponta Grossa, Guaragi, Itaiacoca e Uvaia.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Palmeira
Paraná - PR

Histórico

Ao longo do histórico e antigo caminho de Sorocaba a Viamão surgiram numerosos núcleos populacionais, que mais tarde se transformariam em cidades ricas e progressistas, entre as quais a atual Palmeira.

A criação da freguesia, primitivamente conhecida pela denominação de Freguesia Nova, deu-se em 1.833, sob a invocação de N. S.^a da Conceição. Sua história tem íntima ligação com a da Freguesia Colada de Tamanduá, hoje território do Município de Campo Largo, a qual compreendia uma área de meia légua doada pelo fundador, Capitão Antônio Luiz, o Tigre, a N.S.^a do Carmo. Seus sucessores legaram o terreno ao Convento do Carmo, de São Paulo, e este fundou casa conventual, que se manteve por mais de 60 anos. proibido o noviciado, os frades Carmelitas tiveram de abandonar o convento de Tamanduá.

As condições desfavoráveis da Freguesia de Tamanduá, levaram o Vigário Antônio Duarte dos Passos a estabelecer uma igreja onde hoje se encontra a Matriz, transferindo a freguesia para Palmeira, denominação do capão doado por Jesuino Marcondes, Tenente Manuel José de Araújo e sua mulher, Dona Ana Maria da Conceição de Sá, por Ato de 7 de abril de 1819, acrescido mais tarde de terrenos outorgados pelo Barão de Tibagi, ou por D. Josefa Joaquina de França, conforme Lei n° 337, de 19 de abril de 1872.

Com a mudança da sede da freguesia, a população se foi transferindo para o povoado, nas cercanias do novo templo. A corrente de povoamento se avolumou a partir de 1878, com a chegada de colonos russos e alemães.

O distrito foi criado por Alvará de 20 de março de 1.813 e o Município pela Lei provincial n° 184, de 3 de maio de 1.869, com território desmembrado do de Curitiba (ou Ponta Grossa). A instalação se deu a 15 de fevereiro do ano seguinte.

A Lei estadual n° 238, de 9 de novembro de 1.897, concedeu foros de cidade à sede.

De 1.911 a 1.933, o Município se compunha de um só distrito. Em 1.936-38, figurou com 3: Palmeira, Papagaios Novos e Pôrto Amazonas. No quinquênio 1.939 -1943, absorveu território do Município de Entre Rios, então suprimido, ficando com mais um distrito.

Pela Lei estadual n° 2, de 10 de outubro de 1.947, perdeu o distrito de Pôrto Amazonas, elevado à categoria de Município, e pela Lei n° 3.315, de 11 de setembro de 1.957, transferiu o distrito de Guaragi (ex-Entre Rios) para Ponta Grossa. Compõe-se atualmente dos distritos da sede e de Papagaios Novos.

Gentílico: palmeirense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Palmeira, pelo alvará de 20-03-1813, subordinado ao município de Curitiba.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Palmeira, pela lei provincial n° 184, de 03-05-1869, desmembrado do município de Curitiba. Sede na antiga vila de Palmeira. Constituído do distrito sede. Instalado em 15-02-1870.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Palmeira, pela lei estadual n° 238, de 09-11-1897.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede.

Pela lei estadual n° 1483, de 12-03-1915, é criado o distrito de Porto Amazonas e anexado ao município de Palmeiras.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 2 distritos: Palmeira e Porto Amazonas.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município aparece constituído de 3 distritos: Palmeiras, Papagaios Novos e Porto Amazonas.

Pelo decreto estadual nº 7573, de 20-10-1938, o município de Palmeiras adquiriu o território do extinto município de Entre Rios, como simples distrito.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Palmeiras, Entre Rios, Papagaios Novos e Porto Amazonas.

Pelo decreto-lei estadual nº 199, de 30-12-1943, o distrito de Entre Rios passou a denominar-se Guaragi.

Pela lei estadual nº 02, de 10-10-1947, desmembra do município de Palmeiras o distrito de Porto Amazonas. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 3 distritos: Palmeiras, Entre Rios e Papagaios Novos.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955.

Pela lei estadual nº 3315, de 11-09-1957, o distrito de Guaragi (ex-Entre Rios), foi transferido para o município de Ponta Grossa.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Palmeiras e Papagaios Novos.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

ANEXO D - Divisão Territorial de Ponta Grossa – Câmara Municipal de Ponta
Grossa – Lei nº 8.799

L E I N° 8.799

Dispõe sobre a divisão territorial do Município de Ponta Grossa para fins de organização político-administrativa.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 1º.** Esta lei traça as disposições fundamentais para a divisão territorial do Município de Ponta Grossa e tem por objetivos:
- I. promover a organização territorial do Município;
 - II. delimitar as áreas do Município para fins de planejamento do uso do solo e da administração política, fiscal e tributária;
 - III. permitir a identificação precisa das áreas urbanas e rurais do Município.
- Art. 2º.** Para os efeitos de interpretação e aplicação desta Lei são adotadas as seguintes convenções:
- I. *Município*: é ente jurídico e político, com poder de auto-governo, auto-administração e auto-organização, dotado de competência legislativa privativa e integrante da federação brasileira, seu fundamento de existência está ligado diretamente aos textos dos artigos 1º, 18, 29, 30 e 31 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - II. *Perímetro Urbano*: é a linha limítrofe das zonas ou áreas urbanas fixadas por lei municipal; além do perímetro urbano da sede do Município, podem existir outros limitando as *zonas urbanas* isoladas, ou sedes dos distritos;
 - III. *Distrito-Sede*: é sinônimo de *Cidade* ou *Sede do Município*, consiste no núcleo urbano, independentemente do número de sua população, que concentra processo econômico não-agrícola ou pecuária, abriga os principais prédios públicos e se configura como sede do Governo Municipal;
 - IV. *Distrito Administrativo*: é divisão territorial do Município para fins de administração dos interesses públicos, diretamente vinculado ao Distrito-Sede;
 - V. *Sede Urbana de Distrito Administrativo*: é o núcleo urbano expressamente delimitado em lei, caracterizado pela concentração de atividades econômicas de natureza predominantemente não agrícola ou pecuária, diretamente vinculado ao Distrito-Sede para fins de administração pública;

- VI. *Zona Urbana*: o mesmo que *Área Urbana*; sob o aspecto político-administrativo é a área situada dentro dos perímetros urbanos do Distrito-Sede, das Sedes Urbanas dos Distritos Administrativos e das Áreas Urbanas Isoladas; sob o aspecto tributário é a zona definida por lei municipal de acordo com os requisitos do Código Tributário Nacional;
- VII. *Zona Rural*: é toda a extensão do território municipal que não esteja abrangida no Distrito-Sede, nas Sedes Urbanas dos Distritos Administrativos ou nas Áreas Urbanas Isoladas, na qual predominam as atividades agrícolas ou pecuárias;
- VIII. *Área Urbana Isolada*: é toda área expressamente definida como tal em lei municipal, observados os critérios do Código Tributário Nacional, e que não esteja abrangida no Distrito-Sede e nas Sedes Urbanas dos Distritos Administrativos, diretamente vinculada ao Distrito-Sede para fins de administração pública.

CAPÍTULO II DIVISÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

Art. 3º. O território do Município de Ponta Grossa, previsto na Lei Estadual n. 3.315, de 11 de setembro de 1957 e suas alterações posteriores, é fracionado para os efeitos desta lei da seguinte forma:

I- Distrito-Sede, delimitado pelo seguinte perímetro: inicia na Estrada Peri Pereira Costa (Ponta Grossa – Itaiacoca), na divisa com a sede campestre do Clube Guaíra, prolongamento na divisa do Jardim Paraíso, seguindo por uma estrada no sentido Itaiacoca – Centro, até a Rua Cândido Borsato do Jardim Paraíso, final da Avenida General Carlos Cavalcanti, sentido Bairro-Centro, até alcançar a Rua Beato Ceferino Jimenez Malla (Rua de acesso ao cemitério Parque Jardim Paraíso), seguindo por esta até encontrar o Rio Verde, descendo por este até encontrar os limites do loteamento André Dal'Col (Rio Verde), contornando-o externamente até encontrar novamente o Rio Verde, descendo pelo Rio Verde, até encontrar o Arroio Claudionora, seguindo por este até encontrar o Arroio Francelina, seguindo por este até encontrar a Rua Barão de Ramalho, seguindo por esta até encontrar a Rua Teixeira Mendes, seguindo por esta até a Rua Vicente Espósito, seguindo por esta até encontrar a Av. General Carlos Cavalcanti, seguindo por esta até a Rua Barão de Ramalho, seguindo por esta até o Arroio Francelina, seguindo por este até encontrar o Arroio Claudionora, seguindo por este até encontrar o Rio Verde, seguindo por este até encontrar a faixa de domínio da Estrada de Ferro Central do Paraná, seguindo por esta até encontrar o limite do Jardim Residencial San Martin, contornando-o externamente até atingir a Estrada do Alagado, também denominada Estrada Arichernes Carlos Gobbo, retornando pela referida estrada até encontrar a faixa de domínio da Estrada de Ferro Central do Paraná, seguindo por esta até encontrar a faixa de domínio da Estrada de Ferro Central do Brasil, seguindo por esta até encontrar a rua final do Loteamento Jardim Lagoa Dourada II, Rua Amauri de Arruda Moura, seguindo pelo limite do loteamento até a Rua Edgar Bastos Pequeno, seguindo em linha seca sentido oeste até encontrar novamente o Rio Verde, até encontrar a confluência do Rio Pitangui, defletindo a direito sentido sul margeando pelo Rio Pitangui e propriedade de Celso Degraf, Capitação Pitangui Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, Celso Degraf, e a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), a sudeste em linha seca com Usina Hidrelétrica do Pitangui da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), com o Rio Pitangui e Companhia Paranaense de Energia (COPEL), deflete a esquerda sentido Leste por linha seca Fazenda Auto da Cruz e Osmar Hilgemberg Junior, Antonio Cezar Neves Hilgemberg e Márcio Villela Costa, até encontrar a Estrada Velha Ponta Grossa – Castro (PR-11), seguindo ainda pela Estrada Velha Ponta Grossa – Castro, contornando o Jardim Pitangui (Pieter J. Boonstappel), até a Rodovia Ponta Grossa – Castro (PR-11), seguindo por esta até o limite do Jardim Pitangui (Jorge Miguel Ajuz), divisa externa do lote nº 34, da quadra nº 04, até a estrada de ferro, seguindo por esta contornando o Jardim Pitangui (Jorge Miguel Ajuz), até o limite do loteamento, seguindo pela rua que limita, denominada Corredor 7 até a Rodovia

Ponta Grossa – Castro (PR-11), seguindo pela rodovia sentido Ponta Grossa até o Rio Pitangui, seguindo pelo Rio Pitangui abaixo, até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia Ponta Grossa – Castro (PR-11), seguindo por esta no sentido Ponta Grossa até alcançar os limites do loteamento Jardim Santa Mônica, contornando-o externamente até encontrar faixa de 600,00m do eixo da Avenida Antonio Saad, seguindo por esta até a divisa do loteamento Vila Leila Maria, contornando-a externamente até encontrar os limites do Loteamento Jardim Bela Vista, contornando-o externamente, até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia PR-151, seguindo por esta no sentido norte até o Rio Pitangui, seguindo pelo Rio Pitangui abaixo até encontrar a faixa de 450,00m, do outro lado da Rodovia PR-151, retornando pela citada faixa até encontrar o limite do loteamento Jardim Eldorado, contornando-o externamente até o final da Rua N, seguindo por este ponto em linha seca até o Arroio Sem Denominação, por este até a sua nascente, deste ponto segue em linha seca até a Rua Centenário do Sul, seguindo por esta até encontrar o Arroio Lageadinho, seguindo por este até encontrar a direção a sua nascente até encontrar a Rua Rio de Janeiro, seguindo por esta até encontrar a Rua Pedro Álvares Cabral, seguindo por esta até encontrar a Rua José Pedro de Carvalho, seguindo por esta até encontrar a Augusto Severo, seguindo por esta até encontrar a Av. Dom Pedro II, seguindo por esta até encontrar a Rua Alberto de Oliveira, seguindo por esta até a Rua José Pedro de Carvalho, seguindo por esta até encontrar a Rua Pedro Álvares Cabral, seguindo por esta até encontrar a Rua Rio de Janeiro, seguindo por esta até o Arroio Lageadinho, seguindo por este até encontrar a Rua Centenário, seguindo por esta até a confluência com a Rua João Batista França e Silva, deste ponto segue em linha seca até a nascente do Arroio Sem Denominação, seguindo por este até encontrar o final da Rua N, quadra nº 11, deste ponto segue por linha reta até o ponto onde encontra a Rua Pintassilgo, próximo à esquina da Rua Colibri, na Vila Real, contornando-a externamente e seguindo em linha reta a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR-373, seguindo por esta no sentido Norte até encontrar o loteamento Jardim Periquitos, contornando-o externamente até encontrar novamente a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR-373 e seguindo por esta no sentido Norte até encontrar o loteamento Jardim Bom Retiro, contornando-o externamente até o final da Rua G, divisa com o imóvel do Espólio de Caetano Chesini, deste ponto segue em linha reta até encontra o marco do quilômetro nº 12, da Rodovia BR-373, trevo da BR-376/373, cruzando a BR-373 do outro lado, retornando na faixa de 450,00m, no sentido Sul, até encontrar os limites do loteamento Jardim Cristo Rei III, contornando-o externamente até encontrar novamente o loteamento Jardim Cristo Rei, contornando-o externamente até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR-373, seguindo no sentido Sul até encontrar os limites do loteamento Residencial Vila Romana, contornando-o externamente até atingir o cruzamento da Rua Leonora Szirmane (antiga Rua nº 4), do loteamento Jardim Santa Edwiges, com a Rua Frei Thiago Luchese, deste ponto seguindo por um alinhamento reto sentido sul até o ponto situado na confluência entre a Rua D da Chácara 31 de Março com o Rio Taquari, contornando-a externamente até atingir a Estrada do Taquari dos Polacos, esquina com a Rua Irineu Stadler (antiga Rua nº 04), da Vila Ildemira; deste ponto segue por um alinhamento reto até alcançar o ponto situado no arroio, na confluência com a Rua Cirema Becker, do Parque Shangri-lá, deste ponto segue pelo Arroio Gertrudes, seguindo por este até encontrar o Arroio do Sabará, seguindo por este até encontrar a sanga localizada entre as Ruas Frei Gaspar Zonta e Laudelino Gonçalves, seguindo por esta sanga até a Rua Paul Harris, seguindo por esta até a Rua Laudelino Gonçalves, seguindo por esta até o limite do Loteamento Jardim Santana do Sabará, contornando-o externamente até encontrar a Rua José Pierre, seguindo por esta até a Rua Paul Harris, seguindo por esta até encontrar a sanga sem denominação localizada entre as Ruas Frei Gaspar Zonta e Laudelino Gonçalves, seguindo por esta até encontrar o Arroio Sabará, seguindo por este até encontrar o Arroio Gertrudes, seguindo por este até a confluência com a Rua Cirema Becker, do Parque Shangri-lá, contornando-o até o ponto onde encontra a confluência entre a Rua Rojmar Dinies Escobar e a Estrada José Kalinoski, deste ponto segue por uma linha reta até alcançar a nascente do arroio Ressaca na divisa do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, seguindo por este até encontrar os limites do imóvel denominado de Chácara Inhazinha, área do Centro Agropecuário, contornando-o até encontrar a Estrada da Colônia Tavares Bastos, seguindo

por este até encontrar o ponto de confluência com limite do imóvel matriculado sob nº 2.004 do 1º Registro de Imóveis, desta comarca, contornando externamente até encontrar o arroio da Ronda, seguindo pelo citado arroio até encontrar o Arroio do Capão do Cipó, seguindo por este até encontrar a Rua Dr. Caminhoá, seguindo por esta até encontrar a Av. Vicente de Mauá, seguindo por esta até encontrar a Rua Greenhals, seguindo por esta até encontrar a Rua Dom Pedro I, seguindo por esta até encontrar a Rua Marechal Mallet, seguindo por esta até encontrar a Rua Dr. Franco Grilo, seguindo por esta até encontrar a Rua Dr. Caminhoá, seguindo por esta até encontrar o Arroio de Capão do Cipó, seguindo por este até encontrar o Arroio da Ronda, seguindo por este até encontrar o ponto com coordenadas 582.026,85(x) e 7.220.482,16(y) no sistema de projeção UTM (fuso 22 sul) datum SAD-69, deste ponto segue em linha reta até o arroio, no prolongamento da Rua Ozório Guimarães Martins, antiga Rua B, da Vila Contin, seguindo pelo arroio acima, até a Rua Padre João Piamarta, antiga Rua E, da Vila Contin, seguindo em linha reta até encontrar a confluência da Rua João Gualberto com a Rua Arno Wolff, seguindo pela Rua Arno Wolff até encontrar a antiga Estrada de Ferro da RFFSA, linha Sul, seguindo por esta até encontrar o Corredor A, do Jardim Recreio, seguindo por este até o Corredor sem denominação, do loteamento Jardim Recreio, seguindo por este e contornando o loteamento Jardim Recreio até o Rio Tibagi, seguindo pelo Rio Tibagi acima até encontrar o limite do Loteamento do Jardim Recreio, contornando-o externamente até encontrar a Estrada de Ferro da RFFSA – linha Sul, retornando pela estrada de ferro até a Rua Bernardo Guimarães, no loteamento Santa Tereza, seguindo por esta até a confluência da Estrada da Colônia Possidônio, contornando externamente o imóvel matriculado sob o nº 21.512 de 1º Registro de Imóveis, desta comarca, de propriedade de Adalto Gambassi de Araújo, até o ponto com coordenadas 583.558,44(x) e 7.218.406,59(y) no sistema de projeção UTM (fuso 22 sul) datum SAD-69, deste ponto segue em linha reta até encontrar um córrego no final da Rua Saí, no loteamento denominado Conjunto Habitacional Santa Marta, descendo por este córrego até os limites do imóvel da SVERDI – Propagação e Cultura, contornando o citado imóvel até a Rua Saíra, do Núcleo Habitacional Santa Maria, deste ponto segue em linha reta até encontrar o ponto final do Corredor C e divisa da Granja Santa Maria, contornando-a externamente até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Avenida Presidente Kennedy, seguindo por esta até uma linha paralela à Avenida Newton Slaviero, antiga Rodovia Ponta Grossa – Palmeira, numa faixa de 500,00m, seguindo até o Rio Tibagi e seguindo rio acima até a barra com o Rio Guabiroba, seguindo por este acima até a barra com o Arroio Capão Grande, seguindo por este acima, cruzando a Rodovia BR-376, até os limites do Jardim Nova Vila Velha (Vila Jamil), contornando-o externamente até encontrar a faixa de 1.250,00m da Rodovia BR-376, retornando pela referida faixa até encontrar o Rio Botuquara, descendo por este até encontrar a Estrada de Ferro Central do Brasil, seguindo por esta até o limite do Jardim Paraíso, contornando-o externamente até atingir a Estrada Peri Pereira da Costa, Ponta Grossa – Itaiacoca, no ponto inicial; (NR)

**Redação determinada pela Lei nº 9.055/07*

II Distrito Administrativo de Piriquitos, delimitado pelo seguinte perímetro: inicia na confluência da Rodovia PR-151 com o Rio Pitangui, seguindo pelo Rio Pitangui abaixo até encontrar a faixa de 450,00m, da Rodovia PR-151, seguindo pela citada faixa até encontrar o limite do loteamento Jardim Eldorado, contornando-o externamente até o final da Rua N, seguindo por este ponto em linha seca até o Arroio Sem Denominação, seguindo por este até a sua nascente, deste ponto segue em linha seca até a Rua Centenário do Sul, seguindo por esta até encontrar o Arroio Lageadinho, seguindo por este em direção a sua nascente até encontrar a Rua Rio de Janeiro, seguindo por esta até encontrar a Rua Pedro Álvares Cabral, seguindo por esta até encontrar a Rua José Pedro de Carvalho, seguindo por esta até encontrar a Augusto Severo, seguindo por esta até encontrar a Av. Dom Pedro II, seguindo por esta até encontrar a Rua Alberto de Oliveira, seguindo por esta até a Rua José Pedro de Carvalho, seguindo por esta até encontrar a Rua Pedro Álvares Cabral, seguindo por esta até encontrar a Rua Rio de Janeiro, seguindo por esta até o Arroio Lageadinho, seguindo por este até encontrar a Rua Centenário, seguindo por esta até a confluência com a Rua João Batista França e Silva, deste ponto segue em linha seca até a nascente do Arroio Sem Denominação, seguindo por este até encontrar o final da

Rua N, quadra nº 11, deste ponto segue por linha reta até o arroio no ponto onde encontra a Rua Pintassilgo, próximo à esquina da Rua Colibri, na vila Real, contornando-a externamente e seguindo em linha reta até a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR- 373, seguindo por esta no sentido Norte até encontrar o loteamento Jardim Periquitos, contornando-o externamente até encontrar novamente a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR- 373 e seguindo por esta no sentido Norte até encontrar o loteamento Jardim Bom Retiro, contornando-o externamente até o final da Rua G, divisa com o imóvel do Espólio de Caetano Chesini, deste ponto segue em linha reta até encontrar o marco do quilômetro nº 12, da Rodovia BR- 373, trevo da BR-376/373, seguindo pela Rodovia BR-376, sentido noroeste até encontrar o Rio Tibagi, seguindo por ele no sentido Nordeste até a foz do Arroio Barbado, segue este até a sua cabeceira, segue em linha reta até a cabeceira de uma sanga à margem esquerda do Rio Congonhas, segue o Rio Congonhas até a sua foz, até alcançar o Rio Pitangui, seguindo por este até encontrar o arroio Caixa D'Água, seguindo por este até a confluência com a PR 151, seguindo por esta até a confluência do Rio Pitangui, chegando ao ponto inicial;

III - Distrito Administrativo de Uvaia, delimitado pelo seguinte perímetro: inicia no marco do quilômetro nº 12, da Rodovia BR-373, trevo da BR- 376/373, seguindo no sentido sul até encontrar a faixa de 450,00m da BR-373, seguindo por esta faixa, sentido sul até encontrar os limites do loteamento Jardim Cristo Rei III, contornando-o externamente até encontrar novamente o loteamento Jardim Cristo Rei, contornando-o externamente até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR- 373, seguindo no sentido Sul até encontrar os limites do loteamento Residencial Vila Romana, contornando-o externamente até atingir o cruzamento da Rua Leonora Szirmane (antiga Rua nº 4), do loteamento Jardim Santa Edwiges, com a Rua Frei Thiago Luchese, deste ponto seguindo por uma linha reta sentido sul até o ponto situado na confluência entre a Rua D da Chácara 31 de Março com o Rio Taquari, contornando-a externamente até atingir a Estrada do Taquari dos Polacos, esquina com a Rua Irineu Stadler (antiga Rua nº 04), da Vila Ildemira; deste ponto segue por linha reta até alcançar o ponto situado no Arroio Gertrudes, na confluência com a Rua Cirema Becker, do Parque Shangri-lá, deste ponto segue pelo Arroio Gertrudes, seguindo por este até encontrar o Arroio do Sabará, seguindo por este até encontrar a sanga localizada entre as Ruas Frei Gaspar Zonta e Laudelino Gonçalves, seguindo por esta sanga até a Rua Paul Harris, seguindo por esta até a Rua Laudelino Gonçalves, seguindo por esta até o limite do Loteamento Jardim Santana do Sabará, contornando-o externamente até encontrar a Rua José Pierre, seguindo por esta até a Rua Paul Harris, seguindo por esta até encontrar a sanga sem denominação localizada entre as Ruas Frei Gaspar Zonta e Laudelino Gonçalves, seguindo por esta até encontrar o Arroio do Sabará, seguindo por este até encontrar o Arroio Gertrudes, seguindo por este até a confluência com a Rua Cirema Becker, do Parque Shangri-lá, contornando o loteamento externamente até o ponto onde encontra a confluência entre a Rua Rojmar Dinies Escobar e a Estrada José Kalinoski, deste ponto segue por uma linha reta até alcançar a nascente do arroio Ressaca na divisa do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, seguindo por este até encontrar os limites do imóvel denominado de Chácara Inhazinha, área do Centro Agropecuário, contornando-o externamente até encontrar a Estrada da Colônia Tavares Bastos, seguindo por esta até encontrar o ponto de confluência com o limite do imóvel matriculado sob o nº 2.004 do 1º Registro de Imóveis, desta comarca, contornando externamente até encontrar o arroio da Ronda, seguindo por este até a confluência entre o Arroio da Ronda com o Rio Tibagi, seguindo por ele sentido noroeste, até encontrar a BR 376, seguindo por esta no sentido sudeste até encontrar o marco do quilômetro 12, da Rodovia BR-373, trevo da BR 376/373, no ponto inicial;

IV - Distrito Administrativo de Guaragi, delimitado pelo seguinte perímetro: inicia na confluência entre o imóvel matriculado sob o nº 2.004 do 1º Registro de Imóveis, com o Arroio da Ronda, seguindo pelo citado arroio até encontrar o Arroio Capão do Cipó, seguindo por este até encontrar a Rua Dr. Caminhoá, seguindo por esta até encontrar a Av. Visconde de Mauá, seguindo por esta até encontrar a Rua Greenhals, seguindo por esta até encontrar a Rua Dom Pedro I, seguindo por esta até encontrar a Rua Marechal Mallet, seguindo por esta até encontrar a Rua Dr. Franco Grilo, seguindo por esta até encontrar a Rua Dr. Caminhoá, seguindo por esta

até encontrar o Arroio de Capão do Cipo', seguindo por este até encontrar o Arroio da Ronda, seguindo por este até encontrar o ponto com coordenadas 582.026,85(x) e 7.220.482,16(y) no sistema de projeção UTM (fuso 22 sul) datum SAD-69, deste ponto segue em linha reta até o arroio, no prolongamento da Rua Ozório Guimarães Martins, antiga Rua B, da Vila Contin, seguindo pelo arroio acima, até a Rua Padre João Piamarta, antiga Rua E, da Vila Contin, seguindo em linha reta até encontrar a confluência da Rua João Gualberto com a Rua Arno Wolff, seguindo pela Rua Arno Wolff até encontrar a antiga Estrada de Ferro da RFFSA, linha Sul, seguindo por esta até encontrar o Corredor A, do Jardim Recreio, seguindo por este até o Corredor sem denominação, do loteamento Jardim Recreio, seguindo por este e contornando o loteamento Jardim Recreio até o Rio Tibagi, seguindo pelo Rio Tibagi acima até encontrar o limite do Loteamento Jardim Recreio, contornando-o externamente até encontrar a Estrada de Ferro da RFFSA - linha Sul, retornando pela estrada de ferro até a Rua Bernardo Guimarães, no loteamento Santa Tereza, seguindo por esta até a confluência da Estrada da Colônia Possidônio, contornando externamente o imóvel matriculado sob o nº 21.512 do 1º Registro de Imóveis, desta comarca, de propriedade de Adalto Gambassi de Araújo, até o ponto com coordenadas 583.558,44(x) e 7.218.406,59(y) no sistema de projeção UTM (fuso 22 sul) datum SAD-69, deste ponto segue em linha reta até encontrar um córrego no final da Rua Saí, no loteamento denominado Conjunto Habitacional Santa Marta, descendo por este córrego até os limites do imóvel da SVERDI - Propagação e Cultura, contornando o citado imóvel até a Rua Saíra, do Núcleo Habitacional Santa Maria, deste ponto segue em linha reta até encontrar o ponto final do Corredor C e divisa da Granja Santa Maria, contornando-a externamente até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Avenida Presidente Kennedy, seguindo por esta até uma linha paralela à Avenida Newton Slaviero, antiga Rodovia Ponta Grossa - Palmeira, numa faixa de 500,00m, seguindo até o Rio Tibagi e seguindo rio acima até a barra com o Rio Guabiroba, seguindo por este acima até a barra com o Arroio Capão Grande, seguindo por este acima até a confluência com a rodovia BR-376, seguindo pela Rodovia na direção geral sudeste até encontrar o Rio Tibagi, na divisa com o Município de Palmeira, desce por este até a foz do Rio Caniú, sobe por este até a foz do arroio Tabuleiro, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta na direção geral sudeste até a cabeceira do arroio Rincão dos Coxos, desce por este até a sua foz no Rio Guaraúna, desce por este até o Rio Tibagi, na divisa com o Município de Teixeira Soares, sobe por este até o arroio da Ronda, confluência com o imóvel matriculado sob o nº 2.004, do 1º Registro de Imóveis, ponto inicial;

V - Distrito Administrativo de Itaiacoca, delimitado pelo seguinte perímetro: inicia na confluência entre a Rodovia BR-376 com o arroio Capão Grande, seguindo por este até os limites do Jardim Nova Vila Velha (Vila Jamil), contornando-o externamente até encontrar a faixa de 1.250,00m da Rodovia BR-376, retornando pela referida faixa até encontrar o Rio Botuquara, descendo por este até encontrar a Estrada de Ferro Central do Brasil, seguindo por esta até o limite do Jardim Paraíso, contornando-o externamente até atingir a Estrada Peri Pereira da Costa, Ponta Grossa - Itaiacoca na divisa com a sede campestre do Clube Guairá, prolongamento na divisa do Jardim Paraíso, seguindo por uma estrada, no sentido Itaiacoca - Centro, até a Rua Cândido Borsato do Jardim Paraíso, final da Avenida General Carlos Cavalcanti, sentido Bairro-Centro, até alcançar a Rua Beato Ceferino Jimenez Malla (Rua de acesso ao cemitério Parque Jardim Paraíso), seguindo por esta até encontrar o Rio Verde, descendo por este até encontrar os limites do loteamento André Dal'Col (Rio Verde), contornando-o externamente até encontrar novamente o Rio Verde, descendo pelo Rio Verde, até encontrar o Arroio Claudionora, seguindo por este até encontrar o Arroio Francelina, seguindo por este até encontrar a Rua Barão de Ramalho, seguindo por esta até encontrar a Rua Teixeira Mendes, seguindo por esta até a Rua Vicente Esposito, seguindo por esta até encontrar a Av. General Carlos Cavalcanti, seguindo por esta até a Rua Barão de Ramalho, seguindo por esta até o Arroio Francelina, seguindo por este até encontrar o Arroio Claudionora, seguindo por este até encontrar o Rio Verde, seguindo por este até encontrar a faixa de domínio da Estrada de Ferro Central do Paraná, seguindo por esta até encontrar o limite do Jardim Residencial San Martin, contornando-o externamente até atingir a Estrada do Alagado, também denominada Estrada Arichernes Carlos Gobbo, retornando pela referida estrada até encontrar a faixa de

domínio da Estrada de Ferro Central do Paraná, seguindo por esta até encontrar a faixa de domínio da Estrada de Ferro Central do Brasil, seguindo por esta até encontrar a rua final do Loteamento Jardim Lagoa Dourada II, Rua Amauri de Arruda Moura, seguindo pelo limite do loteamento até a Rua Edgar Bastos Pequeno, seguindo em linha seca sentido oeste até encontrar novamente o Rio Verde, descendo por este até a ponte da Estrada Velha Ponta Grossa - Castro (PR-11), seguindo ainda pela Estrada Velha Ponta Grossa - Castro, contornando o Jardim Pitangui (Pieter J. Boonstappel), até a Rodovia Ponta Grossa - Castro (PR-11), seguindo por esta até o limite do Jardim Pitangui (Jorge Miguel Ajuz), divisa externa do lote nº 34, da quadra nº 04, até a estrada de ferro, seguindo por esta contornando o Jardim Pitangui (Jorge Miguel Ajuz), até o limite do loteamento, seguindo pela rua que o limita, denominada Corredor 7 até a Rodovia Ponta Grossa - Castro (PR-11), seguindo pela rodovia no sentido Ponta Grossa até o Rio Pitangui, seguindo pelo Rio Pitangui abaixo, até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia Ponta Grossa - Castro (PR-11), seguindo por esta no sentido Ponta Grossa até alcançar os limites do loteamento Jardim Santa Mônica, contornando-o externamente até encontrar a faixa de 600,00m do eixo da Avenida Antonio Saad, seguindo por esta até a divisa do loteamento Vila Leila Maria, contornando-a externamente até encontrar os limites do Loteamento Jardim Bela Vista, contornando-o externamente, até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia PR-151, seguindo por esta no sentido norte até o Rio Pitangui, seguindo pelo Rio Pitangui abaixo até encontrar a Rodovia PR-151, seguindo por esta até encontrar o arroio Caixa D'Água, na divisa com o Município de Carambei; sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue pó linha seca e reta até a cabeceira de um afluente na margem esquerda do Rio Caçandoca, deste ponto por linha seca e reta na direção geral leste até a cabeceira de um contravertente afluente da margem direita do Rio Moquéim, desce por este até sua foz no Rio Moquéim, desce por este até a sua foz na represa do Rio dos Alagados, segue por esta até o Rio Pitangui, sobe por este até a foz do Rio São Miguel na divisa com o Município de Castro, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto por linha seca e reta na direção geral leste até a cabeceira do Rio Ribeirão Grande, desce por este até sua foz no Rio Ribeirão Guarituvá, desce por este até a sua foz no Rio Conceição, na divisa com o Município de Campo Largo, sobe por este até a sua cabeceira deste ponto segue pelo divisor de águas nos Rios Ribeira e Tibagi até defrontar a cabeceira do Rio Tibagi na divisa com o município de Palmeira, desce por este até a Rodovia Br-376, segue por esta até a confluência com o arroio Capão Grande, ponto inicial;

CAPÍTULO III DAS ÁREAS URBANAS

Art. 4º. Além do Distrito-Sede descrito na forma do inciso I do artigo anterior, são consideradas como áreas urbanas do Município de Ponta Grossa para todos os efeitos legais, as seguintes áreas urbanas isoladas:

- I. os loteamentos Vila Ernestina, Jardim São Lucas, e Jardim São Jorge;
- II. em Guaragi a área abrangida pelo seguinte perímetro: inicia o marco O=PP, cravado em peroba próximo à confluência do prolongamento a Rua Júlio Moleta e a ferrovia Ponta Grossa - Porto Alegre, daí segue margeando a referida ferrovia, com o rumo de 25°00'NE e na distância de 262,70m, até a estaca 1, de onde segue com o rumo de 70°38'NO na distância de 109,00m, até a estaca 2, seguindo então com o rumo de 52°22'SO, na distância de 40,00m, até a estaca 3, onde segue com o rumo de 88°08'SO e na distância de 102,00m, confrontando com propriedade de Padeus Scoviski, até a estaca 4, com o rumo de 79°13'SO e a distância de 60,00m, confrontando com propriedade de Leopoldo Chibanski, até a estaca 5, com o rumo de 49°19' SO e distância de 29,00m, até a estaca 6, confrontando ainda com Propriedade de Leopoldo Chibanski, seguindo com o rumo de 84°19'SO e a distância de 180,00m, até a estaca 7; com a mesma confrontação segue com o rumo de 84°33'SO e a distância de 60,00m, ainda com a mesma confrontação, até a

estaca 8; daí segue com o rumo de 82°15'SO e a distância de 120,00m, confrontando com propriedade de José Brasil, até a estaca 9, de onde segue com o rumo de 70°04'NO e a distância de 132,00m, até a estaca 10, com a mesma confrontação, seguindo com rumo de 87°28'SO e a distância de 80,00m, com a mesma confrontação, até a estaca 11, de onde segue com rumo de 47°11'SO e a distância de 86,00m, confrontando com propriedade de José Vitikoski, até a estaca 12, de onde segue com rumo de 32°53'SO, a distância de 100,00m, com a mesma confrontação, até a estaca 13, de onde segue com rumo de 15°45'SE e a distância de 140,00m, margeando um valo, até a estaca 14, de onde segue o rumo de 16°24'SE e a distância de 100,00m, até a estaca 15; seguindo daí com o rumo de 16°39'SE e a distância de 50,00m, até a estaca 16, de onde segue com rumo de 35°49'SE e a distância de 60,00m, confrontando com propriedade de Sebastião Ribas, até a estaca 17, com o rumo de 33°09'SE e a distância de 100,00m, até a estaca 18, confrontando com propriedade de Edmundo Zagobinski, seguindo então com o rumo de 34°02'SE e a distância de 300,00m, margeando o valo e cruzando com um córrego até a estaca 19, de onde segue com o rumo de 11°02'SE e a distância de 344,00m, confrontando com propriedade de Paulo Machinski, até a estaca 20, de onde segue por estrada, confrontando com propriedade de Hermenegildo Antoniacomi, com rumo de 65°02'SE e a distância de 256,00m, até a estaca 21, de onde segue pela mesma estrada com rumo de 51°54'NE e a distância de 180,00m, até a estaca 22, seguindo pela estrada com rumo 48°54'NE e a distância de 340,00m, até a estaca 23, de onde segue com rumo de 43°51'NE e a distância de 200,00m, pela estrada até a estaca 24, continuando com o rumo de 46°51'NE e a distância de 170,00m, pela mesma estrada até a estaca 25, daí seguindo pela estrada que liga Ponta Grossa a Guaragi, com rumo de 34°09'NO e a distância de 340,00m, até a estaca 26, de onde segue pela referida estrada, com rumo de 02°16'NO e a distância de 153,00m, até a estaca 27, seguindo com o rumo de 88°21'NO e a distância de 27,50m, até a estaca 28, de onde segue com o rumo de 88°46'NO e a distância de 182,70m, até atingir o marco O=PP, ponto de partida;

- III. a área urbana isolada da localidade de Uvaia, abrangida pelo seguinte perímetros: inicia no marco O=PP, cravado em peroba próximo à confluência da BR/373 e a estrada de acesso ao Distrito de Uvaia, de onde segue com o rumo 79°00'NO e a distância de 555,00m, margeando a BR/373 até a estaca 1, com o rumo de 72°50'NO e a distância de 120,00m, até a estaca 2, com o rumo de 60°25'NO e a distância de 60,00m, até a estaca 3, com o rumo de 53°20'NO e a distância de 70,00m, até a estaca 4, com o rumo de 38°45'NO e a distância de 93,00m, até a estaca 5, com rumo de 31°45'NO e a distância de 167,00m, até a estaca 6, ainda margeando a BR/373, daí seguindo com o rumo de 05°50'NE e a distância de 54,20m, até a estaca 7, de onde segue margeando o Rio Tibagi, com rumo de 50°18'NE e a distância de 100,00m, até a estaca 8, com o rumo de 70°48'NE e a distância de 180,00m, até a estaca 9, com o rumo de 42°48'NE e a distância de 106,00m, até a estaca 10, com o rumo de 45°48'NE e a distância de 200,00m, até a estaca 11, com o rumo de 31°33'NE e a distância de 20,00m, até a estaca 12, com o rumo de 58°33'NE e a distância de 21,00m, até a estaca 13, com o rumo de 37°03'NE, na distância de 69,00m, até a estaca 14, com o rumo de 28°00'NE, na distância de 117,00m, até a estaca 14-A, próxima ao Rio Tibagi, de onde segue com o rumo de 54°00'SE e a distância de 168,00m, até a estaca 15-A, seguindo com o rumo de 30°00'SO e a distância de 126,00m, margeando a estrada de acesso ao cemitério local, até a estaca 16-A, de onde segue com o rumo de 52°30'SE e a distância de 51,00m, até a estaca 17-A, daí seguindo com o rumo de 31°00'SE e a distância de 368,00m, até a estaca 19, com o rumo de 16°30'SE e a distância de 142,00m, até a estaca 20, e, finalmente, com o rumo de 11°30'SO e a distância de 252,00m até atingir o marco O=PP, ponto de partida;
- IV. as áreas urbanas isoladas de alta densidade das povoações localizadas no Distrito de Itaiacoca e PiriQUITOS, constituídas por edificações contínuas e dotadas de equipamentos urbanos e comunitários essenciais.

CAPÍTULO IV SEDES URBANAS DOS DISTRITOS ADMINISTRATIVOS

Art. 5º. Os Distritos Administrativos do Município contarão com sedes urbanas delimitadas na forma seguinte:

- I. *Sede Urbana do Distrito de Uvaia:* situada no Bairro da Chapada, inicia na confluência da Rua José Pierre com a Rua Paul Harris, seguindo pela Rua Paul Harris até a confluência com a Rua Laudelino Gonçalves, seguindo por esta até o limite do Loteamento Jardim Santana do Sabará, contornando-o externamente até encontrar a Rua José Pierre, seguindo por esta até fechar o perímetro na confluência com a Rua Paul Harris;
- II. *Sede Urbana do Distrito de Piriqitos:* situada no Bairro de Nova Rússia, inicia na confluência da Av. Dom Pedro II com a Rua Augusto Severo, seguindo por esta até a confluência com a Rua José Pedro de Carvalho, seguindo por esta até a confluência com a Rua Alberto de Oliveira, seguindo por esta até a confluência com a Av. Dom Pedro II, seguindo por esta até fechar o Perímetro na confluência da Av. Dom Pedro II com a Rua Augusto Severo;
- III. *Sede Urbana do Distrito de Itaiacoca:* situada no Bairro de Uvaranas, inicia na confluência da Av. General Carlos Cavalcanti com a Rua Nicolau Florenzano, seguindo por esta até a confluência com a Rua Teixeira Mendes, seguindo por esta até a confluência com a Rua Vicente Espósito, seguindo por esta até a confluência com a Av. General Carlos Cavalcanti, seguindo por esta até fechar o perímetro na confluência da Av. General Carlos Cavalcanti com a Rua Nicolau Florenzano;
- IV. *Sede Urbana do Distrito de Guaragi:* situada no Bairro de Oficinas, inicia na confluência da Rua Greenhals com a Av. Visconde de Mauá, seguindo por esta até a confluência com a Rua Dr. Caminha, seguindo por esta até a confluência com a Rua Franco Grilo, seguindo por esta até a confluência com a Rua Marechal Mallet, seguindo por esta até a confluência com a Rua Dom Pedro I, seguindo por esta até a confluência com a Rua Greenhals, seguindo por esta até fechar o perímetro na confluência da Rua Greenhals com a Av. Visconde de Mauá.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º. No prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da publicação desta lei, o Poder Executivo definirá, em decreto, os limites das áreas urbanas situadas no Distrito de Itaiacoca e Piriqitos.

Art. 7º. Ficam revogadas as Leis nºs 4.857, de 29/12/92; 5.095 de 19/09/1994, 5.235 de 04/06/1995, 5.345, de 20/11/95, 5.594 de 11/06/1996, 5.675 de 16/09/1996, 5.779, de 22/04/97, 5.949 de 16/04/1998 6.119 de 15/03/1999, 6.306 de 18/11/1999 e 7.717 de 01/07/2004, 7.930 de 08/12/2004.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(Esta lei foi decretada pela Câmara Municipal, na Sessão Extraordinária realizada no dia 21 de dezembro de 2.006, conferindo com o original que consta no Livro de Registro de Leis, deste Legislativo).

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO, em 22 de dezembro de 2.006.

Ver. DELMAR PIMENTEL
Presidente

Vra. ALINA DE ALMEIDA CÉSAR
1ª Secretária

Proj. 412/06

Lei nº 8.799

10

ANEXO E – Fragmentos do processo de tombamento do CEC Dr. Munhoz da Rocha
pelo COMPAC



Histórico



Imóvel: Colégio Estadual "Dr. Caetano Munhoz da Rocha"
localizado na Rua Cerro Azul s/nº, no Distrito de Guaragi – Ponta Grossa, Paraná

O prédio do estabelecimento de ensino em questão foi construído em 1928, pelo então governador do Estado do Paraná, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que após anos de reivindicação da população representada pelos políticos da região, fundou no município o "Grupo Escolar de Entre Rios". Neste, as atividades educacionais tiveram início em 1929 sob a direção do prof. Ricardo Sant'Ana, com 75 alunos matriculados nas 1ª e 2ª séries do curso primário.

Em 1933, tiveram início no prédio as aulas para alfabetização de adultos, sob a direção do prof. normalista Antônio Beira Fontoura (pai do ator Ari Fontoura), tendo funcionado até 1937, com uma média de 10 alunos por turma.

Em 1940 a escola recebeu nova denominação: Grupo Escolar Dr. Munhoz da Rocha, em homenagem ao seu fundador, influente político paranaense que foi presidente do Estado no ano da fundação do educandário. Essa alteração ocorreu no período em que o município de Entre Rios enfrentava um processo de decadência, passando a fazer parte do município de Palmeira.

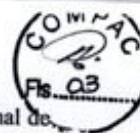
Em 1957 o Distrito de Guaragi passou a pertencer a Ponta Grossa, e o Colégio Munhoz da Rocha permanece, até os dias de hoje, como o mais importante estabelecimento de ensino daquela localidade.

Histórico da Educação em Guaragi

Desde sua fundação, em 1890, a vila de Entre Rios contava com ensino primário. Vários foram os professores nomeados e transferidos nestes locais, e várias foram as escolas construídas no município de Entre Rios. Entre suas honrosas tradições, foi um dos principais centros educacionais paranaenses, pois desde 1904 contava com renomado Instituto Profissional de Comércio e Agronomia, sob a competência da direção do educador, jornalista e escritor Antônio Gomes Oliveira, que juntamente com seu pai Jacinto Gomes, foi a mola mestre do progresso de Entre Rios, pois contavam com várias escolas isoladas em Roxo-Roiz, Guabiroba, Guaraúna, etc...

Em 1913 destacou-se a prof. Florisbela Lisboa Pezzi, em ensino particular. Em 1914, a professora normalista D. Estelita Queiroz Garcia, Ortolino Pinheiro. Em 1916 foi nomeado o professor Octacílio Pinheiro para ocupar a cadeira de matemática. Pelo decreto nº 2054, o Governador do Estado, por proposta do Diretor Geral de Educação, nomeou a professora provisória Silvana Rodrigues para a regência da Escola de Roxo-Roiz.

Tivemos em 30 de dezembro de 1916 a transferência do prof. normalista estadual Manoel França do Nascimento, para reger interinamente a cadeira do sexo masculino, no município de Entre Rios. Pelo Decreto nº 9, foi removida da escola de Antonina para a escola de Entre Rios, a professora Olga da Silva Balster, em 17 de fevereiro de 1917; Alcides Ribeiro veio transferido de São Mateus do Sul.



Em 1915, morre o prof. Antônio Gomes de Oliveira, criador do Instituto Profissional de Comércio e Agronomia; jornalista, músico, maestro, escritor e poeta, era líder da comunidade, muito amado pelo povo. Contam que pediu ajuda ao governo do Estado para manter sua escola, mas esta nunca chegou, causando um desgaste físico e mental ao seu criador, que não reagiu, vindo-lhe causar a morte súbita, e ficando no abandono o seu ideal. A escola faliu e sua família também.

Alguns amigos foram pedir ajuda financeira para o governo estadual, que lhes ofereceu uma mísera pensão, mas auxiliou muito a viúva do professor naquele momento de grande necessidade. Outros amigos da Maçonaria construíram uma casa para a família do professor, estando ainda hoje em boas condições. Em 02 de novembro de 1920, Antônio Gomes de Oliveira recebeu homenagens dos prefeitos Julio Moleta e Vitor Grein. Em Guarapuava uma sala na Escola de Agronomia leva o seu nome.

Com a perda do grande líder e pioneiro Antônio Gomes, a cidade ficou à mercê de elementos que preferiram a indiferença à dar continuidade à sua luta, e entrou num processo de decadência, perdendo parte de suas conquistas.

Em 1923, a população do município de Entre Rios contava com mais de 10.000 habitantes. Funcionavam nesta época duas escolas promíscuas (com turmas mistas), tendo como professoras Maria Rosa e Anita Albach, sendo inspetor o prof. Antônio Pereira Branco.

Em 1928, o médico e então Presidente do Estado do Paraná Dr. Caetano Munhoz da Rocha funda em Entre Rios o Grupo Escolar de Entre Rios, que iniciou suas atividades no atual prédio, em fevereiro de 1929, sob a direção do prof. Ricardo Sant'Ana, com os seguintes professores: Otávio de Mattos Leão, Cidul Gonçalves, Maria Olímpia Souza Bello, Palmira Dias da Silva, Maria Rita de Mattos, que passaram a formar o corpo docente deste estabelecimento de ensino, e com a zeladora Maria Elvira Franco de Oliveira, pagos pela prefeitura de Entre Rios, cujo prefeito na época era o Sr. José Antônio Branco.

Esse estabelecimento de ensino iniciou suas atividades com uma matrícula inicial de 75 alunos com dois turnos de 1º e 2º anos.

Em 1930 a direção do estabelecimento passa para o prof. José Petruza, que com o mesmo esforço leva adiante o ensino de Entre Rios até 1933, quando teve início o funcionamento de uma escola noturna para atendimento dos adultos, com a matrícula de 12 alunos e que levou o nome de Escola Operária, regida pelo professor normalista Antônio Beira Fontoura, que assume a direção da escola.

Em 1940, este educandário sob a direção da professora Sofia Keyssel de Oliveira, passa a funcionar do 1º ao 5º ano, com 14 alunos e com o corpo docente formado por 5 professores.

Em 1940, Entre Rios passou a pertencer ao município de Palmeira, destacando-se neste período os seguintes professores: Rosalva Quintilhano, Leonor Dias, Maria Olímpia B. Gulmini, Maria Elvira Justus, Otávio de Mattos Leão, Joanita Flori de França.



E assim a história de Guaragi se processa gradativamente. Citamos a seguir os diretores e professores que com seus abnegados esforços e dedicação elevaram o ensino do Distrito de Guaragi. Destacamos:

GRUPO ESCOLAR DR. CAETANO MUNHOZ

ANO	NOME DO PROFESSOR
1928	Ricardo Sant'Ana
1930	José Petruza
1932	Eurides Garcia
1933	Ernesto Lombardi
1938	Antônio Beira Fontoura
1940 a 1943	Sofia Keyssel de Oliveira
1944	Acir S. C. de Quadros
1946	Rosalina Quintilhano
1949	Neusa Carlota Carbonar
1951	Leonor Dias Fidelis
1954	Zilma F. Santos
1968	Lúcia S. Werner
1986	Roseli Bels

Os moradores mais antigos de Guaragi não esquecem seus bons professores, entre eles: prof. Octacílio de Mattos Leão - foi bom educador, de caráter exemplar.

Professor Alcídio Ribeiro, orador, veio transferido para a cadeira do sexo masculino da Vila Entre Rios, em 05 de julho de 1916. Foi um grande orador, escritor, com uma cultura sem par. Muitos historiadores descrevem a personalidade do professor Alcídio Ribeiro como um intelectual "que escrevia os discursos quando alguém estava falando e discursava sem escrever". Foi um grande mestre, tanto que uma escola rural, situada na colônia de Santa Cruz, Distrito de Guaragi, leva seu nome.

Na matemática, destacou-se o professor Sílvio Berger. Seus alunos contam como decoravam as tabuadas e aprendiam a "fazer contas de vezes e de dividir"; segundo eles, o prof. cobrava muito dos alunos que não faziam as lições, mas o que aprenderam com ele nunca mais esqueceram.

Em 1990, o senhor Romano Wojciechowski, então com 78 anos de idade e ainda residindo em Guaragi juntamente com sua esposa D. Escolástica de Mello, declarou que ambos foram alunos do professor Octacílio de Mattos Leão.

Não poderíamos nos esquecer de citar o Tenente Licurgo Negrão, poeta que escreveu a história das lendas da Fonte do Bicão e do Capão Andante. Licurgo Negrão defende a criação de um Recanto em Guaragi, onde provavelmente teria sido o ponto de partida para a formação do povoado de Bela Vista.

Destacamos alguns professores no ensino da Escola Estadual Caetano Munhoz da Rocha:



Eny Carbonar, relevante nome paranaense, destacando-se como advogada e diretora do Presídio Feminino de Piraquara, em Curitiba.

Neusa Carlota Voigt, Maria da Luz Fidelis, Maria Almerinda de Oliveira, Adelzira Bastos Sponholz, Adélia Pedrosa Bastos, Maria da Conceição Eleutério, Noêmia Carbonar, Thereza Veichenenski, Marise Joslin, Zilá T. dos Santos, Diva Dias Franco, Celina G. de Oliveira, Eloina Elza Rudinger, Conrado Shimidt, Nadir Mendes, Anna Czulniak, Neida Dias Coradassi, Leini de C. Paulo Ferraz, Roseli Delz, Gilda H. Spinardi, Amélia Borges Chemin, Darci Müller, Leny B. Braday, Maria dos Santos, Eloinade Menezes Staron, DalvaMotti Florenzano, Edith S. Dietzel, Mariângela Dias Franco.

A partir de 1976, o distrito ponta-grossense de Guaragi através do Corpo Docente do Grupo Escolar Dr. Munhoz da Rocha, vem integrar-se ao Movimento do Brasil Grande – reivindica (ao Programa da Educação) a implantação da lei nº 5. 892771 – da Reforma do Ensino de 1º Grau, com uma matrícula de 200 alunos, distribuídos em dois turnos de 1ª a 7ª séries.

Nesse período a escola era dirigida pela professora Lúcia S. Werner. O Corpo Docente era composto por seis professoras, sendo três normalistas, duas licenciadas em História, uma em Letras e uma em Matemática.

No Grupo Escolar Dr. Munhoz da Rocha atualmente vem funcionando o curso de Ensino Médio, não havendo a necessidade do deslocamento dos jovens estudantes para Ponta Grossa. Há também a Biblioteca Pública “Prof. Antônio Beira Fontoura”.

Por fim, lembramos alguns ex-alunos do Grupo Munhoz da Rocha que destacaram-se no cenário mundial: Orlando Carbonar, cônsul na Itália; João Pilarski, pintor primitivista reconhecido internacionalmente; e ainda Geraldo Wojciechowski, vereador por três mandatos, chegando a prefeito interino de Ponta Grossa.

Fonte: WALDMANN, Isolde Maria– *Um Lugar Chamado Guaragi*. PMPG (pesquisa realizada em 1990, ainda inédita).

Isolde Maria Waldmann – Seção de Pesquisa e Arquivo – Fundação Cultural de Ponta Grossa.

Revisão de texto: Erickson Artmann, estagiário do COMPAC.


Isolde Maria Waldmann
Seção de Pesquisa e Arquivo
DPC



Parecer da Comissão Temática



PARECER

"Processo de Tombamento do Imóvel do Colégio Estadual Dr. Caetano Munhoz da Rocha - Distrito de Guaragi"

O Distrito de Guaragi originalmente fazia parte da "Encruzilhada de Carrapatos", que foi por longo período passagem de expedições rumo aos Campos de Guarapuava e também passagem de tropeiros vindos de União da Vitória, Palmeira e Guarapuava. Ao longo do caminho que passava pela "Encruzilhada de Carrapatos", foram surgindo fazendas de criação de gado e invernadas. Auguste Saint Hilaire, viajante francês que percorreu a região dos Campos Gerais em 1820, se hospedou em uma fazenda da região chamada "Fazenda Carrapatos".

Assim deu-se início a uma povoação que por sua beleza, os sertanistas denominaram de Bela Vista. E em 1890, tornou-se o Município de Entre Rios (devido a localização geográfica entre os rios Tibagi, Guaraúna, Santa Rita e Turvo).

Em 1923, o Álbum do Paraná, referencia Entre Rios como "próspero e florescente município, situado em um recanto pitoresco, onde a natureza, ao formar-se, andava certamente a brincar". Sua economia baseava-se no plantio de cereais, criação de gado e na extração de erva-mate e da madeira que era considerada a principal fonte de renda da região. Essas atividades propiciavam ao município um "apreciável contingente de rendas". (Antoniacomí e Kutah, 2002, p.9). Nesse mesmo ano de 1923 a população contava com 10 mil habitantes.

Para atender a estrutura urbana, o município possuía iluminação por meio de uma usina termo-elétrica e um número considerável de engenhos de serra, em função da riqueza de matas com grande variedade de madeira. O município crescia sensivelmente atraindo levas de imigrantes poloneses, alemães e italianos desde 1910, que se dedicavam à agricultura de centeio, cevada, milho, feijão e mandioca. Pode-se afirmar que Entre Rios era um grande empório comercial. Do interior.

O município possuía ares de progresso com ruas, praças, estação ferroviária, duas escolas mistas, Instituto de Comércio e Agronomia, o periódico Vila Nova, 2 clubes sociais e culturais e a Igreja em honra à Nossa Senhora da Luz.

Acompanhando o grande desenvolvimento do município, em 1928 foi fundado o "Grupo Escolar de Entre Rios", que iniciou suas atividades em fevereiro de 1929, sob a direção do Professor Ricardo Santana, com 75 alunos matriculados.

Com a perda de territórios para outros municípios, as madeiras começaram a fechar, ocorrendo uma evasão da população para outras regiões, sendo que o município perdeu gradativamente as características de uma "grande cidade do futuro" e "centro industrial" e por volta de 1940, o Município passou a ser Distrito de Guaragi (rios Guaraúna e Tibagi), pertencente ao Município de Palmeira e por plebiscito, a população escolheu fazer parte do Município de Ponta Grossa.



Em todo esse contexto, o Grupo Escolar de Entre Rios continuou suas atividades educacionais com grande empenho, instalando turmas de 1ª a 4ª séries, oferecendo inclusive educação para adultos no período noturno, fundando a Escola Operária.

Desenvolvia-se no educandário diversas atividades educacionais e culturais como: cerimoniais alusivos a datas comemorativas, festas diversas, concursos, sabatinas (avaliações aos sábados), uma cooperativa escolar, a produção de um jornal impresso na gráfica do município. (Antoniacomini e Kutah, 2002, p.18).

Segundo Dona Nely Oberg Mika, que estudou no Grupo de 1939 a 1944, "as crianças iam a pé para a escola, algumas andavam grandes distâncias. Era exigido o uniforme e o da turma do 5º ano era diferente. A Prefeitura de Entre Rios fornecia uniformes para os mais pobres, assim como um tamanco e as cartilhas".

Com a mudança de nome do município, o grupo escolar homenageou seu fundador, passando a chamar-se Escola Dr. Caetano Munhoz da Rocha em 1940. Atualmente o antigo grupo denomina-se Colégio Estadual Dr. Munhoz da Rocha.

Sendo assim, o tombamento do referido prédio, justifica-se pelos seguintes motivos:

- O valor da preservação deste prédio não está vinculado à sua arquitetura propriamente dita mas, principalmente, no valor referencial para a comunidade;
- O prédio foi marco de um período de crescimento econômico muito marcante para a região;
- Importância sócio-cultural da escola para a comunidade por mais de 73 anos;
- Importância da escola no cotidiano e memória da comunidade;
- Pelo grande número de alunos por ela formados e professores que se destacaram em nível local, estadual e nacional;
- Por ser um dos últimos referenciais arquitetônicos que demonstram materialmente a grandeza do município de Entre Rios;
- A responsabilidade de gestão patrimonial é de toda a comunidade, não somente de poderes constituídos, porque, a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio e se ela não quiser preservá-lo, não existe instrumento jurídico que o consiga e existe interesse de preservação;
- Segundo a arquiteta Ana Paula Baars, a preservação do edifício em questão é de grande importância para a paisagem urbana daquela porção do Distrito de Guaragi.

Pelos motivos expostos, somos de parecer favorável ao tombamento e, solicitamos a aquiescência da plenária.

Márcia Maria Dropa
Conselheira Relatora

Ultima Alteração
3ª TABELA
PONTA GROSSA - PR

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE TOMBAMENTO
DATADA DE 05/08/2003**



Ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e três, às dezenove horas no Centro de Cultura Cidade de Ponta Grossa, inicia-se a reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC). A Presidente do Conselho, Ana Maria Branco de Holleben, declara aberta a sessão expondo aos presentes que de acordo com o disposto na Lei nº 6.183/99, trata-se de uma Sessão Pública de Tombamento dos processos 01/2003, 02/2003, 03/2003, 04/2003 e 05/2003. Seguindo-se a leitura dos referidos processos, iniciando-se pelo processo número **01/2003** referente ao imóvel da Rua Sete de Setembro, nº 549 (quinhentos e quarenta e nove), o qual lido e aberto o contraditório, em nada opondo-se a parte contrária, passou-se para a votação nominal dos Conselheiros presentes, sendo aceito o Tombamento do referido imóvel por unanimidade, impondo-se ao mesmo restrição com o Grau "GP 1". Seguindo-se a leitura do processo número **02/2003** referente ao imóvel da Avenida Dr. Vicente Machado, nº 142 (cento e quarenta e dois), esquina com a Rua Santos Dumont, nº 798 e 802 (setecentos e noventa e oito, e oitocentos e dois), o qual lido e aberto o contraditório, em nada opondo-se a parte contrária, passou-se para a votação nominal dos Conselheiros presentes, sendo aceito o Tombamento do referido imóvel por unanimidade, impondo-se ao mesmo restrição com o Grau "GP 2". Seguindo-se a leitura do processo número **03/2003** referente ao Marco da Colonização dos Alemães do Volga, Casa de Madeira, e a Cruz, localizados na área denominada de Refúgio dos Nobres, Colônia Tavares Bastos, o qual lido e aberto o contraditório, em nada opondo-se a parte contrária, passou-se para a votação nominal dos Conselheiros presentes, sendo aceito o Tombamento do referido imóvel por unanimidade, impondo-se ao mesmo restrição com o Grau "GP 2". Seguindo-se a leitura do processo número **04/2003** referente ao Colégio Estadual Dr. Munhoz da Rocha, localizado na Rua Barão do Serro Azul, esquina com a Rua Tibúrcio Pupo, Distrito de Guaragi, o qual lido e aberto o contraditório, em nada opondo-se a parte contrária, passou-se para a votação nominal dos Conselheiros presentes, sendo aceito o Tombamento do referido imóvel por unanimidade, impondo-se ao mesmo restrição com o Grau "GP 1". Seguindo-se a leitura do processo número **05/2003** referente ao imóvel da Rua Fernandes Pinheiro, nº 70, 74 e 80 (setenta, setenta e quatro, e oitenta), o qual lido e aberto o contraditório, fora dada a palavra à advogada da parte contrária, a qual reiterou, oralmente, os termos da impugnação apresentada ao Tombamento Preliminar, tentando sensibilizar os conselheiros presentes quanto à decisão anteriormente tomada. Após concluído o debate, passou-se para a votação nominal dos Conselheiros presentes, sendo aceito o Tombamento do referido imóvel por maioria simples, tendo como voto contrário os conselheiros: Márcia Maria Dropa, Márcio Ricardo Martins, Paulo Roberto Hilgenberg, e Raílda Alba Francisca Schiffer; sendo que o conselheiro Luiz Carlos Godoy absteve-se; impondo-se ao mesmo restrição com o Grau "GP 2". No tocante aos Graus de Proteção que foram impostos aos imóveis nesta oportunidade Tombados, elucidada que o GP 1- Grau de

[Handwritten signatures and initials]

JOIRACI PEREIRA MESSIAS
3ª TABELA
Rua Sete de Setembro, 940 - F.274-1319

Ponta Grossa - 01 SET. 2003 191

AUTENTICAÇÃO

3ª TABELA TOMBAMENTO
CERTEIRA DE TOMBAMENTO
AUTENTICAÇÃO
APENAS PARA O TOMBAMENTO



Proteção Rigorosa, diz respeito à edifícios de importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano. Deverão ser mantidos integralmente os aspectos particulares de sua concepção, admitindo-se, porém, intervenções internas condizentes com o caráter do edifício. GP 2- Grau de Proteção Rigorosa, diz respeito à edifícios de importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, os quais ao longo dos anos sofreram alterações em suas características particulares, perfeitamente passíveis de restauração, que restituirá a concepção do edifício. Deverão ser mantidos integralmente os aspectos particulares de sua concepção, admitindo-se, porém, intervenções internas condizentes com o caráter do edifício. Levando-se em conta que os imóveis tombados não poderão sofrer ALTERAÇÕES, RESTAURO, REFORMA, sem prévia autorização do COMPAC, sendo vedada sua DEMOLIÇÃO. Esta Sessão contou com a presença dos Conselheiros: Alexander Roger da Silva, Bruna Maria Correia Degraf, Edson Campos da Silva, Isolde Maria Waldmann, Jerssi Ramos, Luiz Carlos Godoy, Márcia Maria Dropa, Márcio Ricardo Martins, Maria Adriana da Guarda, Maria Angela Pilatti, Maria Emilia Strack Mueller, Paulo Roberto Hilgenberg, Railda Alba Francisca Schiffer, e a Presidente Ana Maria Branco de Holleben. Encerrada a Sessão, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Do qual eu, Cassia Silthão Gilho, faço contar e dou fé.

Ana Maria Branco de Holleben Ana Maria Branco de Holleben
 Ana Paula Baars Ana Paula Baars
 Alexander Roger da Silva Alexander Roger da Silva
 Bruna Maria Correia Degraf Bruna Maria Correia Degraf
 Edson Campos da Silva Edson Campos da Silva
 Isolde Maria Waldmann Isolde Maria Waldmann
 Jerssi Ramos Jerssi Ramos
 Kátia Maria Bonfim de Almeida Kátia Maria Bonfim de Almeida
 Luiz Carlos Godoy Luiz Carlos Godoy
 Márcia Maria Dropa Márcia Maria Dropa
 Márcio Ricardo Martins Márcio Ricardo Martins
 Maria Adriana da Guarda Maria Adriana da Guarda
 Maria Angela Pilatti Maria Angela Pilatti
 Maria Emilia Strack Mueller Maria Emilia Strack Mueller
 Paulo Roberto Hilgenberg Paulo Roberto Hilgenberg
 Railda Alba Francisca Schiffer Railda Alba Francisca Schiffer
 Roberto Fidélis Roberto Fidélis

UBIRACI PEREIRA MESSIAS
 3º TABELIÃO
 Rua Sete de Setembro, 910 - F. 274-1310

Porta
 Crosse 01 SET. 2003 PFI

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia extrada
 nestas notas conforme o original
 apresentado. Dou fé.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
GABINETE DO PREFEITO

DECISÃO PREFEITURAL N. 27 / 2006

Autos de Tombamento: 04/2003
Inscrição no Livro do Tombo: 32
Denominação: Colégio Estadual Dr. Munhoz da Rocha
Endereço do Imóvel: Rua Barão do Cerro Azul

Acolho o Parecer n. 26/2006 da Comissão Técnica instituída pelo Decreto n. 950/2006 como razões de decidir.

Considero presente o interesse cultural que justifica o tombamento, conforme exigido no artigo 2º, parágrafo único, da Lei n. 8.431/2005.

Determino a tomada de providências pela Secretaria Municipal de Cultura, previstas na parte final do relatório da Comissão Técnica.

Não existem irregularidades no procedimento que importem em sua anulação, motivo pelo qual **HOMOLOGO** o processo de tombamento para que surtam seus jurídicos efeitos, nos termos do artigo 60, parágrafo único da Lei n. 8.431, de 29/12/2005.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de agosto de 2006.


PEDRO WOSGRAU FILHO
Prefeito Municipal